

Fundação Casa de Rui Barbosa
Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Marilda Samico da Silva

A web rádio Yandê e a difusão das culturas dos povos indígenas

Rio de Janeiro

2023

Marilda Samico da Silva

A web rádio Yandê e a difusão das culturas dos povos indígenas

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau Mestre em Memória e Acervos.

Linha 2: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Lia Calabre

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FCRB

S586y Silva, Marilda Samico da
A Yandê e a difusão das culturas indígenas. / Marilda Samico da Silva – Rio de Janeiro,
2023.
114 p.: il. col.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lia Calabre.

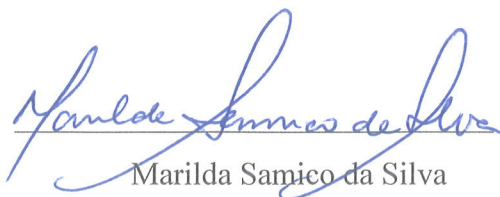
Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-graduação em
memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2023.

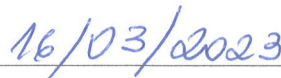
1. Cultura indígena. 2. Mídia digital. 3. Radiodifusão. 4. Web Rádio Yandê. I. Calabre,
Lia. II. Título.

CDD: 302.2344

Responsável pela catalogação:
Bibliotecária – Raquel Cristina da Silva Tiellet Oliveira.
CRB 6557

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação.


Marilda Samico da Silva



Data

Marilda Samico da Silva

A web rádio Yandê e a difusão das culturas dos povos indígenas

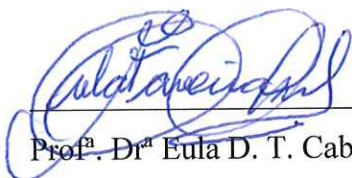
Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos. Área de Concentração: Linha 2: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial.

Aprovado em 16 de março de 2023.

Banca Examinadora:

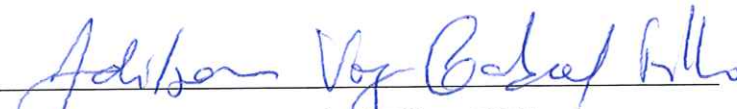


Prof.^a. Dr.^a Lia Calabre - FCRB



Prof.^a. Dr.^a Eula D. T. Cabral - FCRB

Prof.^a. Dr.^a Joelle Rachel Rouchou - FCRB - Suplente



Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho - UFF

Prof.^a. Dr.^a. Vivian Luiz Fonseca – UERJ - Suplente

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe e ao meu pai por terem me dado a vida, me permitindo experimentar sentimentos e sensações, contemplar paisagens e acessar conhecimentos.

Às queridas irmãs, sobrinhas e toda minha família do presente e ancestral.

À professora Vera Raddatz da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), sendo a primeira pessoa, que mesmo à distância, me incentivou na ideia de estudar a mídia indígena e com generosidade forneceu informações que deram início a este trabalho de pesquisa.

A todos os amigos e colegas, que me estimularam e deram suporte afetivo nesta caminhada, direta ou indiretamente.

Ao Anápuàka Muniz Tupinambá HãHãHãe, cujos esclarecimentos acerca da Web Rádio Yandê foram fundamentais para elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), por acolher o tema da pesquisa e por todo conhecimento compartilhado.

À minha orientadora Lia Calabre pelo suporte, pela generosidade e, principalmente, por acreditar na minha capacidade de realização.

Aos Professores da Banca Examinadora, por terem aceitado o convite e pela leitura atenta: Adilson Vaz Cabral Filho (UFF), Eula Dantas T. Cabral (FCRB).

[EPÍGRAFE]

Somos todos seres de passagem, dizia meu avô. Só quem vive o presente, o agora, o hoje, consegue se comprometer com a vida, dizia o pajé. Por que se preocupar com o dia de amanhã? A cada dia basta sua preocupação. Se o momento atual não fosse bom, não se chamaria presente. (Daniel Munduruku)

RESUMO

SILVA, Marilda Samico da. A Web Rádio Yandê e a difusão das culturas indígenas. 2022-2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2023.

Esta dissertação trata da contribuição das tecnologias digitais para a difusão das culturas dos povos originários do Brasil, através do estudo da Web Rádio Yandê, primeira rádio digital com conteúdo produzido, exclusivamente, por e para os indígenas. Este veículo de comunicação materializa o conceito de *etnomídia*, onde o traço étnico-cultural é o que norteia o conteúdo difundido. A principal função desta mídia radiofônica é dar protagonismo aos povos indígenas e oportunizar a repercussão dos seus saberes ancestrais e contemporâneos, rompendo os limites geográficos e territoriais.

Palavras chaves: Mídia digital. Web rádio. Difusão. Etnomídia. Yandê,

ABSTRACT

SILVA, Marilda Samico da. A Web Rádio Yandê e a difusão das culturas indígenas. 2022-2023. 105 p. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2023.

This dissertation will talk about the contribution of the digital technologies for the native people cultures diffusion, through the study of the Web Radio Yandê, first digital radio of Brazil with content produced for and by native people. This media of communication materializes the *etnomedia* concept, where the cultural ethnic characteristic is what guides the programming diffused. The principal function of this radiophonic media is to give protagonism for the native people and reverberate their ancestral and contemporary knowledges, breaking the geographic and territorial limits.

Keywords: Digital media. Web radio. Diffusion. Ethnomedia. Yandê

RESUMEN

SILVA, Marilda Samico da. A Web Rádio Yandê e a difusão das culturas indígenas. 2022-2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2023.

La presente tesis trata sobre la contribución de las tecnologías digitales a la difusión de las culturas de los pueblos originarios, acerca de la investigación sobre la Web Rádio Yandê, la primera radio digital en Brasil con contenidos producidos exclusivamente por y para los pueblos originarios brasileños. Este vehículo de comunicación concretiza el concepto de etnomedios, donde los rasgos étnicos culturales determinan el guión de la programación de dicha radio. La función más importante de este medio de radiodifusión dedicado a los pueblos originarios brasileños es para que asuman su protagonismo y también darles oportunidades para la repercusión de sus saberes ancestrales y contemporáneos, rompiendo fronteras geográficas y territoriales.

Palabras claves: medios digitales, radio web, difusión, etnomedia, “Yandê” (Yandê)

ABREVIATURAS E SIGLAS

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
Instituto Socioambiental (ISA)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Mato Grosso do Sul (MS)
Serviço de Proteção ao Índio (SPI)
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
São Paulo (SP)
Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP)
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
União das Nações Indígenas (UNI)
Constituição Federal (CF/88)
Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)
Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Instituto Kaingang (INKA)
Ministério da Cultura (MinC)
Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult)
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO
Estados Unidos da América (EUA)
Academia Brasileira de Letras (ABL)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (DESA)
Museu Nacional (MN)
Universidade de São Paulo (USP)
Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs)
Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Núcleo de Cultura Indígena (NCI)
União das Nações Indígenas (UNI)
Rio Grande do Sul (RS)
Minas Gerais (MG)
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)
Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC)
Rio de Janeiro (RJ)
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)
Cadastro Único do Governo Federal (Cad Único)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade da Bahia (UFBA)
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
(APOINME)
Amazonas (AM)
Repositório Digital (RD)
Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PRIMEIRO CAPÍTULO	
1 OS INDÍGENAS E A DIFUSÃO DE SUAS CULTURAS	
1.1 Os indígenas na origem do povo brasileiro.....	18
1.2 Patrimônio e Memória: tradição e modernidade.....	26
1.3 Políticas públicas e os indígenas.....	29
1.3.1 Políticas Reparatórias.....	34
1.3.2 Políticas Culturais.....	38
1.4 Culturas e Identidades.....	42
SEGUNDO CAPÍTULO	
2 WEB RÁDIO YANDÊ	
2.1 A mídia radiofônica e seu uso pelos indígenas.....	52
2.1.1 Do analógico ao digital.....	52
2.1.2 A comunicação como um direito.....	58
2.2 A Yandê e as culturas indígenas.....	62
2.2.1 Yandê: a etnomídia da etnocomunicação indígena.....	80
2.3 Experiências midiáticas contemporâneas.....	83
TERCEIRO CAPÍTULO	
3 PRODUTO: Manual para criação do Repositório Digital da Rádio Yandê.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXO I: Roteiro de perguntas estruturadas.....	113

INTRODUÇÃO

O objetivo principal para a realização desta pesquisa, que resultou na presente dissertação, foi proceder o estudo sobre a web rádio Yandê, primeira mídia indígena digital do país, em atividade desde 2013, e demonstrar sua importância para a difusão das culturas indígenas. Detectada a carência de uma representação midiática, que desse conta das especificidades, da diversidade dos povos indígenas e não os apresentasse de forma estereotipada, nem como uma massa homogênea, Anápuàka Muniz Tupinambá HãHãHãe, Denilson Baniwa e Renata Machado Tupinambá decidiram criar uma mídia feita, exclusivamente, por e para esses grupos étnicos, surgindo assim a web rádio Yandê.

A escolha do tema se deve a uma formação acadêmica em comunicação social e a atuação profissional na área cultural, pois o conteúdo visa unir estes dois temas (cultura e comunicação), relacionados à difusão das emblemáticas culturas dos povos indígenas. Ao longo da pesquisa, fomos mergulhando no universo indígena de diversas formas para desconstruir e decolonizar os olhares sobre estes povos, através de muitos meios: escutar a web rádio Yandê, assistir filmes feitos pelos indígenas e sobre eles, ler livros escritos por eles e sobre eles, assistir entrevistas e *lives* protagonizadas pelos povos originários, participar como ouvinte de muitos seminários feitos por eles, sobre eles e para eles, visitar exposições, assistir shows e ver diversos vídeos de indígenas. Também, foi importante acessar o acervo no Repositório Digital do Programa de Índio, produto midiático inspirador da Rádio Yandê, para entender quais eram as questões centrais destes povos na ocasião em que o programa foi veiculado, entre 1985 e 1990. Foi tristemente constatado em todo o material pesquisado que as problemáticas que envolvem os nativos, continuam as mesmas, desde a época do primeiro contato com os colonizadores, quais sejam: imposição cultural e luta para preservação de suas culturas, invasões de terras por ganância, extermínio de populações, luta pela manutenção e respeito aos seus direitos constitucionais e humanos. Mergulhamos ainda no site da Yandê, fazendo a escuta ativa e atenta dos programas, além de ler os textos postados, durante períodos distintos para entender as diversas fases pelas quais a web rádio tem passado. Trabalhamos o embasamento teórico a partir de alguns conceitos tais como: identidade, etnia, minoria, cultura, comunicação cidadã e comunitária, inclusão digital, etnocomunicação e etnomídia indígena. Colhemos informações fornecidas por Anápuàka, contando sobre a sua história de vida, a criação da Yandê e a formação de correspondentes indígenas. Anápuàka foi uma importante fonte primária, funcionando como o fio condutor deste trabalho. O surgimento de novos etnocomunicadores

têm resultado em novas experiências etnomidiáticas, realizadas por sujeitos indígenas. A Yandê inspirou e potencializou o surgimento de outros meios de comunicação indígena nas diversas plataformas digitais atuais.

É importante estabelecer a conceituação que consideramos nesta dissertação para povos originários e povos tradicionais. Usaremos a definição do termo ‘povos originários’ que consta no Dicionário Michaelis online¹, descrevendo como “aquele vinculado às origens; oriundo”. Neste grupo estão incluídos os povos indígenas existentes atualmente no território brasileiro, que são descendentes dos primeiros habitantes de ‘Pindorama’ ou ‘Terra das Palmeiras’, nome dado pelos originários, ao que hoje conhecemos como Brasil. Para ‘povos e comunidades tradicionais’ consideramos o que descreve o inciso I, do Art. 3º, do Decreto 6.040/2007², que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e os conceitua como:

(...) grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Podemos então concluir que os povos originários são tradicionais, mas os povos tradicionais, nem sempre são originários. Os indígenas são originários e tradicionais e são apenas um dentre outros grupos étnicos.

O texto foi elaborado buscando, sempre que possível, trazer as falas e citações dos próprios indígenas, pois a proposta é falar sobre eles, junto com eles, procedendo a escuta e repercutindo suas considerações. A dissertação está dividida em três partes, transformadas em capítulos e algumas subseções secundárias e terciárias.

O primeiro capítulo (seção primária) tem como título: *Os indígenas e a difusão de suas culturas*, e o primeiro subtítulo é: *Os indígenas na origem do povo brasileiro*, com conteúdo que afirma os indígenas como os povos originários desta terra e traz embasamentos de algumas personalidades indígenas como Ailton Krenak, Célia Xakriabá, Daniel Munduruku e os teóricos não indígenas, Bessa Freire, Darcy Ribeiro, Néstor Garcia Canclini, entre abordagens de outros autores. No segundo subtítulo: *Memória e Patrimônio: tradição e modernidade* são tratados

¹ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/> Acesso em: 28/11/2022

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
Acesso em: 24/11/2022

os temas relativos ao apagamento e ao resgate das memórias individuais e coletivas, trazendo visões de Alessandro Portelli e Ana Mauad, relacionando às culturas indígenas: hábitos, costumes, tradições, rituais, crenças etc.. O terceiro subtítulo *Políticas públicas e os indígenas* traça um breve histórico do ordenamento jurídico brasileiro e as políticas voltadas aos indígenas em particular, além dos seus direitos e deveres como cidadãos brasileiros, que passaram a vigorar na Constituição Federal de 1988. Discorremos sem muito aprofundamento sobre as *Políticas Reparatórias* e as *Políticas Culturais*, abrindo duas subseções para dar um pouco mais de atenção aos aspectos relacionados aos povos indígenas. Nesse capítulo autores como Lia Calabre, Humberto Cunha Filho, Raymond Willians, trazem esclarecimentos com suas reflexões. Encerra-se o primeiro capítulo com o subtítulo *Culturas e Identidades*, trazendo referências de Stuart Hall, Zigmund Bauman e Lucia Santaella, que nos introduz à cibercultura.

Partindo para a segunda parte da dissertação, cujo título é *Web Rádio Yandê*, abrimos a primeira subseção com o subtítulo *A mídia radiofônica e seu uso pelos indígenas*, subdividindo-o no primeiro subtema *Do analógico ao digital*, no qual fazemos um breve histórico do veículo de comunicação ‘rádio’ com contribuições de Luiz Arthur Ferraretto, Marcelo Kischinhevsky, Henry Jenkins, Jesús Martín-Barbero e Manuel Castells. Depois partimos para o segundo subtema que é *A comunicação como um direito*, onde debatemos o direito à comunicação, trazendo autores como Adilson Vaz Cabral Filho, Eula Cabral, Denis de Moraes e outros. Na segunda subseção, cujo subtítulo é *A web rádio Yandê e as culturas indígenas*, refletimos sobre o modo indígena de fazer comunicação e o tipo de prática comunicacional da Yandê, que é voltada para grupos étnicos indígenas. Nesta parte apresentamos ponderações de Muniz Sodré, Raquel Paiva e Cecília Peruzzo, entre outros. Essa subseção está dividida no subtema *A etnomídia da etnocomunicação indígena* onde trazemos os recentes conceitos de etnocomunicação e etnomídia indígena, descritos por Raquel Gomes Carneiro, Letycia Gomes do Nascimento, Grazielli Eurich e Emanuela Amaral, além do próprio Anápuaka, que aprofundou e se apropriou desse conceito. Para ilustrar esta parte da pesquisa, citamos aqui algumas expressões culturais veiculadas pela Yandê. No terceiro capítulo, destinado a apresentação do produto resultante do Mestrado Profissional, apresentamos o Manual para a criação do Repositório Digital da Rádio Yandê, visando estimular a preservação do acervo comunicacional e cultural, que foi veiculado pela web rádio ao longo dos seus 10 anos de existência, que serão completados em novembro de 2023.

Tratamos de forma enfática, em outro subitem, do direito à comunicação, porque o estado democrático pressupõe a necessidade de pluralidade de pontos de vista nos processos

informativos e culturais, diversificando as fontes produtoras e emissoras desse conteúdo. No entanto, o que vemos acontecer na realidade de vários países, inclusive o nosso, é o contrário disso. Não se pode ignorar a concentração midiática à qual estamos submetidos e o impacto causado por esse fato. Isso nos leva a algumas perguntas: quem de fato está tendo o direito de se expressar através das mídias? De que forma esses processos comunicacionais podem contribuir para a sensação de pertencimento e aceitação dessas identidades? A tecnologia relacionada à internet pode auxiliar na preservação da memória cultural dos povos indígenas brasileiros?

PRIMEIRO CAPÍTULO

1 OS INDÍGENAS E A DIFUSÃO DE SUAS CULTURAIS

1.1 Os indígenas na origem do povo brasileiro

Para entender o Brasil é preciso falar dos povos que constituem nossa sociedade. Os povos originários são a pedra fundamental e a matriz deste país, por serem os primeiros habitantes deste território. Como nos lembra Célia Xakriabá, professora e deputada federal indígena de Minas Gerais, eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2022, o país precisa se reconciliar com sua história, porque “antes do Brasil da coroa, existe o Brasil do cocar”!

O antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) considera que três matrizes básicas estão na formação do povo brasileiro: os índios que habitavam originalmente a terra, os portugueses, europeu descobridor-colonizador e os africanos escravizados, dando origem a uma sociedade singular e ao mesmo tempo plural. Em seu livro “O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil”, escrito em 1995, Darcy descreve em detalhes o papel que cada um destes atores étnicos desempenhou nesta miscigenação.

O conceito que temos de ‘povo brasileiro’ é recente, existe há apenas 522 anos, conforme ensina Bessa Freire, reafirmando a presença das três matrizes às quais se refere Darcy Ribeiro:

Esse povo é novo, foi formado nos últimos cinco séculos, com a contribuição, entre outras, de três grandes matrizes: as matrizes indígenas, formadas por povos de variadas famílias linguísticas como o tupi, o karib, o aruak, o jê, o tukano e muitos outros; as matrizes europeias, representadas basicamente pelos portugueses, mas também pelos espanhóis, italianos, alemães, poloneses etc.; e as matrizes africanas, da qual participaram diferentes povos como os fon, yorubás, nagôs, gêges, ewés, haussá, bantos kimbundos, kicongos, benguelas e tantos outros (FREIRE, 2010, p. 31).

Uma demonstração do pensamento indígena acerca da formação nacional pode ser observada no texto publicado no perfil do Facebook de Myrian Krexu, primeira médica cirurgiã cardíaca indígena. Krexu reflete sobre a participação dos povos indígenas na construção do que hoje conhecemos como povo brasileiro:

A mãe do Brasil é indígena, ainda que o país tenha mais orgulho de seu pai europeu que o trata como um filho bastardo. Sua raiz vem daqui, do povo ancestral (...). Nós somos um país rico, diverso e guerreiro, mas um país que mata o seu povo originário (...). O indígena não é aquele que você conhece dos antigos livros de história, porque não foi ele que escreveu o livro, então, nem sempre a sua versão é contada. Ele não está apenas na aldeia tentando sobreviver, ele está na cidade, na universidade, no mercado de trabalho, na arte, na televisão, porque o Brasil todo é terra indígena (KREXU, 2020)³.

Para o professor Bessa Freire é impossível reconstituir a nossa história se não possuímos o conhecimento sobre a história indígena. Segundo o estudioso, sem tal conhecimento não existe a possibilidade de explicar o Brasil contemporâneo. Bessa concorda com o texto de Krexu quando assevera que os indígenas estão nas nossas raízes estruturais e, por esta razão, é necessário saber mais sobre estes povos:

(...) tentar compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer ‘o outro’, ‘o diferente’, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos. É preciso voltar a estas raízes, que se entrelaçam na formação do nosso povo (FREIRE, 2010, p.17).

Estas palavras ganham outros contornos quando o professor e escritor Daniel Munduruku afirma que “a identidade brasileira está contida na ancestralidade indígena”⁴ (MUNDURUKU, 2021). Mesmo que se teime em negar, nossa ligação com os povos nativos desta terra é muito mais profunda do que queremos aceitar, pois eles são de fato os nossos antepassados. Isto significa que a história do Brasil para existir depende da história dos povos originários.

Sabemos que o povo brasileiro é miscigenado em sua origem, mas não se pode esquecer que esta mistura étnica teve início à custa da violência e do estupro, por parte dos colonizadores, de corpos femininos indígenas e, mais tarde, também das mulheres afrodescendentes. Embora esta interação social e cultural tenha sido forçada, e este fato seja motivo de indignação e vergonha para a nossa história, o contato com estes povos resultou numa cultura plural e diversa.

³ Texto completo publicado no Facebook em 17/05/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/108578573843259/photos/texto-por-myrian-krexua-m%C3%A3e-do-brasil-%C3%A9-ind%C3%ADgena-ainda-que-o-pa%C3%ADs-tenha-mais-org/261956708505444/> Acesso em 16/05/2022.

⁴ Programa Nosso Mundo, exibido pelo canal CNN, em 21/05/2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9pPMk96mW7U&ab_channel=CNNBrasil Acesso em 16/05/2022.

A formação do povo brasileiro passou pelo processo chamado de aculturação, que é inerente ao encontro de duas ou mais culturas e acontece quando tomamos ‘emprestado’ elementos de outras culturas e incorporamos à nossa, por meio do contato continuado. O antropólogo Franz Uris Boas, que ajudou a construir o conceito de ‘aculturação’, define desta forma o termo: “A aculturação é um processo sociológico e antropológico que se dá no encontro entre duas culturas, ocorra ele de maneira pacífica ou não. A partir desse encontro, os diferentes grupos estabelecem trocas que resultam na modificação de suas culturas” (BOAS, 2004, p. 49).

Os contatos e imbricações culturais são um fato, desde que o homo sapiens começou a se movimentar pelo mundo, seja andando a pé, no lombo de um animal, ou em qualquer veículo que o transportasse e o fizesse transitar entre lugares. O que motivava os deslocamentos muitas vezes era a busca por alimento e recursos naturais para sua sobrevivência e dos seus. Entretanto, ao ter contato com o ‘outro’ é inevitável acontecer a troca de conhecimentos, tecnologias e culturas. Esses trânsitos continuam existindo, atualmente, inclusive sofreram um incremento devido aos modernos processos de globalização. Neste contexto, trazemos para reflexão outro conceito de interação cultural, a interculturalidade, usado para indicar um “conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos” (FLEURI, 2005).

Segundo Bessa Freire, a interculturalidade não é apenas uma mera transferência de conteúdo de uma cultura para outra: “A interculturalidade é uma construção conjunta de novos significados, onde novas realidades são construídas, sem que isso implique abandono das próprias tradições” (FREIRE, 2010, p. 27). No caso dos povos indígenas, sobretudo os que vivem em contexto urbano, mas que continuam mantendo ligação com suas aldeias, a interculturalidade se materializa, porque dentro do meio social urbano dos não indígenas, eles se vestem com as mesmas roupas, falam a mesma língua, praticam os mesmos hábitos. No entanto, quando retornam aos territórios ancestrais nos aldeamentos florestais, em contato com seus parentes, especialmente os anciãos, que são considerados sábios e tratados com respeito dentro das aldeias, eles conseguem retomar suas tradições e hábitos, praticar os rituais e a língua nativa do seu povo. Esses jovens podem estar sendo agentes importantes, por trazerem as novas tecnologias para suas comunidades e ao mesmo tempo manterem as tradições culturais dos seus povos. Este exemplo, ilustra a visão de Canclini de que a interculturalidade não funde culturas diferentes: “a sociedade é modificada pela presença de outros modos de vida, língua, religiões, mas não é sinônimo de fusão” (CANCLINI, 2009, p. 49).

Entretanto a sociedade dominante colonizadora que é patriarcal, branca, hétero normativa, não aceita nada diferente deste padrão e trabalha na tentativa da homogeneização social e cultural, objetivando nos tornar réplicas uns dos outros. Neste processo não se leva em conta as especificidades de cada um. As minorias numéricas e representativas, que fogem a este modelo imposto, sofrem preconceito, são discriminadas e alijadas da sociedade. Uma das principais bandeiras de luta destes grupos é o direito à existência e a serem aceitos como são.

O termo interculturalidade se diferencia de outro bastante usado no estudo da diversidade cultural que é o da multiculturalidade, que indica apenas a coexistência de diversos grupos culturais na mesma sociedade sem apontar para uma política de convivência (FLEURI, 2005). Dentro desse campo de discussão, mais um conceito que nos permite compreender melhor esse processo de encontro, dominação e trocas obrigatórias entre culturas é o ‘hibridismo’. Para Canclini “(...) a noção de hibridação implica considerar as intersecções entre culturas e estabelecer como propósito do trabalho das ciências sociais situar-se entre as culturas, nos lugares de cruzamentos, fusões, conflitos e contradições” (CANCLINI, 2006, p. 8).

A hibridação nos parece adequada para traduzir os processos derivados da interculturalidade, não só as fusões raciais comumente denominadas de mestiçagem ou o sincretismo religioso, mas também as misturas modernas do artesanal com o industrial, do culto com o popular e do escrito com o visual, ou seja, trata-se de um conceito de maior amplitude e atualidade, que explicaria melhor os complexos processos combinatórios contemporâneos: “não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas, também a de produtos de tecnologia avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos” (CANCLINI, 2003, p. 29). Hibridismo é o termo escolhido para “designar as misturas interculturais propriamente modernas, entre outras, aquelas geradas pela integração dos Estados nacionais, os populismos políticos e as indústrias culturais” (CANCLINI, 2003, p. 27). Os povos indígenas não isolados mantêm suas tradições, mas já passaram pelo processo de hibridismo com relação à vestimenta, por exemplo, e outros costumes que foram incorporados.

Já a transculturação é quando um grupo social recebe e assimila as formas culturais que provêm de outro grupo. É a adaptação dos traços de uma cultura alheia como sendo próprios, causando uma transformação cultural. Esse termo foi cunhado pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz, em 1940, para descrever o fenômeno da fusão e convergência de culturas. A transculturação abrange mais do que a transição de uma cultura para outra, pois está ligada à transformação de padrões culturais locais, a partir da adoção de novos padrões.

Esses processos acontecem devido ao inevitável convívio entre as diversas culturas, desde que o homem começou a se locomover pelo planeta e a interagir com povos distintos. Com a invenção de caravelas, barcos e outros meios de circulação, o homem conseguiu explorar novos ambientes, trocar culturas, moedas e conhecimento. O escritor mexicano e ganhador do prêmio Nobel de Literatura, em 1990, Octavio Paz vai dizer que “as civilizações não são fortalezas, mas encruzilhadas” (PAZ, 1991, p. 11) e, por esta razão, as interações culturais além de inevitáveis, influenciam diretamente na composição das identidades.

A colonização portuguesa no Brasil se efetivou a partir da exploração, povoamento, extermínio e conquista dos povos indígenas (nativos) e das novas terras. A Coroa portuguesa, quando empreendeu o financiamento das navegações marítimas, no século XV, tinha como objetivo a ampliação das trocas comerciais e a busca por produtos para vender na Europa, além da expansão do cristianismo.

Na atualidade, a globalização tem sido a grande responsável pela permeabilidade entre as diferentes culturas. Podemos dizer que os primeiros processos de globalização se dão com as grandes navegações, no século XVI, momento em que as trocas comerciais se ampliaram para outras nações, ainda que os europeus não tivessem a dimensão da extensão da terra, nem da diversidade cultural que compunham os grupos humanos que a habitavam. A globalização é um processo de expansão econômica, política e cultural a nível mundial. Mas, é ainda uma tentativa de homogeneização, que não respeita as diversidades, as multiplicidades e as especificidades culturais de cada local. No último século, o processo de globalização se acelerou bastante, devido à terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científico-Informacional e vem sofrendo incremento pelo advento da rede mundial de computadores e das tecnologias digitais, que destruíram as fronteiras geográficas.

A chegada dos europeus, em 1500, para além das interações culturais, gerou a morte de diversos grupos indígenas porque trouxe consigo doenças contagiosas e letais, enfermidades com as quais os povos originários até então não haviam tido contato, conforme narra um indígena ancião do povo ‘panará’, recontando histórias que ouviu dos seus antepassados: “Os brancos começaram a trazer doenças que os nossos pajés não sabiam curar”⁵. A população indígena sofreu um decréscimo, entre os séculos XVI e XX. Neste período, centenas de povos foram extintos, passando de milhões para a casa dos milhares. Extermínios, epidemias e a escravidão foram os principais motivos desta redução. O povo Krenak, por exemplo, depois de

⁵ Filme *De volta à terra boa*, dirigido Vicent Carrelli e Mari Corrêa, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOFuQEJxUI8> Acesso em: 12/04/2022.

séculos de extermínio, chegaram ao início do século XX com cerca de 5 mil indivíduos, que ainda submetidos ao processo de dominação quase desapareceram. Em 1989⁶, restavam somente 130 descendentes desse povo. Com as políticas implementadas, após a promulgação da Constituição de 1988, o povo Krenak voltou a crescer.

De acordo com Darcy Ribeiro, cerca de 80 povos indígenas desapareceram desde o primeiro contato com os colonizadores:

Os invasores trouxeram a coqueluche, a tuberculose e o sarampo. O encontro entre essas duas civilizações começa com uma guerra bacteriológica. Em poucas décadas desapareceram as povoações indígenas que as caravelas do descobrimento encontraram por toda a costa brasileira (RIBEIRO, 1995, p. 53).

E prossegue, contabilizando este extermínio étnico:

(...) supomos que aqueles 5 milhões de indígenas de 1500 se teriam reduzido a 4 milhões um século depois, com a dizimação pelas epidemias das populações do litoral atlântico, que sofreram o primeiro impacto da civilização pela contaminação das tribos do interior com as pestes trazidas pelo europeu e pela guerra. No segundo século, de 1600 a 1700, prossegue a ‘depopulação’ provocada pelas epidemias e pelo desgaste no trabalho escravo, bem como o extermínio na guerra, reduzindo-se a população indígena de 4 para 2 milhões (RIBEIRO, 1995, p.141).

Bessa Freire lamenta este fato, pois o desaparecimento de uma etnia é uma perda cultural imensa: “com dizimação de cada grupo indígena, o mundo perde milênios de conhecimento acumulado sobre a vida e a adaptação aos ecossistemas tropicais” (FREIRE, 2009, p. 236).

Nesta dissertação será adotado o conceito de etnia descrito por Stuart Hall, como o “termo utilizado para características culturais - língua, religião, costume, tradições, sentimento de lugar - que são partilhadas por um povo” (HALL, 2006, p. 62), neste caso, os povos originários.

A partir da década de 80, a população indígena voltou a aumentar graças às políticas de incentivo e preservação. Segundo os dados do Instituto Socioambiental (ISA), em 2019, a população indígena no Brasil passou de 896 mil⁷. O Censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, divulgou a existência de 305 etnias diferentes e revelou que o Brasil é o país com a maior

⁶ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak> Acesso em: 12/04/2022.

⁷ Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F Acesso em 10/04/2021

diversidade étnica de indígenas no mundo, mesmo tendo cometido e continuar cometendo etnocídio (quando uma etnia é dizimada) contra estes povos. Roraima e Amazonas são os estados com mais habitantes autodeclarados indígenas do país. O maior percentual de indígenas reside no município do Uiramutã, onde está localizado a terra indígena Raposa Serra do Sol, com 88,1% da população indígena do estado⁸. A etnia com maior número de indígenas no país, segundo o ISA (2019), era dos povos Tikuna e sua língua era a mais falada.

Com relação a grande variedade e ao número de etnias indígenas no país, o escritor Cristino Wapichana corrobora com o que aponta o Censo Demográfico de 2010, dizendo que “o Brasil tem o maior número de povos tradicionais do mundo⁹” (WAPICHANA, 2021). No entanto, estes povos não são respeitados e são marcados pela luta para fazer valer seus direitos, mas são inspiradores na questão da resistência: “estes povos resistem porque nasceram para resistir!” (WAPICHANA, 2021). O escritor Ailton Krenak lembra que “os indígenas resistiram expandindo sua subjetividade e não aceitando a ideia de que somos todos iguais. Têm quinhentos anos que os índios estão resistindo”! (KRENAK, 2019, p. 15). Os povos originários resistem como podem a um colonialismo cultural. Um lema comum entre eles é “resistir para existir!”

Infelizmente, em 522 anos, as agressões e a violência contra os povos indígenas não cessam no Brasil, tendo inclusive se agravado nos últimos anos. Os indígenas têm sido sistematicamente desrespeitados de várias formas em seus direitos de povos originários. Existe demora nos processos de demarcação de suas terras, além de ocorrerem reiteradas invasões às terras já demarcadas, gerando grande número de indígenas mortos nos conflitos.

O Relatório da Violência Contra Povos Indígenas no Brasil¹⁰, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), aponta que, em 2021, aumentaram em 15% as invasões de terras indígenas em relação a 2020. O total de assassinatos de indígenas no período se manteve num patamar elevado. Depois de atingir o recorde em 2020 com 282 assassinatos, em 2021, foram contabilizados 276 crimes. O CIMI constatou ainda que os crimes contra os povos originários estão mais bárbaros e têm atingido menores de idade com maior frequência.

⁸ Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-possui-a-maior-populacao-indigena-do-pais/75168> Acesso em 16/05/2022

⁹ Seminário Abril Indígena Live 2021, promovido pela Rádio Yandê. Ver em: <https://hi-in.facebook.com/visibilidadeindigena/posts/2777593409032223/> Acesso 12/04/2022

¹⁰ Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf> Acesso em 22/06/2022

Dentre os atos de violência registrados, existem casos envolvendo estupro, tortura e esquiteamento de crianças e jovens. Outro dado estarrecedor é com relação a taxa de suicídio, que entre os indígenas se revela seis vezes mais alta do que entre os não indígenas. Para os autores do relatório, os 148 suicídios registrados no período, número considerado alarmante, pode ser entendido como um sintoma da ausência de políticas públicas que garantam a segurança e o futuro dos povos indígenas.

O advogado indígena Wilson Matos da Silva, que coordenou o Observatório de Direitos Indígenas Regional do Centro Oeste e reside na Aldeia Jaguapirú, na cidade de Dourados/MS, em 2011, dizia o seguinte a respeito desta violência contínua contra os povos indígenas e suas terras:

A violência na disputa por terras vem aumentando dia a dia, dezenas de lideranças indígenas estão sendo silenciadas, assassinadas, por pistoleiros a mando de latifundiários, que se julgam “donos” das terras, com a conivência do próprio Estado. Acontecem verdadeiros massacres forjados pelo agronegócio e a bancada ruralista nos tempos atuais (SILVA, 2011)¹¹.

Silva utiliza o conceito de genocídio para tipificar a ocorrência destes fatos:

(...) o genocídio indígena é o extermínio das populações indígenas, entendidas como minorias étnicas. O termo genocídio foi criado como um conceito específico para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, raciais e/ou religiosos” (SILVA, 2011).

Quando morre um ancião de qualquer etnia indígena é como se queimasse uma biblioteca inteira, muita sabedoria vai junto com ele. Esses conhecimentos e saberes são parte do nosso patrimônio e memória ancestral e por esta razão, há que se buscar formas de preservá-los. Assim como a preservação das florestas é imprescindível para possibilitar a permanência do ser humano neste planeta, a preservação dos patrimônios culturais é vital para a identificação deste ser com a sua cultura e com o seu grupo social de pertencimento.

¹¹ Disponível em: <https://www.progresso.com.br/variedades/genocidio-e-etnocidio-dos-povos-indigenas/42248/>
Acesso em 10/04/2022

1.2 Memória e Patrimônio: tradição e modernidade

As culturas indígenas são parte essencial da nossa formação e estão presentes no nosso cotidiano. Alguns elementos que nos constituem foram compartilhados pelos povos originários, e vão desde a culinária (a mandioca, por exemplo) até o uso de algumas palavras, tais como: carioca (significa “casa de branco”), ipanema (significa "lago fedorento", "rio imprestável" ou "água imprópria para nadar e para pescar"), jaburu (era como os indígenas da etnia kuikuro chamavam os bandeirantes, no centro-oeste brasileiro, no século XVIII), entre muitas outras expressões, utensílios, objetos, acessórios e hábitos, que usamos no dia a dia sem nos darmos conta que são importadas destas culturas ancestrais.

O sociólogo Gilberto Freyre discute em seu livro *Casa Grande e Senzala* a formação da sociedade brasileira, baseando-se em diversos aspectos como vestimenta, culinária e arquitetura. O livro foi escrito em 1933, num contexto em que se defendia a existência de raças superiores e inferiores e por esse motivo, a mestiçagem era tida como negativa, pois causava a ‘degeneração’ da raça. No entanto, Freyre, que era contrário a esta tese, pontuou no texto algumas contribuições da cultura indígena: “Da cunha é que nos veio o melhor da cultura indígena. Ela nos deu a rede em que se embalaria o sono ou a volúpia do brasileiro; o óleo de coco para o cabelo das mulheres. O asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau” (FREYRE, 2003, p. 162).

Perdemos o elo com nossa ancestralidade e por essa razão, negamos espaço à cultura indígena. É preciso conhecer e ressaltar a colaboração dos povos indígenas para a cultura brasileira, a fim de que se possa caminhar na direção da quebra de estigmas e preconceitos. A soma cultural das práticas e conhecimentos dos povos originários deve ser motivo de orgulho para nós. O professor Bessa Freire alerta que: “Os povos indígenas produzem saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião. O preconceito não nos tem permitido usufruir desse legado cultural acumulado durante milênios” (FREIRE, 2010, p. 22).

Os povos originários com sua rica e diversa cultura, bem como as terras onde habitam são patrimônios culturais do Brasil e como tal, devem ser preservados. Para José Reginaldo Santos Gonçalves “o patrimônio é coletivo assim como a cultura. (...) O patrimônio, de certo modo, constrói e forma pessoas” (GONÇALVES, 2013, p. 27). Sendo assim, o patrimônio é fundamental para a memória coletiva e para construção das identidades culturais.

Vera Dodebei considera que a visão de patrimônio está diretamente ligada à memória, tanto pessoal como coletiva e afirma que a ideia de patrimônio evidencia que, “se para o

indivíduo é impossível viver sem memória, para uma coletividade a convivência constante com seu passado é o necessário ponto de identificação de suas ações no presente” (DODEBEI, 2005, p. 47). Quer dizer que é relevante conhecer e rememorar fatos passados para entendermos o momento presente. A importância da preservação da memória pode ser resumida na frase do indígena Bernardo Roraima, em 1960, ao responder à pergunta sobre por que guardava um objeto de seus antepassados: “Pra não esquecer!” É primordial lutar contra o apagamento das memórias e o silenciamento das vozes que detém estas memórias.

Ana Mauad encontra uma boa definição de memória em Pierre Nora, que a considera como um imenso relicário de lembranças: “a memória é o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada, por uma coletividade viva, de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado” (MAUAD, 2013, p. 35). A pesquisadora coloca memória social como sinônimo de “experiências coletivas passadas”, afirmando que:

(...) o que define a geração não é, simplesmente, a faixa etária dos indivíduos, mas a experiência social compartilhada, que cria uma narrativa do vivido nos processos de rememoração ou de enquadramento da memória. (...) memórias produzidas historicamente pelo grupo na sua experiência social (MAUAD, 2013, p. 34).

A memória coletiva faz parte dos processos históricos vividos pelo mesmo grupo social e necessita ser revisitada continuamente. Esta concepção de Halbwachs foi assim sintetizada por Cardini:

(...) a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (CARDINI, 1988, p. 12).

Para Luiz Fernando Dias Duarte memória coletiva é o mesmo que memória social e ambas se formam das diversas memórias individuais, “a memória coletiva é a memória da sociedade, da totalidade significativa em que se inscrevem e transcorrem as micro memórias pessoais, elos de uma cadeia maior” (DUARTE, 2013, p. 303). Alessandro Portelli chama atenção para o fato de que, “(...) apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças” (PORTELLI, 1997, p. 16), o que se constitui num privilégio para humanidade, pois, por meio das lembranças individuais contam-se histórias compartilhadas que compõem a memória

coletiva de um grupo de pessoas, uma família, um grupo étnico, um grupo religioso, um grupo escolar etc., que serão passadas de uma geração para a seguinte. Sobre este tema, Joelle Rouchou faz referência ao dever da memória não só como uma oposição ao esquecimento, mas, principalmente, como uma orientação para as ações no presente: “(...) memória não somente como dever de lembrar-se, mas como dever de transmitir uma experiência indizível para evitar que o acontecimento se reproduza” (ROUCHOU, 2000, p.178). É necessário combater o apagamento das memórias para não se repetir os erros do passado.

No entanto, é importante ressaltar que as memórias não são iguais para todos, cada pessoa se recorda de um fato de maneira diferente, produzindo, muitas vezes, narrativas divergentes e/ou contraditórias. Por esta razão, Alessandro Portelli considera que a memória é um processo individual: “(...) em hipótese alguma as lembranças de duas pessoas são exatamente iguais” (PORTELLI, 1997, p. 15). Com relação a esse caráter seletivo da memória, Paul Ricouer vai dizer que “implica que os mesmos acontecimentos não sejam memorizados da mesma forma em períodos diferentes” (RICOUER, 2003, p. 4), além do mais “as recordações são narrativas e as narrativas são necessariamente seletivas” (RICOUER, 2003, p. 7). Para Selmo Haroldo Resende as memórias sofrem uma espécie de atualização e se modificam à medida que o passado se distancia: “a memória é uma construção atualizada do passado e que se renova no tempo presente” (RESENDE, 2016, p. 98), passando, como diz Ana Mauad, por um “processo de rememoração que cria narrativas sobre um determinado tempo e espaço passados” (MAUAD, 2013, p. 36).

O surgimento da internet propiciou algum resgate de memórias e, também, revolucionou a comunicação contemporânea com o rompimento das barreiras territoriais e o imediatismo, além de possibilitar o protagonismo e a representatividade para os grupos minoritários. Para além desta contribuição na preservação de memórias e por dar visibilidade aos ‘invisíveis’, Lucia Santaella expõe o fato de que o advento das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) também tem influenciado os comportamentos sociais: “as novas tecnologias da informação e comunicação estão mudando não apenas as formas do entretenimento e do lazer, mas potencialmente todas as esferas da sociedade.” (SANTAELLA, 2003, p. 23). A professora acredita que passamos por ‘etapas’ culturais, desde os tempos pretéritos até os dias atuais e explica que cada estágio está ligado a uma (r)evolução tecnológica. Segundo Santaella: “(...) as eras culturais têm seis tipos de formações: a cultura oral, a cultura escrita, a cultura impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cultura digital” (SANTAELLA, 2003, p. 24). Buscando a amplitude do significado da expressão cultura digital,

Dalton Martins diz que: “(...) entende-se cultura digital como um conjunto de práticas sociais que acontecem de forma singular no espaço social digital” (MARTINS, 2018, p. 54). Mas, para aderir a este conceito é preciso reconhecer a cultura digital como novo espaço da socialização humana.

A cultura digital ou cibercultura é um conceito recente que descreve como a tecnologia e a internet estão moldando a maneira como nos comportamos, pensamos, nos comunicamos e interagimos na sociedade, utilizando as novas TICs. Luciana Piazzon Barbosa Lima acrescenta ainda que a internet também incrementou a difusão de bens culturais:

O surgimento da Internet como uma rede interconectada e descentralizada de computadores trouxe consigo inegáveis perspectivas para a democratização da informação e da comunicação. No âmbito da cultura não foi diferente. O uso das TICs para a criação e difusão de bens culturais ampliou as condições tanto para a produção, quanto para reprodução de conteúdo (LIMA, 2018, p.77).

Os povos indígenas brasileiros vêm, há tempos, fazendo uso e se apropriando das tecnologias de informação e comunicação criadas pelos não indígenas. A internet é o novo front de batalha na luta dos povos originários brasileiros pelo direito à sua história contada sob seu ponto de vista e às suas memórias coletivas. É o espaço no qual a cultura digital e a cultura ancestral se complementam, onde tradição e modernidade podem caminhar juntas, conforme acredita Vani Moreira Kenski: “(...) pessoas continuam envolvidas com os valores e usos das culturas populares tradicionais de seus grupos nativos e, ao mesmo tempo, podem estar imersas nas lógicas e práticas da cultura digital que lhes é contemporânea” (KENSKI, 2018, p. 2).

1.3 Políticas públicas e os indígenas

Políticas públicas se apresentam como um instrumento importante para assegurar a concretização de pactos políticos assumidos, sobretudo os relacionados à proteção e promoção de direitos sociais, econômicos e culturais. As instâncias dos governos federal, estadual e municipal se utilizam de políticas públicas para materializar em programas e ações os compromissos assumidos nas plataformas eleitorais. Não é possível a construção de políticas públicas sem governos que a conduzam. As políticas públicas se baseiam em escolhas, definição de prioridades, estabelecimento de metas, aplicabilidade de recursos humanos e financeiros, algumas vezes, implicando em conflito de interesses, principalmente, se o processo

decisório for monocrático e não levar em consideração o interesse público. Canclini acredita que as políticas públicas devem ser elaboradas para produzir resultados e/ou mudanças no enfrentamento de um problema, sempre atendendo ao interesse público (CANCLINI, 1997, p. 26). Celina Souza define políticas públicas como:

(...) um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2007, p. 69).

Por sua vez, Lia Calabre afirma que as políticas públicas devem ser formuladas com a participação, direta ou indireta, de entes públicos e privados, visando assegurar aos cidadãos seus direitos constitucionais. A execução das políticas públicas é importante para o bom funcionamento de toda a sociedade. De acordo com ela:

Ao definirmos, sinteticamente, políticas públicas, podemos dizer que são decisões ordenadoras da ação do Estado sobre uma determinada área, normatizando procedimentos, envolvendo diferentes agentes em todo seu processo de elaboração e implementação, inclusive da sociedade civil, com alocação de recursos financeiros e humanos (CALABRE, 2009, p. 263).

Os povos indígenas do Brasil demoraram muito tempo até serem foco de políticas públicas, sendo colocados à margem e excluídos da sociedade por longo tempo. A tônica usada com estes povos, desde a colonização, tem sido a imposição cultural, a invisibilidade histórica, o preconceito e o massacre.

O primeiro órgão de proteção ao índio do Estado brasileiro foi o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), instituído por meio do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, do qual o sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon foi o primeiro presidente. Segundo Américo Córdula, as primeiras ações na direção da construção de políticas indigenistas foram realizadas por Rondon: “o engenheiro militar Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon instaurou as primeiras políticas indigenistas” (CÓRDULA, 2022, p. 25). O projeto de interiorização, desenvolvido pelo Marechal Rondon não deu continuidade à matança e ao extermínio dos ‘índios’, entretanto, o processo de integralização não respeitava suas diferenças culturais, querendo torná-los ‘iguais a nós’, ‘embranquecê-los’. Embora Rondon admitisse a existência destes povos, não respeitava a diversidade de suas culturas. O pensamento à época apregoava que ser ‘índio’ era um estágio primitivo até que evoluísse e se tornasse um ‘homem civilizado’. Os ‘índios’ eram considerados povos selvagens e sem cultura. O SPI implementou ações

voltadas para o saneamento e a saúde, desenvolvidas entre os anos de 1910 e 1967, quando foi extinto, marcando uma série de avanços na proteção dos povos indígenas.

Em 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão governamental existente até hoje, criado pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro¹², cuja função precípua é dar continuidade ao trabalho de proteção aos indígenas, além de fazer a mediação entre as diversas formas de organizações sociais, indígenas e não indígenas, contribuindo para a construção de relações interculturais que considerem o modo de vida destes povos. Em 19 de dezembro de 1973, foi criado o Estatuto do Índio ou Lei 6.001¹³, que teve por finalidade preservar a cultura indígena e respeitar seus valores culturais, tradições, usos e costumes. Em seu artigo 3º define que ser ‘índio’ não é uma questão de fenótipo e sim de identificação: “índio é quem se identifica e é identificado como tal”. Contudo, os povos indígenas eram tratados como incapazes de acordo com o Código Civil de 1916, que foi instituído pela Lei 3.071 de 1916. Esta condição foi mantida pelo Estatuto do Índio, vigorando até a promulgação da Constituição em 1988. Este Código Civil Brasileiro, de 1916, absurdamente, só foi revogado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002¹⁴.

A luta dos indígenas pelo direito à existência e ao território teve início com a invasão europeia a partir de 1500, quando os povos originários passaram a ser perseguidos, combatidos, escravizados, massacrados, aculturados e expulsos de suas terras, o que nunca mais parou. A partir do final dos anos 1970, em decorrência de alguns fatos, teve início um processo de mobilização e conscientização política com o auxílio de antropólogos, intelectuais, universidades, organizações não governamentais, a Igreja Católica e os povos indígenas, que passaram a se organizar e começaram a emergir lideranças como os Caciques Mário Juruna e Raoni, sucedidos por Álvaro Tukano, Ailton Krenak e Marco Terena, dando início ao Movimento Indígena.

Em 1978, sob regime da ditadura militar, foi criado o Decreto de Emancipação compulsória dos índios, que visava regulamentar alguns artigos da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do

¹² BRASIL. Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15371.htm Acesso em: 09 jun. 2022.

¹³ BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm Acesso em: 08 jun. 2022.

¹⁴ BRASIL. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art..e%20deveres%20na%20ordem%20civil Acesso em: 14/08/2022.

Índio), sendo um ato autoritário do governo militar na gestão do general Ernesto Geisel. Poliene Bicalho conta que a “proposta era acabar com o paternalismo da FUNAI e adotar uma política agressiva de integração, através da implantação de projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas” (BICALHO, 2019, p. 142). Na verdade, essa emancipação e integração visavam ‘acabar’ com o ‘índio’, destruindo sua cultura, num processo de ‘desindianização’ e, uma vez que não fossem mais considerados ‘índios’, não teriam seus direitos originários garantidos. A partir deste ato, os povos indígenas deram início a uma ampla mobilização, rejeitando o Decreto e criando organizações como a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), representando a Igreja Católica, entre tantas outras iniciativas que se formaram, em busca da garantia de direitos, compondo o momento em que o Movimento Indígena se tornou conhecido em todo o Brasil.

Em 1980 foi fundada a União das Nações Indígenas com a finalidade de unir os povos originários de todo o Brasil, sendo um importante movimento de afirmação dos indígenas como sujeitos políticos dotados de voz própria. Nesta ocasião, as reivindicações dos indígenas começaram a se materializar em suas primeiras conquistas, pois como afirma Humberto Cunha Filho: “Direitos são conquistas, jamais dádivas!” (CUNHA FILHO, 2000, p. 86). Os direitos foram conquistados com muita luta, manifestações e idas à Brasília para falar com políticos, nos anos de 86-87, quando acontecia a Assembleia Nacional Constituinte. Em 04 de setembro de 1987, o líder indígena Ailton Krenak protagonizou uma cena emblemática na plenária da Assembleia Constituinte, fazendo um discurso histórico¹⁵. Enquanto proferia as palavras, pintava o rosto com tintura de jenipapo, que de acordo com a cultura do seu povo é usado como luto. Na ocasião, Krenak presidia a União dos Povos Indígenas que reunia 170 etnias, numa demonstração de que as lutas de todos os povos indígenas se assemelham. Seu discurso feito em defesa do direito originário dos povos indígenas teve grande repercussão na mídia, resultando na aprovação da proposta de Emenda Constitucional da UNI, transformada nos artigos 231 e 232, do capítulo VIII – Dos índios, da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988 (CF/88)¹⁶, tendo sido uma conquista inédita até então. Nos artigos

¹⁵ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q&ab_channel=%C3%8DNDIOCIDAD%C3%83O%3F-OFILME Acesso em: 23/03/2022

¹⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 09 jun. 2022.

mencionados, os índios são reconhecidos como cidadãos brasileiros com direitos aos seus costumes, línguas, crenças, tradições e às terras que tradicionalmente ocupam.

A nossa Carta Magna oferece aos povos originários cidadania plena, além dos seus direitos específicos, pois, o capítulo e os artigos citados tratam especificamente dos índios, existindo outros pontos da lei onde eles também são mencionados. O texto constitucional considera como bens da União as terras tradicionalmente ocupadas por estes povos; designa que a União é a responsável por legislar sobre eles; diz que é competência do Congresso Nacional autorizar a exploração de recursos hídricos e minerais em terras indígenas e, que cabe ao Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses dessas populações. A CF/88 também assegura o direito dos indígenas a terem aulas em língua portuguesa e a utilizar a língua materna nos processos de aprendizagem, no ensino fundamental. E ainda prevê a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

Até a promulgação da CF/88, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado brasileiro como se fossem incapazes, sendo considerados com desenvolvimento mental incompleto, não tratados como cidadãos e não tendo, portanto, seus direitos assegurados. Na CF/88, os indígenas passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e, desde então, deixaram de ser vistos como incapazes para serem tratados como diferentes. A Constituição Federal é o marco legal que garante aos povos indígenas direitos e políticas voltadas às suas particularidades e complexidades étnico-culturais.

Ailton Krenak diz o seguinte a respeito da luta dos povos indígenas pelo reconhecimento dos seus direitos:

(...) acho que teve uma descoberta do Brasil pelos brancos, em 1500 e depois, uma descoberta do Brasil pelos índios, na década de 1970 e 1980. A que está valendo é a última. Os índios descobriram que, apesar de eles serem simbolicamente os donos do Brasil, eles não têm lugar nenhum para viver nesse país. Terão que fazer esse lugar existir dia a dia. Não é uma conquista pronta e feita. Vão ter que fazer isso dia a dia, e fazer isso, expressando sua visão do mundo, sua potência como seres humanos, sua pluralidade, sua vontade de ser e viver (KRENAK, 2014, p. 249).

A CF/88 tentou representar uma mudança de paradigma saindo de um olhar colonialista e adotando uma postura de respeito à identidade cultural desses povos e ao direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam. No entanto, a legislação não se mostra suficiente para ocasionar esta mudança na prática e depois de todos estes anos, os povos originários e as terras em que vivem continuam sofrendo ameaças e sendo alvo de disputas. A promulgação da CF/88 incluiu os indígenas na condição de cidadãos brasileiros com direitos iguais, mas na

verdade, eles são os primeiros habitantes desta terra, antes de ser denominada Brasil e portanto, seus direitos antecedem tal lei. A escritora indígena Julie Dorrico, da etnia Macuxi, atesta que “os indígenas são povos ancestrais detentores de direitos originários¹⁷” (DORRICO, 2021).

No âmbito internacional os povos indígenas são protegidos pela Convenção n° 169¹⁸, elaborada na Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho, reunida em 7 de junho de 1989. As Nações Unidas também defendem os povos indígenas como herdeiros e praticantes de culturas únicas e formas de se relacionar com as pessoas e o meio ambiente. No entanto, todo este arcabouço legal, existente no país e fora dele, não tem garantido aos povos originários acesso pleno a esses direitos. A cidadania indígena vem sendo construída com muitas dificuldades e resistências.

1.3.1 Políticas reparatórias

Será abordado nesta seção algumas leis criadas no período recente da política brasileira, visando a reparação histórica e, por esta razão, representam uma forma e compensação à discriminação sofrida no passado pelos povos tradicionais, indígenas e afrodescendentes, “evitando que o passado se reproduza interminavelmente no presente e se projete para o futuro” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, pág.302). Embora as políticas reparatórias não sejam o tema central da presente pesquisa, nem seja o objetivo deste estudo esgotá-lo, pois mereceria muito mais aprofundamento, estamos trazendo o assunto para a discussão dentro do trabalho, porque diversos indígenas foram diretamente beneficiados por este tipo de política pública. As políticas afirmativas são processos decoloniais, pois permitem o acesso e a inclusão de pessoas que nunca estiveram presentes, nem ocuparam determinados lugares simbólicos, superando os processos colonialistas

¹⁷ Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julie-dorrico/2021/04/14/abril-indigena-3-frases-para-extinguir-do-seu-vocabulario.htm> Acesso em: 22/11/2021.

¹⁸ Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf> Acesso em: 23/02/2022.

Em 2012, foi promulgada a Lei nº 12.711¹⁹, mais conhecida como ‘Lei das Cotas’, a qual destina 50% das vagas em curso superior nas 59 Universidades Federais e nos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para alunos oriundos integralmente do ensino médio público e, dentro desse contingente, cotas baseadas em critérios de renda e étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas). A referida lei, que completou 10 anos em 2022, veio para normatizar um programa de ações afirmativas. A ‘Lei das Cotas’ possibilitou aos indígenas e a outras minorias o acesso à universidade, permitindo a formação e especialização em diversas áreas, unindo a sabedoria ancestral ao conhecimento acadêmico. Estima-se que 45 mil indígenas acessaram a universidade nesta década de políticas reparatórias²⁰.

No âmbito educacional temos ainda as Leis 11.645/2008 e 10.639/2003, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional e incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira e indígena. Ao instituir o ensino das culturas indígenas e afrodescendentes em todas as escolas do país, o Brasil deu um passo importante na valorização da sua diversidade cultural. Entretanto, na prática, os estabelecimentos de ensino, nem públicos nem privados, exceto algumas escolas indígenas e quilombolas, não têm cumprido estas leis por falta, inclusive, de professores especializados para ministrar tais disciplinas. Faltam escolas indígenas nas aldeias, que ensinem os costumes e as línguas maternas para que a tradição seja mantida e não se perca. O olhar com resquícios colonizadores faz com que enxerguemos, ainda hoje, estes povos como inferiores, não considerando seus saberes e a pedagogia indígena, nem promovendo, dentro da educação acadêmica, a licenciatura interdisciplinar. Em virtude de todas estas questões, muitos jovens indígenas se veem obrigados a sair de seus territórios para formalizar e concluir seus estudos na cidade, passando a frequentar escolas não indígenas, sendo em grande parte das vezes, discriminados pelos colegas e sendo objetos de preconceitos.

Além das leis citadas, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes básicas da educação nacional e diz no artigo 32 que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”, enquanto o artigo 35 informa que: “O

¹⁹ BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso em: 24/05/2022.

²⁰

Matéria “Desafios e perspectivas contemporâneas das cotas raciais no Brasil”, publicada em 16/12/2022 no Nexo Políticas Públicas. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/opinia0/2021/Desafios-e-perspectivas-contempor%C3%A2neas-das-cotas-raciais-no-Brasil?utm_medium=Email&utm_campaign=E2%80%A6%201/ Acesso em: 12/05/2022.

ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas”. O artigo 78 garante que: “Os índios têm direito à educação escolar bilíngue e intercultural, para proporcionar a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”. Entretanto, na prática não se verifica a aplicação correta nem o cumprimento destas leis. Percebe-se que os direitos não são plenos, pois requerem algumas condições para serem concedidos. Por exemplo, se os indígenas não têm os documentos básicos: certidão de nascimento, carteira de identidade e CPF, não podem frequentar escolas, não conseguem se inscrever nos programas de transferência de renda dos governos, ou seja, perdem os seus direitos. E alguns deles são arredios às burocracias determinadas por nós, não indígenas, e consideram seus cantos, suas rezas, suas danças, seus objetos, suas formas de ver o mundo, como um documento de identidade, afirmando que: “nosso documento é a tradição!”

É possível que a política reparatória educacional tenha trazido para uns indivíduos indígenas o fortalecimento de identidades, a recuperação do orgulho de serem quem são, a autoestima e o pertencimento. Se antes se envergonhavam das suas origens, por sofrerem discriminação, racismo e preconceito, passaram a sentir orgulho de fazer parte deste grupo étnico, saindo do ‘limbo identitário’ ao qual muitas vezes estão submetidos. Ao empregar este termo estamos nos referindo ao fato destes sujeitos não quererem mais pertencer à nenhuma etnia indígena, mas também não se sentirem como os ‘brancos’, nem serem aceitos neste grupo. O líder do povo Yanomami Davi Kopenawa fala sobre isso num trecho do filme *A última floresta*, de Luiz Bolognese (2021): “mesmo que aprenda a falar a língua jamais será um deles. Não se transforma”! Daiara Tukano relata que a discriminação e o racismo estão muito presentes na vida dos indígenas, em especial, os que vivem em contexto urbano: “O racismo é alimentado dentro de casa, na escola, nas mídias o tempo inteiro”. (TUKANO, 2023)²¹. Lamentavelmente, o indígena, sobretudo os jovens, vivem uma dualidade cultural porque inserir-se no ‘mundo do branco’ é inevitável para eles. O que vemos acontecer é o desejo do indígena ser como o branco e muito além disso, alguns deles demonstram vergonha de pertencerem à cultura indígena. Para Denilson Baniwa, a não aceitação da identidade étnica é um problema muito complexo, especialmente, para os adolescentes e jovens indígenas:

²¹Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd12ed8lkxgo> Acesso em: 27/02/2023.

Os antropólogos não sabem, mas nós vivemos um rancor contra tudo e contra o mundo, que até poderiam explicar várias coisas que a antropologia tenta entender faz tempo: O porquê dos jovens não quererem mais falar a própria língua ou estarem com vergonha de serem indígenas, por exemplo. (...) Ninguém fala da violência, das gangues, da raiva contra os brancos que nos torturam com chacotas, só pelo fato de sermos diferentes. (BANIWA, 2017)²².

As leis decorrentes das chamadas de políticas afirmativas foram citadas porque contribuíram com os indígenas no sentido de lhes oferecer uma ‘qualificação’ profissional acadêmica, especialmente na área da Comunicação Social, proporcionando-lhes o contato com o conhecimento e as ferramentas dos não indígenas, permitindo-lhes sua apropriação e seu uso em benefício dos interesses de suas etnias. Estas ações são uma forma de reparar as desigualdades sociais e raciais no Brasil, se apresentando como o começo da concessão de oportunidades iguais a pessoas empobrecidas, negros, indígenas e portadores de deficiência, que há séculos, estavam em situação de vulnerabilidade não tendo sido, até então, objeto de nenhuma política pública.

Existem outras leis, as chamadas leis de proteção, que se aplicam a todos os cidadãos, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) de proteção da mulher e contra a violência doméstica, entre outras, responsáveis por garantir a proteção também dos povos indígenas, tanto contra atos praticados por não indígenas como por eles mesmos. No âmbito da saúde pública, em 2010, foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde para cuidar dos povos originários, levando em consideração sua sabedoria ancestral, suas crenças e sua medicina de base fitoterápica integrada a ciência dos não indígenas.

Em nenhum período da história do Brasil, nem do presente nem do passado, houve um governo que tenha sido integralmente benéfico e favorável para os indígenas, sendo uns mais outros menos. Cada um a seu modo, os abandonou à própria sorte, se considerarmos alguns aspectos dos seus direitos, seja na questão da terra, da educação, da saúde, seja na manutenção de seus hábitos, costumes, línguas, enfim, na salvaguarda de suas culturas. Cabe ressaltar, entretanto, que a passagem do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) foi o período mais desastroso vivido pelos povos originários, sendo cheio de retrocessos no que concerne a

²² Texto na íntegra postado no site da web rádio Yandê. Disponível em:

https://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=770

Acesso em: 10/08/2022

invasão e a demarcação de terras, número de indígenas mortos e desnutridos, abandono, aparelhamento e desmonte de órgãos ligados a proteção desses povos, tais como a SESAI, a FUNAI, o Ministério do Meio Ambiente, o ICMBIO, entre outros.

Entre 2020-2021, período agudo da pandemia da Covid-19, muitas notícias falsas foram disseminadas entre os povos indígenas, sobretudo os aldeados, inclusive sobre a segurança da vacina, fazendo com que alguns indígenas se recusassem a tomá-la, sobretudo os mais velhos, que integram o grupo de risco. Além disso, houve desvios de alguns lotes de vacinas destinadas a aldeias indígenas da Terra Indígena Yanomami e a distribuição do ‘kit Covid’ com medicamentos sem eficácia comprovada contra a doença, caracterizando um episódio contemporâneo de etnocídio indígena, promovido pelo Estado que deveria proteger seus direitos²³. No aspecto da desinformação, as mídias indígenas independentes têm sido de grande valia para passar notícias verdadeiras, de forma acessível a fim de facilitar o entendimento destes povos e usando, sempre que possível, a língua nativa de cada etnia ao qual se destina a informação.

1.3.2 Políticas culturais

As políticas culturais são uma área de estudo multidisciplinar, ainda recente e em processo de consolidação dentro do campo das políticas públicas que servem para garantir o direito constitucional à cultura, tanto no que tange ao acesso/consumo, como no que tange à participação na criação, produção e difusão cultural. Lia Calabre considera que a construção de políticas culturais requer um planejamento minucioso, envolvendo diversos atores sociais, entes públicos e privados, além de ações transversais dos diferentes setores envolvidos:

A elaboração de políticas culturais exige a formulação das ações com metas claras, que devem ser construídas a partir da delimitação dos atores sociais envolvidos (sejam como públicos ou como agentes realizadores), das interfaces e das transversalidades de cada uma das ações que dão vida a uma política. (CALABRE, 2009, p.264).

Quando começaram a surgir no Brasil, as primeiras ações na direção da construção de políticas públicas voltadas para cultura enfatizavam o acesso aos bens culturais, a chamada democratização cultural. Porém, logo se tornou fundamental ampliar essa visão restrita e houve

²³ Disponível em: <https://roraimaemtempo.com.br/saude/kit-covid-desvio-de-vacinas-e-garimpo-a-saude-indigena-de-rr-na-cpi-da-pandemia/> Acesso em: 30/05/2022.

a necessidade da formulação de políticas culturais que dessem conta também da criação e produção artística espontânea, especialmente, se tratando das manifestações culturais contra hegemônicas, é a chamada democracia cultural. A democracia cultural oferece aos indivíduos, grupos e comunidades os instrumentos necessários para desenvolver suas potencialidades culturais. A população se apropria dos meios para desenvolver suas próprias práticas, não tendo como referência somente às práticas artísticas consagradas. Uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade. Néstor Canclini se manifesta a respeito de como a política cultural deve contemplar a diversidade e praticar a democracia cultural, dizendo que “não há somente uma cultura legítima. A política pública não deve se dedicar a difundir só a cultura hegemônica, mas de toda a sociedade” (CANCLINI, 1987, p. 50-51).

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, ligados à liberdade e à igualdade, são universais, indivisíveis e interdependentes. Já os direitos fundamentais são os direitos humanos incorporados na Constituição Federal. O direito à cultura também está presente nos principais tratados internacionais de direitos fundamentais que ratificam as normas do direito cultural: Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seus artigos 22 e 27 (1948); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966); Convenção Universal sobre Direito de Autor (1952); Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (1954); Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional (1966); Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972); Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural (1976); Recomendação sobre o Status do Artista (1980); Declaração do México sobre Políticas Culturais (1982); Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989); Informe da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (“Nossa Diversidade Criativa”) (1996); Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

No Brasil, a cultura é um direito constitucional expresso nos artigos nº 215 e 216. O exercício deste direito pode propiciar a transformação e o aprimoramento do indivíduo, porque a cultura nos torna aptos a exercer nossa cidadania. É necessário refletir sobre como as políticas públicas, em especial as políticas culturais, podem contribuir para desenvolver as potencialidades do indivíduo, melhorando sua qualidade de vida em vários aspectos. No artigo 215 da CF/88 está dito que o Estado deverá garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o

acesso a fontes de cultura nacional. O artigo 216, em parágrafo primeiro diz que “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Como já foi dito, os povos indígenas e as terras em que habitam são parte fundamental da diversidade brasileira e seus saberes e práticas são nosso patrimônio imaterial. Salientamos que a preservação do patrimônio cultural é um dever do Estado e um direito da sociedade. Além de atribuir responsabilidade ao Estado, a CF/88 também determina neste artigo 216, o que pode ser considerado patrimônio cultural: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (VIANNA, SALAMA, 2012, p. 68).

Com relação ao patrimônio material e imaterial, o Decreto nº 3.551, criado em 4 de agosto de 2000, institui o inventário e o registro do denominado “patrimônio cultural imaterial ou intangível”. O registro é um instrumento análogo ao ‘tombamento’, no que diz respeito ao reconhecimento e à proteção dos bens culturais de natureza imaterial, e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). São temas intangíveis: língua, festas, rituais, danças, lendas, mitos, músicas, saberes, técnicas e fazeres diversificados. É sabido que tombamento significa classificar algum bem cultural, material ou imaterial, como patrimônio, além de ser uma ação de suma importância para a preservação dos acervos em geral²⁴. A política para o patrimônio imaterial é relativamente recente em todo o mundo, tendo se consolidado no ano 2003, a partir da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 13). No Brasil, o marco legal está na CF/88, mas usa operacionalização no Decreto 3.551, acima citado. Regina Abreu explica o sentido que a palavra “patrimonializar” passou a ter: “Patrimonializar passou a significar um processo de escolha de determinados bens ou artefatos capazes de simbolizar ou de representar metaforicamente a ideia abstrata de nação e seus corolários, como a ideia de humanidade” (ABREU, 2015, p. 67). Destacamos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²⁵, que tem por objetivo assegurar a política de proteção do patrimônio cultural,

²⁴ Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/memoria-mundo> Acesso em: 13/12/2022

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del0025.htm Acesso em: 13/12/2022

criando inicialmente, em 1937, o patrimônio material e, em 2000, o patrimônio imaterial, além de ser a instituição com maior capilaridade nacional, tendo representação em todos os estados da federação.

A Arte Kusiwa, pintura corporal e arte gráfica, dos indígenas da etnia com Waiãpi do Amapá, é o primeiro bem cultural indígena registrado no ‘Livro dos Saberes’ do patrimônio imaterial. Américo Córdula nos informa que “como patrimônio imaterial, a arte Kusiwa foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 20 de dezembro de 2002, e no ano seguinte, recebeu da Unesco o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade” (CÓRDULA, 2022, p. 30-31). Isso vem confirmar que a arte do Brasil não começou com a chegada dos portugueses. Temos no país a arte pré-histórica e seus inúmeros sítios com pintura rupestres, ou ainda, a cerâmica marajoara, os padrões de pinturas corporais, ou a cestaria e os trançados de palha, que podem ser listados como alguns dos exemplos da antiguidade das artes brasileira.

Dando continuidade ao assunto das políticas culturais brasileiras contemporâneas, que beneficiaram também os povos indígenas, trataremos sem profundidade de um programa, criado em 2004, considerado um dos mais exitosos da gestão do governo federal da época, chamado Cultura Viva, elaborado através de uma portaria do Ministério da Cultura, que em 2014 passou a ser uma política de Estado com a sanção da Lei 13.018²⁶. A referida lei institui a Política Nacional de Cultura Viva, tendo como carro chefe a criação dos Pontos de Cultura. O Cultura Viva é reconhecidamente uma das principais políticas culturais deixadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, quando acabou seu mandato em 2011. A experiência desenvolvida no Brasil alcançou mais de 3.000 Pontos de Cultura, em 1.100 municípios, beneficiando mais de 8 milhões de pessoas em todo o país, entre 2004 e 2010, e acabou sendo replicada em mais de 20 países, sobretudo na América Latina e, também, no Vaticano (ROCHA, 2010).

Graças a esta política pública inclusiva, o povo Kaingang da organização social ‘Instituto Kaingang’ (INKA) instituiu o primeiro Ponto de Cultura Indígena do Brasil, aprovado pelo Ministério da Cultura (MinC), em 2005, que ainda se encontra em atividade, na Terra Indígena Serrinha, no município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul²⁷. Outro exemplo

²⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.018%2C%20DE%2022%20DE%20JULHO%20DE%202014.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,com%20o%20caput%20do%20art
Acesso em: 21/03/2022

²⁷ Disponível em: <https://institutokaingang.org.br/> Acesso em: 21/03/2022.

de um ponto de cultura voltado aos povos originários foi o projeto ‘Índios online’, que era o ponto de cultura “Mídia Livre” e consistia numa rede colaborativa, reunindo quatro povos: Muareí de Roraima, Pankararu de Pernambuco, Kariri-Xocó de Alagoas e HãHãHãe da Bahia. Não encontramos dados numéricos que indicassem quantos pontos de culturas indígenas foram contemplados nos editais, mas sabemos que não foram muitos. Embora a quantidade não tenha sido expressiva, a importância dessa ação governamental se deve ao fato de ter direcionado, pela primeira vez, recursos financeiros diretamente para os povos originários e tradicionais e, também, porque o edital específico para esses povos teve processos simplificados, incluindo a apresentação oral dos projetos culturais, a desburocratização na prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil.

O Programa Cultura Viva reconheceu e apoiou Pontos de Cultura em todo o Brasil, tendo como ação transversal e estruturante a cultura digital, por meio da compra de kits multimídia, contendo computadores e câmeras de vídeo, dentre outros equipamentos, além do acesso à Internet e do uso de *software* livre, segundo nos informa Eliane Costa. O Programa estimulou a apropriação de ferramentas tecnológicas, com o objetivo de estimular a produção e a difusão de conteúdos digitais próprios e a constituição de uma rede de memória e inovação (COSTA, 2011, p. 179). Acreditamos que a distribuição destes kits multimídias, aliada a um treinamento e capacitação dos agentes comunicacionais indígenas, além de outros fatores, contribuíram para o surgimento das mídias indígenas existentes na atualidade.

1.4 Culturas e identidades

Todos os seres humanos têm cultura, no entanto, cada cultura difere da outra porque a cultura é uma herança social, transmitida de geração para geração. As civilizações atuais vêm extraíndo suas culturas das civilizações predecessoras. O fato é que não existe uma única cultura, assim como não existe uma cultura ‘pura’, pois estas sofrem influência de outras culturas com as quais mantiver contato. As culturas não são estáticas, todos os contatos, sejam eles de que natureza for, geram transformações culturais.

Cultura é um conceito polissêmico que no sentido amplo se refere a capacidade que os seres humanos têm de dar significados às suas ações e ao mundo que os rodeia. É a forma dos sujeitos existirem e estarem no mundo, sendo um fenômeno unicamente humano. A cultura apresenta-se como uma dinâmica viva. Está em constante processo de evolução, introduzindo

novos códigos e atualizando valores. O conceito de cultura defendido por Lewis Morgan²⁸ entende que ela se forma pela acumulação de conhecimentos experimentais e se realiza plenamente quando atinge o estágio da civilização. Nessa visão, os povos chamados de ‘primitivos’ são vistos como caricatura, cuja cultura é entendida como algo irracional e não plenamente desenvolvido.

Humberto Cunha Filho constrói uma definição de cultura enfatizando o aspecto jurídico da questão: “A cultura para o mundo jurídico é a produção humana (...) relacionada às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, e vinculada ao ideal de aprimoramento, visando à dignidade da espécie com um todo e de cada um dos indivíduos” (CUNHA FILHO, 2004, p. 49). No caso de Raymond Williams, o enfoque na significação do termo é de natureza social ou sociológica:

A cultura pode ser vista como um sistema de expressão, significados e ideias, que se apresentam e são elaborados por meio da arte, da educação formal e pelas formas particulares de ser e existir; expressos pelos comportamentos cotidianos. É, ao mesmo tempo, um modo particular de vida, de indivíduos, grupos ou períodos históricos, as artes e ofícios e o processo de desenvolvimento estético, intelectual e espiritual humano (WILLIAMS, 2007, p. 61-62).

A definição de cultura contemporaneamente adotada no campo das políticas culturais, data de 1982 e foi construída durante a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), realizada no México pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, determinando que:

Cultura pode ser considerada como todo complexo de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e emocionais, que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela inclui não apenas as artes e letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e crenças (UNESCO, 1982).

O conceito de multiculturalismo surge no final dos anos 60, especialmente no Canadá e Europa. Os EUA tiveram um multiculturalismo migratório, já nos países latino-americanos, entre eles o Brasil, foi colonizatório. Na multiculturalidade, a diversidade cultural assimilada não pretende se converter em homogeneidade, respeitando as múltiplas culturas. Caclini vai dizer que “a multiculturalidade respeita o pluralismo cultural” (CANCLINI, 2009, p.71).

²⁸ Texto original disponível em: [Ancient Society by Lewis H. Morgan: www.marxists.org](http://www.marxists.org)
Acesso em: 29/03/2022

Manuel Castells diz que “o mundo multicultural e interdependente só poderá ser entendido e transformado a partir de uma perspectiva múltipla, que reúna identidade cultural, sistema de redes globais e políticas multidimensionais” (CASTELLS, 1999, p. 34).

Os povos indígenas são uma sociedade multiétnica e multicultural. A identidade indígena não é singular. A CF/88 instituiu os direitos dos índios à cidadania sem considerar suas diversas identidades étnicas. Não existe ‘o índio’! A palavra índio, assim como seu conceito, é uma construção do colonizador que cunhou uma expressão única para se referir ao outro sujeito encontrado nas terras exploradas e sobre o qual não possuía informações. Os povos originários preferem a denominação ‘indígena’, como nos diz Julie Dorrico: “Indígena é o termo político adotado na luta pelos direitos” (DORRICO, 2021). Daniel Munduruku defende que dentro da atual cultura indígena é inaceitável o uso do termo ‘índio’ que perdeu o sentido por desqualificar, reforçar o preconceito, além de ser uma palavra genérica que esconde toda a diversidade, riqueza e humanidade dos povos indígenas: “A palavra indígena diz muito mais a nosso respeito do que a palavra índio. Indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros”²⁹ (MUNDURUKU, 2019). O jornalista e geógrafo Mouzar Benedito discorre sobre o significado dos termos, concordando com o desuso da palavra índio: “indígena vem do latim e significa, mais ou menos, ‘nascido no lugar que habita’, enquanto índio foi um termo dado pelos colonizadores que achavam que tinham chegado à Índia (...) hoje em dia virou pejorativo” (BENEDITO, 2021)³⁰.

Os povos indígenas englobam diversas etnias. O censo demográfico do IBGE, em 2010, contabilizou 305. Cada uma dessas etnias tem sua forma de expressão, sua religião, sua arte, sua ciência, sua dinâmica histórica própria, sua cosmologia, assim como práticas culturais diferenciadas, ainda que possamos identificar traços em comum. Por exemplo, a pintura corporal é uma prática recorrente entre os povos, no entanto, os grafismos são diferentes e têm significados particulares para cada etnia. Os povos praticam rituais, mas os rituais diferem, inclusive, na sua intencionalidade. Na maioria das aldeias, existem pajés/xamãs/curandeiros, mas os ‘remédios’, as ervas e as práticas espirituais são distintas em cada povo. Usam adereços

²⁹ Matéria “Dia do Índio é data folclórica e preconceituosa, diz escritor indígena Daniel Munduruku”, publicada em 19/04/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-diz-escritor-indigena-daniel-munduruku.ghtml> Acesso em: 23/05/2022.

³⁰ Matéria “Gil, Fernanda e Munduruku: sangue novo na ABL?”, publicada em 13/11/2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/blogdomouzar/gil-fernanda-e-munduruku-sangue-novo-na-abl-por-mouzar-benedito/> Acesso em: 23/05/2022.

(cocares, colares, pulseiras, brincos), mas o material e a confecção, bem como os simbolismos não são iguais para todos os originários. Enfim, cada etnia é um universo cultural e identitário imenso. Stuart Hall diz que “nossas identidades são em resumo, formadas culturalmente” (HALL, 1997, p. 26). Segundo ele, não é possível afirmar que tenhamos uma identidade, mas que somos compostos por uma identificação passível de mudança e transformação. Para Hall, criamos representações em torno de uma identidade, definindo padrões, símbolos, língua, modos de pensar e de agir, compondo uma cultura específica e não estamos ‘finalizados’, pois vamos nos construindo em contato com o meio exterior. Deste modo,

(...) a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o eu real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2002, p. 11-12).

Hall assevera que nossas identidades surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, também, nacionais (HALL, 2002, p. 8). Para ele “a cultura não é uma questão de ser, mas de tornar-se” (HALL, 2006, p. 36). O sociólogo e filósofo polonês Zigmund Bauman corrobora o pensamento de Hall afirmando que não somos seres concluídos, pois “a identidade se revela como invenção e não descoberta; é um esforço, um objetivo, uma construção ininterrupta. Trata-se, portanto, de algo inconcluso, inacabado” (BAUMAN, 2005). Portanto, refletir acerca de ter uma identidade não é pensar sobre um pertencimento, mas sobre uma atividade passível de reelaboração. Vale ressaltar que as mudanças e a fluidez das transformações culturais, de acordo com Bauman, fizeram o conceito de identidade ser apartado da noção de unidade para ser pensado sob o signo da “multiplicidade constitutiva” (BAUMAN, 2005).

O Brasil é um país composto por várias identidades devido à miscigenação e é também um país plurilíngue com diversas delas sendo faladas pelos povos originários. Um dos grandes equívocos que se comete é achar que a cultura indígena está congelada e que estes povos ainda são como a descrição da carta de Pero Vaz de Caminha: nus ou de tanga, de arco e flecha, no meio da floresta. O imaginário popular ficou congelado na crença de um indivíduo conhecido pelo nome genérico de ‘índio’, definido assim pelo colonizador, a partir de 1500. Qualquer cidadão indígena que fuja a este estereótipo estabelecido há mais de cinco séculos, causa estranhamento, ao ponto de afirmarem que indígenas que usam celular, se vestem com as mesmas roupas dos não indígenas e dirigem caminhonetes importadas, deixaram de pertencer

aos povos originários. Contudo, a realidade contemporânea dos povos tradicionais nestes longos anos do processo de colonização e dominação, é outra. De acordo com os próprios indígenas, como a artista visual e mestre em Direitos Humanos Daiara Tukano, do povo Yepá Mahsã, da região do Alto Rio Negro, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela, os indígenas não estão no passado, existem no tempo presente: “Tentamos mostrar a contemporaneidade dos povos indígenas. Não somos do passado! Porém, respeitamos a ancestralidade”³¹ (TUKANO, 2018). Os povos nativos estão ocupando os espaços possíveis na contemporaneidade, seja nas universidades, nas mídias, seja nas aldeias. A frase proferida por Mário Juruna e muito difundida nas décadas de 70-80, por ocasião do movimento indígena na luta por direitos, é repetida até hoje: “Eu posso ser quem você é sem deixar de ser quem eu sou!”, porque ao aprendermos coisas novas não deixamos de ser quem somos. Ser indígena é uma questão de pertencimento. A integração do indígena à sociedade contemporânea não desfaz sua identidade, pois ele nunca deixará de ser indígena. Bessa Freire concorda quando diz que “não existe ex índios!” (FREIRE, 2010, p. 24). A ideia de que os povos originários ao interagirem com a cultura urbana e ocidental, já não são mais indígenas, reforça a teoria de que eles estão se extinguindo, contribuindo ainda mais para a prática do esquecimento, o apagamento da memória e a invisibilidade histórica.

Os povos originários, exatamente por sua origem e sua identificação étnico-cultural, diversa dos grupos dominantes nacionais, ainda continuam sendo excluídos e marginalizados. Uma fala comum entre os indígenas é que os elementos mais importantes para preservação de suas culturas são a prática de suas línguas nativas e o direito à terra, ao território utilizado por eles para sobreviver e para manter suas crenças e tradições. É importante ressaltar que os indígenas não são os donos das terras demarcadas que habitam, são apenas os fiéis depositários de um bem público, pois a terra pertence à União. Dentro das suas comunidades o indígena dispõe da terra como um bem comum. Aruã Pataxó, Cacique da Aldeia Coroa Vermelha reclamava indignado, em 2012, sobre este direito à terra, que sempre lhes foi negado: “(...) a gente quer apenas um pedacinho de terra pra sobreviver. Não queremos o Brasil todo!”³²

³¹ Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020180105> Acesso em: 30/09/2022.

³² Índios Pataxós e a terra do descobrimento – TV Brasil - 17 de mai. de 2012. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Vblr6PrWYs4> Acesso em: 27/11/2022.

De acordo com os dados do site Terras Indígenas no Brasil, do Instituto Socioambiental (ISA), as terras indígenas ocupam 13% do território nacional, o que corresponde a 731 áreas, em diferentes fases do procedimento demarcatório: 490 estão homologadas e reservadas, 74 foram declaradas terras indígenas pelo Ministério da Justiça, pois já possuem relatório de estudo aprovado pela FUNAI, 24 já foram identificadas e 124 estão na etapa da identificação, incluindo 6 terras interditadas para grupos em isolamento voluntário³³. Cito o depoimento de Ângelo Cretã Kaingang, em 1979, que na ocasião era chefe da comunidade de Mangueirinhas, no interior do Paraná, no filme *Terra do Índios*³⁴, de Zelito Viana, que exprime a visão dos povos originários com relação a invasão sofrida: “Pedro Álvares Cabral quando descobriu o Brasil, já havia um Brasil, ele descobriu o índio dentro do Brasil. Esse Brasil era inteirinho do índio, hoje tem só um punhadinho de terra e ainda os brancos querem tomar”. Américo Córdula ajuda a conhecer um pouco sobre esta liderança indígena, informando que Cretã foi

o primeiro indígena a exercer um cargo político no Brasil: em 1976 elegeu-se vereador e trabalhou muito a favor de seu povo, especialmente no que diz respeito à luta contra os posseiros da região próxima a Mangueirinha, a Chapecozinho, a Nonohai e ao Rio das Cobras, no Estado do Paraná (CÓRDULA, 2022, p. 66)

É interessante sabermos da existência de cidadãos indígenas como Ângelo Cretã, uma referência em termos de resistência e de luta constante pela conquista e manutenção do direito às terras e às culturas destes povos. O caminho para conquistar e efetivar estes direitos não tem sido fácil. Daiara Tukano declara que: “É um processo muito duro de construção desses direitos civis, da compreensão de que os povos originários também são humanos e, portanto, também temos direitos a serem respeitados” (TUKANO, 2023). A relação intrínseca da cultura dos povos nativos com a terra que habitam é descrita por Daiara da seguinte forma: “a cultura só existe por conta do território e o território só se mantém também por conta da cultura” (TUKANO, 2023). Ailton Krenak se refere a importância do direito constitucional à terra para os povos nativos dizendo que: “(...) assegura os direitos desses grupos aos seus locais de origem, identificados no arranjo jurídico do país como terras indígenas” (KRENAK, 2019, p. 20). O território ancestral é de suma importância para os povos indígenas, pois como vimos

³³ Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/> Acesso em: 15/11/2022.

³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/darcyribeirobrasil/videos/284087300279139> Acesso em: 12/11/2022.

sem a terra não existe cultura. Com relação a preservação das línguas nativas e das terras ocupadas pelos indígenas, o líder Álvaro Tukano diz o seguinte:

Veja bem como é intransigente a língua do branco; está nos livros, nas rádios, na TV. Então, temos que defender a nossa língua, o nosso povo, a nossa terra que é mais importante que o próprio dinheiro. Defender a terra significa amar a liberdade, viver com autonomia; ter a paz ou buscá-la quando preciso, por mais que esta nos custe (TUKANO, A., 2017)³⁵.

As línguas nativas são um bem cultural de suma importância, que revelam o caráter identitário de um indivíduo. O modo de falar de uma pessoa identifica sua maneira de viver, o grupo social no qual está inserida, assim como da localidade onde mora, reforçando a identidade cultural peculiar deste indivíduo. Como nos diz Kanavillil Rajagopalan:

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato da própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Entre outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo. (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41).

Américo Córdula informa que numa tentativa de salvaguardar o patrimônio imaterial linguístico indígena brasileiro foi feito o registro da língua *guarani m'bia* no Inventário Nacional da Diversidade Linguística do IPHAN³⁶, conferindo-lhe o título de Referência Cultural Brasileira, em 9 de novembro de 2014 (CÓRDULA, 2022, p. 99). Enquanto a Unesco criou um Atlas das Línguas do Mundo em Perigo³⁷, no qual cita que das 190 línguas em risco, no Brasil, 12 já são consideradas extintas (CÓRDULA, 2022, p.105).

De acordo com os dados do Instituto Socioambiental (ISA), informados em 2019, no Brasil, além do português, mais de 160 línguas e dialetos são falados pelos povos indígenas³⁸. O Censo Demográfico de 2010 declarou a existência de 274 línguas em uso com dois troncos

³⁵ Trecho retirado do Jornal Indígena, nº1, p.4. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/> Acesso em: 20/05/2021.

³⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140#:~:text=O%20Invent%C3%A1rio%20Nacional%20da%20Diversidade,a%C3%A7%C3%B5es%20de%20apoio%20e%20fomento> Acesso em 24/5/2022.

³⁷ Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php> Acesso em 10/12/2022.

³⁸ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas> Acesso em 10/04/2022.

principais: o macro-jê e o tupi, que constituem a língua portuguesa falada no Brasil. Existem aproximadamente 10 mil verbetes de origem indígena na nossa língua. Diversos fatores fazem com que alguns cidadãos indígenas sintam a necessidade de aprender a falar e a escrever o português, como por exemplo, para se inserir no meio social não indígena, especialmente, os que vivem em contexto urbano e precisam trabalhar, frequentar estabelecimentos de ensino não indígenas, reportar seus males aos médicos não indígenas, fazer compras, entre muitas outras situações comuns do cotidiano. Esse fato pode acarretar o esquecimento da língua ‘materna’ por falta de uso, sobretudo, no caso dos indígenas não aldeados. A ‘morte’ de uma língua nativa pode contribuir para o apagamento e o desaparecimento de uma determinada etnia.

Demonstrando a importância de língua na cultura de um povo, em 13 de dezembro de 2022, cerca de 125 países participaram de um evento híbrido de lançamento da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032)³⁹, na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris, defendendo a proteção e a preservação das línguas nativas. De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (DESA), os povos indígenas representam algo em torno de 6% da população global e falam mais de quatro mil, das cerca de 6,7 mil línguas do mundo. Estima-se que mais da metade de todas as línguas serão extintas até o final deste século e cada vez que uma língua indígena desaparece, também se vão a cultura, a tradição e os saberes que ela carrega. As línguas ainda preservadas são uma forma de afirmação e ferramenta de continuidade e de luta.

No Brasil, tivemos, em setembro de 2018, o trágico incêndio no Museu Nacional (MN)⁴⁰, situado na cidade do Rio de Janeiro, que ocasionou perdas imensuráveis e irreparáveis para o nosso patrimônio histórico e cultural. A antropóloga e pesquisadora Bruna Franchetto, uma das maiores especialistas em línguas indígenas no Brasil, conta que no MN havia acervos com referências etnológicas e arqueológicas de etnias, desde o século XVI, de línguas e povos que não existem mais. É lamentável que ocorra uma perda destas proporções, devido a um descaso, aliado à falta de recursos, na manutenção de um equipamento dessa magnitude, que contém um grande acervo pertencente a todos nós brasileiros.

³⁹ Disponível em: <https://idil2022-2032.org/> Acesso em 10/01/2023.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/incendio-do-museu-nacional-cala-ultima-voz-de-povos-indigenas.c17bff84efc8f192ab999870e9bc2a1da6suty1r.html> Acesso em 22/10/2022

A palavra é um traço primordial na cultura dos povos indígenas por ser fortemente baseada na transmissão oral dos saberes. A centralidade da voz humana é fundamental na língua e oralidade destes povos.

Anápuàka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe, idealizador e cocriador da web rádio Yandê, conta que partiu deste princípio da oralidade, que é uma tradição indígena:

(...) a Yandê nasce primeiro por esse princípio, né? (...) a oralidade como referência, sempre será (...) eu gosto de ouvir. A minha referência de infância sempre foi de ouvir histórias, de “causos”, então não seria um outro caminho diferente, que não fosse a oralidade (TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, 2019).

Luiz Fernando Dias Duarte afirma que até bem pouco tempo as línguas indígenas eram ‘ágrafas’, ou seja, não possuíam representação escrita. As histórias e poesias eram ditas só oralmente. Por essa razão, a literatura indígena não é considerada como parte da literatura nacional. Essas narrativas tinham, apenas, uma função educativa de transmitir valores e formas de comportamento: “Nas culturas ágrafas, as mnemotécnicas são baseadas em sofisticadas disciplinas de memorização de alcance bastante amplo. Repetição para fixação, pois o registro e o suporte são a memória” (DUARTE, 2013, p. 306). Entretanto, na atualidade, livros de autores indígenas, que se tornaram campeões de vendas, figurando por semanas na lista dos mais vendidos e se tornando best-sellers, foram escritos a partir de textos orais. São eles: *A queda do céu*, de Davi Kopenawa Yanomami e Bruce Albert, cujo conteúdo foi ditado pelo xamã indígena, e *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak, que é um compilado de textos extraídos de uma palestra proferida pelo autor. O que comprova que a literatura oral existe e pode ser um produto comercialmente viável.

Dentro de sua sabedoria ancestral, os povos originários possuem uma concepção temporal diferente da nossa. O tempo para nós, não indígenas, é linear: passado-presente-futuro, enquanto para os indígenas é um movimento circular. Por exemplo, para o povo Munduruku, etnia presente no Amazonas, Mato Grosso e Pará, o tempo do corpo é o tempo da natureza e a natureza segue a sua lógica e responde às suas próprias necessidades. De acordo com Daniel Munduruku, não existe no repertório a palavra futuro, cultiva-se somente o passado e o presente:

O tempo do corpo é o tempo da natureza e respeitar este tempo é oferecer ao corpo tudo o que necessita para viver em equilíbrio, fluindo nos movimentos que a própria natureza lhe desperta. Os Munduruku não possuem em seu repertório a palavra ‘futuro’, cultivando somente passado, palavra que denota

o 'tempo da memória' e o presente, o 'tempo do agora' (MUNDURUKU, 2016).

É natural imaginar que esse 'tempo indígena' acabe sendo instrumentalizado como elemento comunicacional, dentro das etnomídias indígenas como é o caso a web rádio Yandê, objeto deste trabalho como estudo de caso.

SEGUNDO CAPÍTULO

2 WEB RÁDIO YANDÊ

2.1 A mídia radiofônica e seu uso pelos indígenas

2.1.1 Do analógico ao digital

O rádio convencional é a união de três tecnologias: a telegrafia, o telefone sem fio e as ondas de transmissão. Foi inventado por Guilherme Marconi, em 1901, para substituir o telégrafo e ficou conhecido inicialmente como “sem fio”, usado para transmissões telegráficas em código (rádio amador). Desta forma, se popularizou, primeiramente, como tecnologia antes de se popularizar como meio de comunicação.

A primeira transmissão de rádio no Brasil completou cem anos em 2022, pois foi realizada em comemoração ao centenário da Independência, em 07 setembro de 1922. Em pouco tempo, o recém-chegado aparelho de transmissão se tornou um veículo de comunicação essencial para informar e entreter o ouvinte, como afirma Lia Calabre: “Ícone da modernidade até a década de 1950 (...) converteu-se em um meio fundamental de informação e entretenimento” (CALABRE, 2004, p. 5).

Como veículo de comunicação o rádio teve e ainda tem potencial para cumprir um papel relevante no exercício da cidadania, considerando seu viés democrático e inclusivo, abrindo uma janela para outras culturas e saberes. Entretanto, a forma como tem se consolidado o sistema de rádio brasileiro, com a distribuição das concessões submetidas a critérios políticos e econômicos, retira do veículo parte significativa desse potencial cidadão, democrático e inclusivo. Mesmo assim, o rádio permanece tendo acesso universal, além de mobilidade e baixo custo. Em muitas comunidades ele continua sendo o único meio de informação sobre o que ocorre no restante do país e no mundo. Para os povos tradicionais que vivem na Amazônia, por exemplo, o rádio ainda é o protagonista. Ribeirinhos, indígenas e quilombolas, muitas vezes, só conseguem ter acesso à internet quando vão para a cidade, por esta razão, o rádio é muito utilizado, principalmente, os aparelhos rádios comunicadores, que são bidirecionais e realizam transmissões à distância.

O rádio se destacou pela instantaneidade das informações, além da constante busca pela interatividade com os ouvintes. Como relata Lia Calabre, neste veículo a informação sempre foi passada de forma quase imediata: “O rádio tinha a capacidade de informar rapidamente, antecipando-se ao jornal impresso na divulgação dos acontecimentos” (CALABRE, 2004, p. 10). Outra característica marcante desta mídia é o uso de uma linguagem intimista e popular, aproximando os ouvintes, como se as mensagens fossem construídas especificamente para eles: “(...) o rádio possuía a capacidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordado como indivíduo” (CALABRE, 2006, p. 19).

Desde que foi inventado e adotado mundialmente como veículo de massa, o rádio passou a referenciar outros veículos que o sucederam. A televisão utilizou a experiência da rádio novela, do rádio teatro, dos programas de auditório, dos noticiários etc. e, recentemente, a internet captou a informação em tempo real e a interatividade da mídia radiofônica. A morte do rádio, historicamente, tem sido anunciada a cada ascensão de uma nova tecnologia. Não desapareceu, porém, passou por várias transformações. O surgimento de um novo modelo de comunicação não significa o desaparecimento dos modelos anteriores.

A mídia radiofônica pode propiciar o estabelecimento de uma comunicação cidadã, contribuindo para o exercício dos direitos humanos dentro de um grupo social considerado minoria. Para Raquel Paiva a conceituação de minorias é marcadamente influenciada pela ação e papel que exercem nas sociedades. Ela aponta como “configurações contemporâneas de minoria: raças, etnias, cultura, gênero, deficientes físicos e mentais, ou grupos que são tratados de maneira discriminatória” (PAIVA, 2005, p. 2), e considera que “as identificações nomeadas como mulheres, negros, índios etc. são minorias na medida em que emergem contra hegemonicamente” (PAIVA, 2005, p. 5). Isso vem demonstrar que muitas vezes as minorias podem ser quantitativas, representativas e/ou se encontrarem em situação de desvantagem.

Os indígenas como minorias vêm utilizando bastante o meio radiofônico, o que pode ser explicado por estarem submetido às tecnodemocracias ocidentais, nas quais a mídia é um dos principais territórios de luta, como garante Paiva: “as chamadas minorias procuram meios de comunicação e expressão como forma de resistência” (PAIVA, 2005, p. 1). Os meios de comunicação contra hegemônicos acabam sendo o canal para todas as vozes e os povos indígenas brasileiros têm feito uso deles de forma eficiente, expondo suas pautas e suas lutas históricas. Há tempos, os povos indígenas usam e se apropriam das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como forma de resistência e luta, difundindo ideias, registrando fatos, fazendo denúncias, informando aos seus povos sobre seus direitos como cidadãos

brasileiros. Um episódio que ficou bastante conhecido, no início da década de 80, envolvendo um indígena e um aparato tecnológico, foi a aquisição de um gravador de fita cassete pelo então Deputado Federal Mário Juruna⁴¹, com a finalidade de registrar as falas de seus colegas parlamentares não indígenas, da Câmara Federal, demonstrando que eles faltavam com a verdade e não sustentavam a maioria de suas falas. Como disse o escritor e poeta Olívio Jekupe: “foi sua marca, em que fazia justiça aos índios e ao povo escutando os absurdos dos deputados” (JEKUPE, 2010, p. 22).

O rádio tem sido o meio de comunicação predileto dos povos indígenas, provavelmente, porque ambos, o rádio e os indígenas, utilizam a transmissão oral de informações e saberes. Os indígenas aprenderam a ouvir histórias, narrativas e talvez, por essa razão, exista sinergia entre eles e um veículo de comunicação oral. A primeira experiência dos povos indígenas do Brasil na mídia radiofônica foi o ‘Programa de Índio’ e era comandado por três cidadãos indígenas de distintas etnias, Aílton Krenak, Álvaro Tukano e Biraci Yawanawá. Entrava no ar pelo 93,7 MHz da Rádio USP de São Paulo, sendo uma iniciativa do Núcleo de Cultura Indígena (NCI), braço oficial da União das Nações Indígenas (UNI). Entre 1985 e 1990, foram mais de 200 programas produzidos, com duração de aproximadamente 30 minutos cada, que traziam informações em formato de entrevistas e depoimentos. De acordo com o relato de Ângela Pappiani, a difusão dos programas era feita da seguinte forma:

(...) as fitas cassetes com os programas gravados eram entregues nas aldeias com base nas listagens fornecidas pelos órgãos indigenistas como a FUNAI e, em alguns casos, levavam até dois meses para chegarem ao destino por correio, barco, avião. (...) dezenas de cópias eram feitas para atender às demandas. Os gravadores e as fitas cassetes se tornaram populares entre os indígenas por conta do Deputado Mário Juruna. (PAPPIANI, 2012, p. 112)

Tais programas também foram distribuídos por emissoras comunitárias e educativas, como a Rádio da Universidade de Santa Maria (RS), a Rádio EFEI (MG) e a Rádio Kaiowás (MS). O Programa de Índio foi uma experiência contra hegemônica, produzida no período em que se elaborava a Constituição Brasileira com a presença marcante dos povos indígenas (PAPPIANI, 2012, p. 114).

Quando surgiu no Brasil, na década de 80, experiências radiofônicas indígenas já existiam em outros países latino-americanos. A Bolívia, o Peru, o Equador e o México tinham

⁴¹ Mário Juruna foi um líder indígena do povo xavante, eleito pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), em 1982, sendo o primeiro deputado federal indígena do Brasil.

dezenas de emissoras transmitindo conteúdo em línguas indígenas para uma população de milhares de ouvintes (PAPPIANI, 2012, p. 115).

Outra experiência comunicacional radiofônica voltada para os indígenas foi a implantação da Rádio Comunitária Cacique Fongue, primeira emissora comunitária indígena, outorgada no país, localizada na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Funcionava dentro da Reserva Indígena Guarita, que abrange os municípios de Tenente Portela, Miraguaí, Redentora e Erval Seco. A Cacique Fongue foi inaugurada em 19 de abril de 2006, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, como parte do programa do Governo Federal “Luz para todos”⁴². A criação da Rádio Cacique Fongue, nome dado em homenagem ao primeiro cacique da região, minimizou o deslocamento de pessoas que percorriam o trajeto de 24 mil hectares de terra da Reserva para passar recados, informes e comunicados. Antes da chegada da rádio comunitária, a única ferramenta de comunicação era a própria fala, muitos indígenas não tinham acesso a boa parte das informações internas e, também, externas à reserva. As mensagens eram entregues de casa em casa, a cavalo. (RADDATZ, 2008, p. 7).

A Reserva Guarita, onde funcionou a rádio comunitária, é habitada por dois povos: os Kaingang e os Guarani-Mbya, prevalecendo em número as famílias Kaingang. O fato de existir uma rádio comunitária dentro de uma reserva indígena os ‘empoderava’, porque além de informar, congregava os moradores aldeados. A Reserva Guarita teve o privilégio de ser a primeira área indígena brasileira a receber uma rádio comunitária étnica em seu território.

Os jovens indígenas comunicadores que trabalhavam voluntariamente na Rádio Comunitária Cacique Fongue não haviam terminado o ensino médio, a exceção do diretor, Amilton Melo, que tinha formação acadêmica em Educação Física. Entretanto, por meio do projeto experimental “Práticas Radiofônicas na Reserva do Guarita: valorização da cidadania e da cultura indígena”, desenvolvido em 2008, pelo Curso de Comunicação Social da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), foram realizadas oficinas para que os locutores e a direção tivessem um conhecimento mais amplo a respeito da prática radiofônica, tornando mais qualificadas as atividades diárias na rádio. O projeto consistiu na realização de seis oficinas, onde os jovens comunicadores foram orientados, no sentido de aprender os passos básicos para a elaboração de uma programação diversificada, na construção das notícias e dos boletins, de como falar para o público e melhorar a dicção (RADDATZ, 2009, p. 7-8).

⁴² Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-04-18/programa-luz-para-todos-chega-amanha-terra-indigena-do-guarita> Acesso em: 27/04/2022.

Enquanto esteve em funcionamento, mesmo de forma precária, a Cacique Fongue prestou um grande serviço à comunidade local. A rádio passava avisos sobre reuniões, recados sobre a chegada de vacinas, anúncios relativos às aulas, convites para festas e até jogos de futebol foram marcados pela Rádio Comunitária, que chegou a ter também programas transmitidos na língua dos Kaingang. Segundo informações fornecidas pela Professora Vera Raddatz, por telefone, em 2019, a Rádio Comunitária Cacique Fongue encerrou suas atividades, em dezembro de 2017. O cacique da reserva Valdones Joaquim da etnia Kaingang, que era também o diretor da rádio comunitária foi preso⁴³ e a rádio está fechada desde então. Valdones e seu pai, Valdir Joaquim, foram acusados de envolvimento em roubos a bancos, no noroeste do Rio Grande do Sul. Na época, Valdones era vereador, tendo sido o mais votado de Tenente Portela, nas eleições de 2016. Em 2020, o cacique e ex-vereador e seu pai foram julgados e condenados a 14 anos e dois meses de prisão pelos crimes de associação criminosa, seis roubos qualificados, manutenção de reféns e dano qualificado pela utilização de substância inflamável contra o patrimônio público⁴⁴.

As mudanças tecnológicas têm propiciado à sociedade uma ampla gama de novas possibilidades comunicacionais, tais como: redes sociais, plataformas de streaming, podcasts, web rádios, ‘chats’, sites de notícias, só para citar algumas. As tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e vêm provocando transformações. Estas revoluções tecnológicas causam impactos tão significativos em nossas vidas, quanto a invenção das caravelas, da imprensa e da lâmpada elétrica. A tecnologia vem transformando todos os setores da sociedade, sobretudo na comunicação. Estamos vivenciando a comunicação na era cultura digital, que na visão de Ricardo Santiago e Valéria Barbosa Magalhães tem suas especificidades, “a cibercultura possui uma ambiência própria e hábitos de comunicação particulares, que privilegiam a interação e a participação, por um lado, mas que criam a propensão à brevidade, por outro” (SANTIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 12).

A comunicação na internet permite a interação entre os produtores de conteúdo e seu público de seguidores, fazendo com que estes últimos não sejam apenas receptores passivos. No entanto, esta interatividade não significa interação. Muniz Sodré acredita que “a internet

⁴³ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/11/cacique-vereador-e-presos-por-envolvimento-em-roubo-a-bancos-no-noroeste-do-rs-cj9pqwj3z0fl701qnsf4jd48x.html> Acesso em: 14/08/2021.

⁴⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/02/05/ex-cacique-de-tenente-portela-e-condenado-a-14-anos-de-prisao-por-roubo-a-bancos.ghtml> Acesso em: 14/08/2021.

permitiu às pessoas estarem muito mais conectadas, porém não vinculadas. Passamos da interação para interatividade. A era da ‘cibernetização’ se propõe unificadora para as comunidades, porém desterritorializa” (SODRÉ, 2002, p. 147).

Algumas concepções da era digital são recriações de práticas já estabelecidas. Com o advento da internet a radiofonia amalgama-se à rede mundial de computadores e passa pelo processo de digitalização, fazendo surgir algumas derivações como as rádios digitais ou rádios online: estações tradicionais de rádio que transmitem a mesma programação da FM ou AM pela internet, as webs rádios, criadas dentro do ambiente virtual, e os podcasts, que são conteúdos em áudio, transmitidos ao vivo ou gravados. Com isso a escuta radiofônica se dá também em tocadores multimídia, celulares, microcomputadores, notebooks e tablets, ou seja, a interação é mediada por estes aparatos tecnológicos. A digitalização das transmissões de rádio marca um novo momento na história do rádio.

Luis Arthur Ferraretto e Marcelo Kischinhevsky vão dizer que as transformações pelas quais vem passando a mídia radiofônica, nos últimos anos, não alteraram sua especificidade: “(...) na atualidade, a tendência é aceitar o rádio como uma linguagem comunicacional específica, que usa a voz (em especial na forma da fala), a música, os efeitos sonoros e o silêncio, independentemente do suporte tecnológico ao qual está vinculada. (FERRARETTO e KISCHINHEVSKY, 2010, p. 1010). Henry Jenkins criou o conceito de convergência midiática se referindo à tendência de adaptação das mídias à internet, não sendo um processo somente tecnológico, mas também cultural. Segundo ele, “a convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. (...). Prontos ou não, já estamos vivendo numa cultura da convergência” (JENKINS, 2009, p. 43). A convergência de mídias é possível, mesmo nas mais remotas aldeias e comunidades indígenas. Essas ferramentas podem se tornar uma importante forma de valorização e manutenção cultural.

De acordo com o Mídia Dados 2022⁴⁵, a internet é a segunda maior mídia, perdendo apenas para a televisão e fazendo com que o ciberespaço se torne um ambiente para exercitar a cidadania comunicacional, propiciando a emergência de mídias alternativas e/ou independentes, que possuem a força da contrainformação frente ao poder da grande mídia.

A web rádio Yandê é um exemplo de etnomídia independente, cuja criação foi inspirada no Programa de Índio. Anápuaka Muniz Tupinambá HãHãHãe fala sobre isso, numa entrevista

⁴⁵ Disponível em: <https://midiadados.gm.org.br/> Acesso em: 03/12/2022.

peçoal concedida para a pesquisa, nos jardins da Casa Firjan, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro:

A gente bebe numa fonte muito límpida, que a gente fala que é límpida e a gente nunca nega onde bebe. A gente começou a ideia pelo conceito do Programa de Índio do Ailton Krenak, tá! nos anos 80. Eu tive presente nesses momentos, em São Paulo, na época da USP. (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2021).

Em outro depoimento, concedido à autora, Anápuàka narra que nasceu em São Paulo e durante a infância, quando passava férias com o pai indígena no sul da Bahia, na localidade de Pau Brasil, ouvia histórias da luta dos indígenas por direitos, aprendeu a ler aos seis anos de idade para ajudar na leitura de textos e documentos. Seu pai, Dario Muniz Tupinambá, era uma liderança do seu povo na ocasião. Foi neste período, que Anápuàka começou a ouvir o Programa de Índio, que anos mais tarde, virou sua referência para criação da Yandê, com uma diferença, o Programa de Índio era feito por indígenas e indigenistas: “não era uma comunicação étnica, era com outros não indígenas” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023), e por esse motivo, dentro da sua conceituação, não se caracteriza como uma etnomídia indígena. Ao contrário da web rádio criada por ele: “a Rádio Yandê se propõe a construir uma narrativa étnica somente com indígenas” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

2.1.2 A Comunicação como um direito

Mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, o exercício da prática comunicacional de forma autônoma é uma maneira de fazer valer o que rege a CF/88, em seu capítulo V, artigos 220 a 223, nos quais trata do tema da Comunicação. O artigo 220 dispõe sobre a censura aos meios de comunicação. Tal dispositivo visa garantir a liberdade de comunicação. O parágrafo quinto deste artigo fala sobre a concentração dos meios de comunicação. O artigo 221 define as finalidades da programação de rádio e TV. Os artigos 222 e 223 dispõem sobre a propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e televisiva, além da concessão e permissão para tais serviços. O parágrafo quinto desses artigos trata do período de concessão para emissoras de rádio e TV. Porém, estes dispositivos legais ainda carecem de regulamentação. Ainda falando da CF/88, o seu Art. 5º, inciso XIV se refere ao pleno acesso à informação: “(...)

é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

No que tange à liberdade de expressão e ao acesso aos meios de comunicação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), em seu Artigo 19, garante o seguinte: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e procurar receber e transmitir informações e ideias, por quaisquer meios, independente de fronteiras” (DUDH, 1948).

Sabemos que a falta de informação torna o ser humano vulnerável a qualquer violação e abuso. Vera Raddatz diz que a informação é o princípio da cidadania, que trata da consciência de um indivíduo em relação aos direitos e aos deveres que possui dentro da sociedade. Ela afirma que “uma sociedade justa se constrói com liberdade de expressão e direito à informação” (RADDATZ, 2015, p. 17). É preciso garantir a livre manifestação do pensamento, que constitui um direito fundamental e é uma das mais legítimas expressões de cidadania. É da essência do direito à comunicação que o indivíduo se informe e seja informado. Mas, de que adianta possuir tais direitos, se estes não são respeitados? De que serve ter direito a falar e a ser educado na própria língua, se não existem escolas nem professores indígenas suficientes? De nada adianta ter direito à comunicação e os grandes conglomerados midiáticos não contratarem comunicadores indígenas? De acordo com Adilson Cabral, toda a sociedade tem direito e competência para exercer a comunicação de forma plena:

(...) a ideia de lutar pelo direito humano à comunicação está diretamente relacionada à mobilização tanto daqueles que buscam exercê-la mais diretamente na prática, como expandindo esse direito àqueles que têm competência para tanto, ou seja, à sociedade como um todo (CABRAL FILHO, 2019, p. 6).

As mídias independentes, tanto as analógicas como as digitais, têm sido grandes aliadas dos povos indígenas na sua representação midiática, na luta pelo direito à comunicação, além de outros direitos, e na preservação de suas culturas. Nos veículos de comunicação hegemônicos, quando aparece uma figura indígena é, na grande maioria das vezes, estereotipada e eles são tratados como inimigos do progresso da nação, por tentarem proteger as terras brasileiras que lhes couberam. A mídia hegemônica não abre espaço para múltiplas representatividades, especialmente a dos povos originários, mesmo que vários arcabouços jurídicos sustentem o direito de todos à comunicação. É preciso repercutir as diversas narrativas, porque não existe um único ponto de vista sobre os fatos. Com relação a essa

afirmação, Joelle Rouchou diz que: “não há apenas uma verdade, mas verdades a partir de determinadas versões” (ROUCHOU, 2000, p. 177).

A Rádio Yandê põe em prática o princípio da comunicação cidadã, pois possibilita o exercício da cidadania através da comunicação, onde os indígenas podem expressar seus valores que não são hegemônicos. Pode-se dizer que as motivações para a prática da comunicação indígena são de caráter cultural e social. Sobre o conteúdo veiculado pelos povos originários, Emanuela Amaral afirma que tem os alicerces firmados nos moldes da proposta da comunicação para o Bem Viver, afirmando que “a comunicação deixa de representar um mero vínculo de transmissão de informação de um emissor a um receptor para transformar-se em o meio de produção e reprodução das culturas indígenas” (AMARAL, 2021, p. 46).

O jornalista Oswaldo Faustino tem uma frase que pode exprimir o sentimento dos grupos que não encontram representatividade, nem se fazem presentes na mídia convencional hegemônica: “Quem não se vê não se reconhece. Quem não se reconhece não se identifica. Quem não se identifica não se ama”⁴⁶. Os povos originários precisam sentir-se representados midiaticamente para reafirmar sua existência, provarem sua resistência e difundirem suas culturas. O monopólio das mídias analógicas e/ou digitais é prejudicial porque causa um estreitamento da visão de mundo, não permitindo que existam diversidades de modos de vida, de identidades, posicionamentos e opiniões, o que não é salutar numa sociedade democrática. Além disso, os meios de comunicação são bens públicos e, por essa razão, precisam praticar a democracia comunicacional, fortalecendo as mídias alternativas, livres e independentes, acabando com os monopólios e os oligopólios. Denis de Moraes afirma que a diversidade de informação, junto às práticas de resistência cultural, permite refletir sobre a possibilidade de mudança dos conceitos estabelecidos: “a contra hegemonia institui o contraditório no que até então parecia uníssono e estável” (MORAES, 2015, p. 82). E prossegue dizendo que “desde a primeira metade do século XX, registram-se iniciativas que buscam dar voz a segmentos excluídos ou discriminados por estes grupos privados que controlam o setor da mídia” (MORAES, 2015, p. 84).

Publicado em 1980, o relatório MacBride, conhecido também como ‘Um mundo de muitas vozes’ foi um documento da UNESCO, redigido por uma comissão presidida pelo irlandês Seán MacBride, vencedor do prêmio Nobel da Paz, no ano de 1974, que estabelece as diretrizes da NOMIC: Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. O Relatório

⁴⁶ *Quem somos nós aos olhos da mídia?* Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br>
Acesso em: 21/02/2021.

MacBride, formulado há pouco mais de 40 anos, ainda possui relevância para pensarmos a comunicação atual, pois a concentração midiática dos grandes conglomerados é reproduzida também na internet. A internet acabou acentuando ainda mais esse acúmulo, como afirma Eula Cabral:

Ter a possibilidade de se ter radiodifusão, telecomunicações e informática atuando juntas fizeram com que os conglomerados se organizassem e alavancassem seus negócios, agravando a concentração midiática. (...) A concentração pode ser boa para os grupos midiáticos, mas é ruim para a sociedade (CABRAL, 2019, p. 9).

Mesmo reproduzindo a concentração da mídia tradicional e contando com questões relativas à dificuldade de acesso do público, ainda necessitando de ampliação, a internet tem se mostrado um espaço para a experimentação e uma alternativa para a produção midiática independente. Ailton Krenak tem uma fala interessante sobre estas novas ferramentas tecnológicas, no filme-documentário *Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*, dirigido por Silvio Tendler: “Eu acho que no começo deste século XXI essas trocas de novas tecnologias, que não fomos nós que criamos e nem somos nós que fabricamos, vai ser o grande evento para os nossos povos”⁴⁷ (KRENAK, 2006). Este discurso profético tem se configurado como uma realidade para os povos originários, que estão cada vez mais utilizando as TICs como forma de expressão, de luta e resistência.

Somos a sociedade da mídia e também somos traduzidos por ela. O surgimento da rede mundial de computadores e da internet ocasionaram mudanças significativas nas nossas vidas e redesenharam a geografia do planeta. Segundo Muniz Sodré: “O efeito SIG (simultaneidade, instantaneidade e globalidade) já está definitivamente inscrito na temporalidade cotidiana, abolindo todas as distâncias espaciais pela prevalência do tempo” (SODRÉ, 2014, p. 115). A rede mundial de computadores é um meio contemporâneo que permite a comunicação teoricamente ilimitada (a não ser pela ausência de posse dos aparatos tecnológicos) de muitos com outros tantos, num cenário onde todos são potencialmente ‘mediatizadores’ produzindo e consumindo conteúdos neste ambiente digital.

⁴⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM Acesso em: 22/04/2021.

2.2 A Web Rádio Yandê e as culturas indígenas

Inspirados nas diversas experimentações radiofônicas, mais especificamente o Programa de Índio, e trazendo a oralidade como uma tradição central nas culturas indígenas, Anápuàka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe, Renata Machado Tupinambá e Denilson Baniwa criaram a Web Rádio Yandê, primeira web rádio indígena e primeira mídia online brasileira a fomentar a etnocomunicação. Com essa iniciativa, este grupo de cidadãos indígenas contemporâneos conseguiram transformar a oralidade em força sonora.

A falta de representatividade, o apagamento, a desfiguração dos povos indígenas nas mídias convencionais e a vontade de desconstruir as narrativas já conhecidas, mostrando novos olhares que rompem visões hegemônicas, foram alguns dos motivos para que, em 19 de novembro de 2013, fosse realizada a primeira transmissão da Web Rádio multiétnica indígena Yandê. Os três fundadores da Web Rádio Yandê são indígenas que vivem em contexto urbano: Anápuàka é paulista, jornalista, idealizador da Rede de Cultura Digital Indígena, articulador de políticas públicas para população indígena e cofundador do Movimento Agora; Renata, cujo nome indígena é Aratykyra, é nascida em Niterói (RJ), jornalista, roteirista e produtora, pesquisadora da comunicação voltada para as etnomídias e a decolonização dos meios; e Denilson é amazonense, publicitário e artista visual, vencedor do Prêmio Pipa online 2019 de arte contemporânea, sendo articulador nas rádios Cultura do Amazonas, A Voz das Comunidades e Viva. Podemos constatar que os três idealizadores da Yandê são midiativistas, que sentiram a necessidade de construir uma identidade própria ao fazer comunicação.

Protagonismo e independência foram as palavras que nortearam a criação da Web Rádio Yandê. A opção pela web rádio foi uma questão de custo de produção. A web rádio possui um custo para criação bem inferior ao de uma rádio tradicional, cerca de 10% a 15% do investimento. Além do baixo custo, outra vantagem da web rádio é que sua exploração não depende de concessão ou outorga governamental, nasce da livre iniciativa de seus proprietários. Por essas facilidades, a web rádio tem se tornado o espaço para projetos de comunicação independente e se mostrado uma forte aliada na transmissão e recepção de práticas culturais e identitárias, pois a mídia convencional predominante ameaça a diversidade cultural, a liberdade de expressão e o direito à informação.

Anápuàka conta que o momento da fundação da Rádio foi desafiador: “Chegamos com protagonismo, muita vontade e sem dinheiro” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2019). Esta vontade mobilizou todos os envolvidos, levando-os a realizar a primeira transmissão na

coragem, usando uma solução improvisada, pois interceptaram o sinal de wi-fi do Museu de Arte do Rio de Janeiro, como confirma Raquel Gomes Carneiro: “(...) elaboraram um banco de dados da web rádio com 12 horas de programação, fazendo o primeiro *upload* do conteúdo por meio do sinal *hackeado* da rede wi-fi do Museu de Arte do Rio de Janeiro” (CARNEIRO, 2019, p. 58). De acordo com Anápuàka, naquele período a internet tinha dificuldade de transferência de dados, pois quem ouvia áudio pela internet ou por transmissão de streaming, utilizava o MP3. O áudio de MP3 não coube na codificação de transmissão de áudio da Yandê, porque era muito pesado. Acabaram utilizando uma tecnologia da época, que era a ACC, para a compactação de dados digitais. A transmissão de streaming feita pela Rádio Yandê em ACC funcionava em 32K. Anápuàka conta que a solução resultou no funcionamento da web rádio: “32k de transmissão de dados em ACC, naquele momento, qualquer internet de baixa velocidade aceitava essa transmissão com qualidade digital. Então, a plataforma funcionava” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023). Ele relembra com satisfação o primeiro dia de transmissão da Yandê. Naquele dia, apenas um único ouvinte acessou o site da web rádio: “(...) ganhou força desde o primeiro dia, quando teve uma pessoa ouvindo a Rádio Yandê, quando a gente foi sendo os protagonistas e convidados por plataformas para testar, né?” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

Anápuàka revela que não pensou em criar um veículo de comunicação copiando o modelo convencional hegemônico, onde os indígenas não se sentem representados: “(...) a comunicação ela sempre foi focada e entendida que ela era pra uma classe social e econômica exclusiva, brancos e afortunados, e nós indígenas não cabíamos dentro desse ambiente” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023). Seu desejo foi criar uma mídia feita por indígenas e para indígenas, o que acabou se concretizando:

(...) em 2013, eu decido construir essa web rádio indígena com propósito nacional. Ela tinha um outro nome, Brasil Indígena. E depois, convidando a Renata Machado e o Denilson Baniwa, a gente constituiu, depois de muito insistir que isso fosse, porque ninguém acreditava na minha ideia, era muito insana (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

Desde muito cedo, Anápuàka percebeu a falta de representatividade dos indígenas nas mídias convencionais e isso o incomodava bastante. Este foi o mote para o surgimento da Yandê:

(a criação da Yandê) ela vem principalmente, né, da necessidade de entender que nós não tínhamos a nossa mídia, que nós não tínhamos nada, nós não

tínhamos o ambiente favorável (...) na minha vida isso acontece, esse entendimento, aos seis anos de idade, ouvindo o Programa de Índio na Rádio USP” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

A partir desta compreensão e com as direções que sua vida profissional foi seguindo, Anápuàka foi perseguindo e desenvolvendo a ideia de criar uma mídia própria. No final dos anos 80, começou a ter experiências midiáticas na escola, com amigos de eletrônica, onde montaram uma equipe de som e ele era o DJ⁴⁸. A experiência de DJ o colocou no rádio, fazendo locução, conhecendo outras mídias, fazendo zine, trabalhando com montagem de vídeo de uma forma ainda muito rudimentar. Toda esta experiência foi aplicada na construção da Rádio Yandê. O nome Yandê, que em tupi antigo significa ‘nós/nosso’, foi uma escolha coletiva e se estabeleceu por ser uma palavra comum a todos, carregando a simbologia de ser um espaço para abrigar os diferentes povos originários do Brasil e de fora do país também. O slogan da web rádio resume bem essa diretriz “A rádio de todos!”. Anápuàka fala que a ideia do nome era abranger o máximo de etnias indígenas possíveis:

A ideia não era fazer uma web rádio etnocentrista, mas pensar em toda a população indígena do Brasil e até fora do Brasil, então, Yandê ela fazia muito mais sentido porque a tradução do tupi antigo *Yandê* com ‘Y’ é nós, nosso, todos nós, ela acaba nascendo em 13 de novembro de 2013, então ela vai fazer 10 anos (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

Denilson Baniwa, que criou o logotipo da Yandê, relata num texto escrito no site da web rádio, que quando assistia TV também sonhava em ter sua própria mídia. No entanto, era um sonho distante para um menino indígena amazonense. Assim como Anápuàka, companheiro da empreitada que foi o processo de construção da Yandê, também integrou desde cedo os movimentos indígenas na sua região. Em 1999, foi enviado para Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) para fazer um curso de Comunicação e Mídias, o que lhe propiciou descortinar outras possibilidades de escolher diferentes trilhas para seguir:

Quando eu fui mandado pra FOIRN para fazer um curso de Comunicação e Mídias, isso me mostrou um caminho diferente a seguir. A TV era uma ideia, uma possibilidade de mudança real e a gente pensava em como seria

⁴⁸ Abreviatura de Disc Jockey - pessoa que escolhe e toca discos para dançar num baile, boate ou discoteca, discotecário e, também, animador radiofônico que apresenta programa musical. Definições do Oxford Language. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

legal ter um filme, um programa de TV, um espaço. (...) A palavra é possibilidade! (BANIWA, 2017)⁴⁹

Este desejo se materializa sob a forma da web rádio Yandê, que pode ser acessada por meio do endereço eletrônico: www.radioyande.com. A página propõe uma interface simples (vide figura 1), com elementos narrativos que oferecem texto, vídeo e áudio. A Yandê define o direcionamento da web rádio no texto ‘A Rádio’, que consta no site: “Temos como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet” (A Rádio em Rádio Yandê). O site também recebe conteúdos em texto, imagens e vídeos sobre diversos temas, que vão desde aspectos da cultura indígena até pautas de direitos humanos, sustentabilidade, comunicação e saúde, entre outros. De acordo com os seus criadores, os pilares da web rádio Yandê estão baseados na amplificação de vozes e no protagonismo indígena, não diretamente na preservação cultural, mas a difusão da programação artística, acaba acarretando este interessante ‘efeito colateral’.

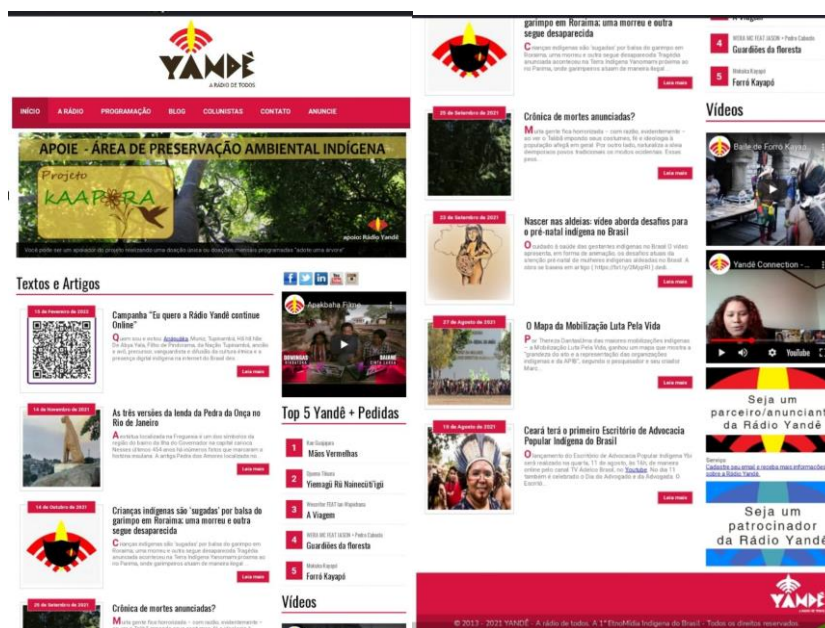


Figura 1. Interface da página da Web Rádio Yandê

Inicialmente, tiveram dificuldade para preencher a grade de programação da web rádio, pois não havia quantidade expressiva de programas produzidos, exclusivamente, pelos indígenas. Antes de terem correspondentes e receberem deles os conteúdos, extraíam os áudios

⁴⁹ Disponível em:

https://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=770
Acesso em 23/06/2022.

de vídeos feitos por indígenas. Anápuàka nos conta como a programação era composta nos primórdios da Yandê:

Eu tinha alguns conteúdos próprios, acervo de música, produção de documentários, e a questão foi começar a pensar: da onde conseguir conteúdo? E uma das ideias que eu fui pensando naquele momento foi absorver produtos audiovisuais, começar a extrair áudios de produtos. Eu comecei a extrair entrevistas interessantes de documentários de indigenistas, de antropólogos, e a criar uma nova linguagem, extraia o áudio e construía um podcast com interações, como se eu estivesse fazendo uma pergunta, produzia uma abertura, produzia, montava (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

A web rádio Yandê ainda reproduz em sua programação o acervo do Programa de Índio. Embora a programação tenha buscado sempre a atemporalidade, conteúdos que façam sentido em qualquer época em que sejam veiculados, é desanimador e frustrante ouvirmos programas que foram produzidos na segunda metade da década de 80, difundidos no Programa de Índio, e constatarmos que o conteúdo temático acerca dos povos indígenas é praticamente igual aos dias atuais: resistência e luta pela garantia dos direitos como cidadãos indígenas brasileiros.

Anápuàka afirma que o objetivo primordial da Rádio Yandê nunca foi produzir uma avalanche de informações, mas produzir conteúdos atemporais com temas de interesse dos indígenas: “(...) a importância de sua atuação não está na produção desenfreada de informação, mas no desejo de produzir conteúdos que sejam importantes e relevantes para a história da luta indígena e da resistência nacional” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023). Até recentemente, segundo Raquel Carneiro, recebiam conteúdos advindos de correspondentes, tanto do Brasil como do exterior:

(...) recebiam áudios de distintas qualidades e formatos, através de aplicativos, redes sociais e de e-mails de artistas indígenas de todo o país, compondo uma *playlist* que promove o conhecimento musical e cultural também de etnias da América Latina, Central, Estados Unidos, Canadá e Austrália (CARNEIRO, 2019, p. 5).

Muito antes da criação da Yandê, Anápuàka viajava pelo Brasil, inclusive indo a alguns aldeamentos indígenas, para realizar palestras e oferecer oficinas sobre a comunicação indígena: “(...) eu já circulava pelo país de uma forma muito autônoma, tentando apresentar a ideia da etnomídia indígena” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023). Depois que a Yandê entrou no ar, Renata e Denilson também colaboraram neste processo de ‘formação’ de novos comunicadores indígenas, realizando a capacitação quando visitavam seus parentes aldeados. A proposta não era simplesmente ensinar a usar os equipamentos, mas pensar a comunicação indígena. Com isso, formaram uma rede de comunicação nacional com correspondentes

indígenas em diversas partes do Brasil. As orientações passadas para os correspondentes incluíam, além da atemporalidade das matérias veiculadas, um teor positivo na abordagem dos assuntos, mesmo que falasse também das agruras que os povos indígenas enfrentam diariamente. Anápuàka descreve a conversa que costuma ter com os colaboradores sobre o conteúdo a ser ofertado:

(...) você quer mandar uma matéria, quer mandar uma pauta? O que está acontecendo de bom no teu povo? O que tem acontecido no teu cotidiano, na tua história, na tua memória aí, pra gente (...) o que é que você tem que os outros não têm? O que o Brasil precisa conhecer sobre a tua nação, sobre o teu povo? (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023)

Anápuàka comenta as outras formas que utilizou para obter os conteúdos possíveis de serem veiculados na web rádio Yandê: “o Papo na Rede, que era uma transmissão feita pelo *Hangout* que a gente conversava com vários indígenas conectados e a partir disso, também transformava em conteúdo de áudio” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023). Os colaboradores eram de diferentes etnias, diversas frentes políticas e territoriais, o que sempre conferiu a Rádio seu caráter multiétnico. A Yandê propicia o exercício do direito à cidadania comunicacional, assegurado a todos os indivíduos, incluindo os povos indígenas, de ter o poder sobre sua própria voz e discurso. A web rádio é uma mídia independente, pois não está sob o controle de nenhum grande grupo de comunicação e não está vinculada a compromissos com anunciantes, grupos políticos ou instituições governamentais. Aborda pautas que se desenvolvem a partir do olhar dos povos originários e utiliza em seu processo comunicacional, novas formas de transmissão oral dos saberes ancestrais e, também contemporâneos, sendo uma etnomídia indígena em *streaming*. A etnomídia indígena é uma constante desconstrução das práticas estabelecidas pela indústria cultural em veículos de comunicação, por isso é uma descolonização destes meios.

A apropriação desta modalidade de mídia radiofônica pelos povos indígenas se tornou possível graças ao surgimento da rede mundial de computadores e da internet, que além de ampliar o alcance da informação, possibilitou uma forma de comunicar, onde o receptor não é um agente passivo no processo comunicacional. Manuel Castells diz que o surgimento desse sistema eletrônico-digital abre novas possibilidades de interação e uma necessidade de se repensar os modelos comunicacionais: “a internet é uma rede de comunicação global, mas seu uso e sua realidade em evolução são produtos da ação humana sob as condições específicas da história diferencial” (CASTELLS, 2003, p. 12). Para além da conexão em rede, Castells considera a internet revolucionária: “(...) a introdução da informação e das tecnologias da comunicação baseadas no computador e, particularmente, na internet, permite às redes exercer

sua flexibilidade e adaptabilidade e afirmar assim sua natureza revolucionária” (CASTELLS, 2003, p. 8).

A internet trouxe a configuração da sociedade conectada em rede, o que possibilitou diversidade na produção dos conteúdos, como ressalta Marco Antonio de Almeida: “os indivíduos na sociedade em rede tornaram-se capazes, com as ferramentas disponíveis, de se tornarem produtores de conteúdo, num processo dialógico, envolvendo os conteúdos simbólicos e, também, outros sujeitos” (ALMEIDA, 2018, p. 229). Essa assertiva se confirma na prática comunicacional experienciada na Yandê, que vai possibilitar o protagonismo e a comunicação ativa aos povos ancestrais. O ambiente virtual propicia novos formatos, nesta era de confluência de mídias, que por ser um território de pensamento, não está limitado ao espaço físico. Para Henri Jenkins “a convergência midiática como um processo cultural, não está apenas relegada à questão tecnológica dos meios. Em vez disso, a convergência representa uma transformação cultural”. De acordo com o que sugere o autor “a convergência midiática está reafirmando o direito que as pessoas comuns têm de contribuir ativamente com a sua cultura” (JENKINS, 2008, p. 27-28).

Com relação a sustentabilidade financeira do veículo e das pessoas que trabalham nele, a web rádio Yandê tem inúmeras questões. Em seu depoimento, Anápuàka diz que consegue se capitalizar por meio de palestras, consultorias, curadorias, entre outras atividades, e investe parte do valor na continuidade da web rádio:

A Yandê nunca teve patrocínio, nunca teve publicidade direta, por conta do racismo estrutural. Foram poucas pessoas que contribuíram de alguma forma pra Rádio Yandê seguir em frente. Mas, os parceiros com doações pra gente pagar o servidor e conseguir tá online. no processo pandêmico, como bancar isso se eu não podia viajar, se eu não podia, sei lá, dá consultoria, utilizar o meu conhecimento pessoal e dividir essa grana com a Rádio Yandê pra mantê-la funcionando, o servidor e as ferramentas necessárias? (TUPINAMBÁ HÂHÂHÂE, 2023)

Letycia Gomes do Nascimento reafirma a declaração de Anápuàka quando discorre sobre a precária situação financeira da Yandê: “ (...) a Web Rádio Yandê não é financiada por nenhuma organização pública e encontra o desenvolvimento de sua vida financeira na contribuição de apoiadores, pequenos patrocinadores e através da realização de eventos (NASCIMENTO, 2021, p. 65). Como nos contou Anápuàka, durante o período agudo da pandemia mundial da Covid-19, entre 2020-2021, ele não pode realizar nenhum trabalho presencial e/ou que implicasse em

deslocamento. Porém, como ele mesmo se define “é um construtor de ideias” e, neste momento, surge a proposta de criar a Yandê Store⁵⁰:

Criei a Yandê Store pra poder, a partir do talento que eu tenho de, sei lá, desenvolver arte, áudio, porque assim, quem não tem, tem que se virar e a Yandê sempre foi nesse aspecto. Eu tive que buscar uma solução pra pagar as contas. Há muito tempo falo e construo ideias de e-commerce pensando no empreendedorismo. Então, na comunicação, a história, a memória, a política social e o empreendedorismo, tudo nasce. A Yandê Store a gente acaba botando a ideia (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023)

A Yandê Store é uma plataforma de e-commerce que vende produtos étnicos, ou seja, é um mercado virtual de produtos indígenas, tais como: camisetas, canecas, ecobags, bonés, avental, cartazes e até camisa petdog. Anápuàka explica porque a opção pelo e-commerce:

(...) o que a gente vende não é camisa. O que a gente consegue impulsionar é a ideia da comunicação, a ideia do pensamento, a reflexão, a filosofia. É compartilhar a arte indígena, as ideias destas artes dentro de uma plataforma de e-commerce, que não gera estoque, né? (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023)

A Rádio Yandê veicula conteúdos multimidiáticos elaborados, exclusivamente, por sujeitos comunicacionais indígenas. A experiência midiática da Web Rádio Yandê torna possível a confluência da cultura tradicional indígena com a moderna cultura digital ou cibercultura. Na visão de Ricardo Santiago e Valéria Barbosa Magalhães a cultura digital tem algumas especificidades que podem funcionar de forma ambígua: “a cibercultura possui uma ambiência própria e hábitos de comunicação particulares, que privilegiam a interação e a participação, por um lado, mas que criam a propensão à brevidade, por outro” (SANTIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 12).

Entre os anos de 2015 e 2019, a plataforma midiática da Yandê esteve no auge de sua transmissão, chegando a mais de 80 países, com 2 milhões de ouvintes no streaming, contando com 178 colaboradores do mundo todo, cinco correspondentes e três coordenadores. A web rádio reúne várias etnias indígenas, com múltiplas cosmovisões e diferentes abordagens do conteúdo veiculado. São vários povos indígenas unidos pela rede mundial de computadores, mesmo nas mais remotas aldeias e comunidades com acesso à internet, o que pode representar uma forma de valorização e manutenção das tradições e memórias culturais. A Yandê nunca possuiu estúdio físico, as transmissões são executadas de computadores pessoais, de qualquer local. Em

⁵⁰ Disponível em: <https://yandestore.com.br/> Acesso em: 21/12/2022.

sua fase atual, a web rádio está sendo gerida somente pelo idealizador, fundador e coordenador Anápuaka. Denilson saiu da coordenação da Yandê em 2018, sendo sucedido por Daiara Tukano, que ficou até 2021. E Renata Tupinambá saiu em 2020.

A interação, a participação e a representatividade digital possibilitam ao indivíduo o reconhecimento de sua identidade, a sensação de pertencimento a um grupo social ou étnico e o conseqüente empoderamento cidadão, como afirmam Eric Schmidt e Jared Cohen: “Para alguns, a representatividade digital será a primeira experiência de poder em suas vidas, permitindo que eles sejam ouvidos” (SCHMIDT; COHEN, 2013, p.14). Mas, embora a internet tenha permitido a democratização da produção cultural, por outro lado, reproduz a concentração da circulação dos bens e serviços culturais, restringindo o acesso da mesma forma que a mídia hegemônica.

O uso da mídia digital para se comunicar é cada vez mais frequente entre os indígenas, muitos têm formação acadêmica na área da comunicação e do jornalismo, indicando que estão buscando a profissionalização, além do domínio das linguagens das TICs. Luciana Piazzon Barbosa Lima afirma que de algum modo a internet democratizou a informação: “O surgimento da internet como uma rede interconectada e descentralizada de computadores trouxe consigo inegáveis perspectivas para a democratização da informação e da comunicação” (LIMA, 2018, p.77). Infelizmente, este acesso à internet não tem sido tão democrático como deveria, porque a exclusão digital acaba reproduzindo a exclusão social.

Em 2020, o Mapa da Desigualdade da Casa Fluminense apontava que o Brasil tinha a pior distribuição de renda do mundo, só perdendo para o Qatar. E segundo Relatório sobre as Desigualdades Mundiais, lançado em dezembro de 2021, o Brasil permanece um dos países com a maior desigualdade social e de renda do mundo. O relatório foi produzido pelo *World Inequality Lab* (Laboratório de Desigualdades Mundiais), que integra a Escola de Economia de Paris e é codirigida pelo economista francês Thomas Piketty. Não tenhamos dúvidas que estas desigualdades sociais se refletem também na limitação de acesso à rede mundial de computadores, resultando numa exclusão digital. Estamos na era da informação, mas nem todos têm acesso a ela. A afluência às novas tecnologias depende da inclusão digital, que ainda carece de ampliação e de popularização do acesso aos aparatos tecnológicos de maneira geral, porque a desigualdade de acesso midiático reflete a grande desigualdade socioeconômica que vivenciamos no país.

No final de 2022, a equipe de transição do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve início em janeiro de 2023, preparou uma proposta de criação de uma

‘bolsa internet’⁵¹, que reduzirá o preço da conexão por banda larga para brasileiros com baixa renda, inscritos no CadÚnico (Cadastro Único do Governo Federal). O grupo de trabalho de Comunicação foi coordenado por Paulo Bernardo Silva, ex-ministro das Comunicações e do Planejamento. A proposta foi solicitada pelo governo Lula e será inspirada em outro Programa do Governo Federal “Luz para Todos”, para universalizar o acesso à internet. O objetivo do plano não é apenas ampliar o acesso à internet, mas também reduzir a desigualdade digital. Segundo pesquisa da Cetic.br 2021, 82% dos domicílios no Brasil têm acesso à internet. No entanto, só 61% desses usam cabo ou fibra óptica como principal tipo de conexão de rede. Entre as pessoas que têm acesso à internet, 64% só acessam a rede pelo celular, com conexão muitas vezes precária, limitada por planos de franquia de dados. Além do ‘bolsa internet’, o programa do GT para universalização de acesso à internet inclui investimento em infraestrutura para conectar zonas rurais e áreas remotas com banda larga e satélite, expansão de acesso nas escolas e colaboração com pequenos provedores de banda larga. Caso esta proposta seja concretizada, é possível que o acesso à internet nos aldeamentos indígenas melhore e sofra um incremento.

Cabe ressaltar que incluir digitalmente vai além do simples acesso à internet. Adilson Vaz Cabral Filho e Eula D. T. Cabral refletem sobre a falta de um conceito ampliado que contenha a apropriação dos meios de comunicação digitais: “Incluir é pressupor algo que se tem e se pretende passar para alguém. Apropriar-se, além de reconhecer coparticipação, implica em conscientização a respeito das possibilidades e necessidades de uso” (CABRAL; CABRAL FILHO, 2010, p. 19). Ainda falando de inclusão digital, Adilson Cabral parte do princípio de que é importante para a sociedade apreender ferramentas, recursos e suportes relacionados à tecnologia digital, mas, “para que a sociedade seja ‘digitalmente incluída’ é preciso que tenha em suas próprias mãos os rumos da tecnologia, em outras palavras, que se permita a apropriação da tecnologia por parte da sociedade” (CABRAL FILHO, 2006, p. 111). Renata Tupinambá diz que quando os indígenas se apropriam de uma tecnologia estão dando outro significado, criando outras formas de usar: “Os povos indígenas têm uma forma própria de falar. O comunicador indígena coloca sua visão de mundo, seu movimento na hora de transmitir um conteúdo” (TUPINAMBÁ, 2018).

As formas de interação que surgem a partir da apropriação da internet e de inúmeras tecnologias digitais provocam mudanças no tradicional esquema de comunicação. Faz parte da grande revolução comunicacional contemporânea que os povos indígenas como sujeitos

⁵¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/governo-de-transicao-vai-propor-bolsa-internet-para-baratear-acesso-por-banda-larga.shtml> Acesso em: 23/01/2023.

políticos produzam seus discursos contra hegemônicos, tendo direito à memória e à história, contada sob seus pontos de vista. É imprescindível conhecer as diversas versões da história.

Ângela Pappiani explica como a internet impactou os territórios indígenas:

Nas aldeias a tecnologia digital chegou e tomou conta. Mesmo pessoas que pouco falam o português possuem um telefone celular e se conectam com outros indígenas, em seu idioma nativo. Os povos Ashaninka e Yawanawá, dos primeiros a se conectarem com a nova tecnologia, usam os benefícios do sistema para a proteção de seus territórios, para a denúncia de invasões e para o monitoramento remoto de suas terras. O povo Suruí estabeleceu convênio com o Google Earth para monitoramento de seu território. Os Yanomami usam o computador em programas de educação” (PAPPIANI, 2012, p. 117).

Entretanto, os povos indígenas, em especial os que vivem aldeados, relatam dificuldades de acesso à rede e a falta de conhecimento para usabilidade (apropriação) das ferramentas dos não indígenas. A apropriação, por parte dos povos originários dos meios correntes para se comunicar provou que tradição e modernidade podem ser aliadas na preservação das culturas, unindo as tecnologias para manter vivos os costumes destes povos. Na atualidade, a rede mundial de computadores tem sido uma das formas encontradas, através da difusão, para preservação da memória das culturas ancestrais dos povos originários, fortemente baseada na transmissão oral de saberes, que por não terem registro, vão se perdendo ao longo do tempo. As novas tecnologias comunicacionais digitais devem cumprir o papel de transmissão de saberes e conhecimentos ancestrais para as próximas gerações, como afirma Luis Fernando Sayão: “As mídias digitais devem ser vistas como um novo suporte na longa lista de materiais que a civilização tem, ao longo da história, utilizado para registrar e transmitir o conhecimento para gerações futuras” (SAYÃO, 2008, p. 12).

A Rádio Yandê utiliza em seu processo comunicacional novas formas de transmissão oral tanto dos saberes ancestrais quanto dos contemporâneos. Possui duas vertentes de público-alvo: os indígenas que produzem para seus povos e os não indígenas, que são uma espécie de ‘bônus’, mas não são o foco: “Por mais que uma web rádio possa alcançar, em tese, o mundo todo, é essencial definir um público-alvo na hora de elaborar a programação. É preciso lembrar que a internet, desde os primórdios, demonstra grande competência para a segmentação” (BIANCO, 2004, p.321-322). Anápuàka diz que a Yandê mantém a tradição cultural indígena de várias formas e uma delas é a transmissão de alguns programas em línguas nativas, o que fortalece os laços simbólicos e perpetua parte da cultura que foi discriminada ao longo de anos de colonização. Segundo ele, a Yandê veiculou em sua programação conteúdo em várias línguas originárias diferentes:

A gente fala das línguas, desde o áudio, do oral e o que vem também escrito, né? Então, conteúdos ou representações. Então, são etnias que estão ‘presente’ desde o início até hoje. Então, a gente conseguiu somar que a gente teve um quantitativo de pessoas, um quantitativo de etnias. Mas assim, é 10 kaingang, uma letra é Kaingang uma e acabou. A gente não ‘tá’ contabilizando o quantitativo de pessoas e sim o quantitativo de línguas, que aí a gente viu, opa, vamos olhar quanto chegou até hoje (...). Então, já temos um quantitativo maior que muitos museus, ou muitos estudos que têm, de antropologia e linguística por aí, e de conteúdo. (TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, 2021)

A pesquisa não conseguiu apurar com precisão quantas e quais as línguas nativas foram veiculadas pela Yandê, mas pelas informações fornecidas por Anápuàka, certamente foram mais 100, mas não temos comprovações. Na maior parte das vezes, estes programas não são traduzidos, pois são conteúdos produzidos por grupos indígenas de uma determinada etnia para seus povos:

É porque assim, como eu ‘tava’ dizendo assim, ‘num’ é um produto feito pra mim e nem pra você. É feito pro povo dele. Agora a gente entra no contexto, chega assim, que é que ‘tão’ dizendo? Pra gente saber também quando tem alguns diálogos. E aí, se eles quiserem traduzir, a gente vai e traduz o conteúdo e entrega um produto traduzido. E aí, eles traduzem, porque se eu for fazer eu não faço tradução, eu faço uma versão. Porque toda tradução, ela tem que ter uma relação de afeto, se não tem relação de afeto é versão. Tem que ser feito por um indígena da própria cultura, que entenda e tenha ligação de afeto com a própria cultura e com o indivíduo que fala. Eu não tenho uma ligação, então seria simplesmente uma versão sobre a fala do outro, que não é o mesmo, não tem o mesmo sentido. (TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, 2021)

Mais do que um meio de difusão de uma informação qualificada para os povos indígenas, a Yandê é também um lugar para a prática da comunicação cidadã e empoderamento, pois os indígenas têm voz e protagonismo. Anápuàka diz que

(...) o principal objetivo da Web Rádio Yandê não é salvaguardar a cultura ancestral, mas amplificar as vozes dos povos originários. Ser uma mídia indígena para indígenas e não indígenas. É uma proposta comunicacional de mostrar para os indígenas, que eles podem se comunicar com o mundo e não ficarem restritos aos seus aldeamentos. (TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, 2021)

Anápuàka afirma que a web rádio Yandê cumpre o papel de amplificar as vozes dos povos originários e acaba preservando suas culturas, tradicionais e contemporâneas, por meio

da difusão. E se mostra entusiasmado com relação a potencialidade numérica de público que a rede pode proporcionar: “enquanto alguns acham que a internet é terra de ninguém, nós achamos que é terra com muita gente” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2021). Muniz Sodré confirma a ampliação e a capilaridade do alcance destas vozes proporcionada pela rede mundial de computadores, quando diz que “a rede é um megafone. Tem um poder de mobilização muito grande. Ela leva para rua, expõe”⁵² (SODRÉ, 2021).

Na esfera da música, o conteúdo veiculado vai desde o tradicional, até a música contemporânea indígena, que inclui vários gêneros: e outros ritmos, como nos conta Anápuàka:

(...) no âmbito da música indígena, desde o tradicional, que é a questão de quem eu sou, porque estou e porque tenho que resistir como indígena, também tem a parte de...das músicas contemporâneas indígenas, que aí, são gêneros musicais, forró, pagode, hip-hop, metal, ‘sofrência’, e por aí vai (TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, 2021).

De acordo com Lia Calabre, a música é essencial no conteúdo de uma rádio: “a música sempre foi um elemento fundamental dentro da programação de uma emissora de Rádio” (CALABRE, 2004, p. 11). Entretanto, Anápuàka diz que um dos critérios admissionais para que determinada música faça parte da programação da Yandê, é que ela seja engajada nas causas indígenas: “Então assim, você tem que ter história, tem que ter resistência, tem que ter luta nas letras e na harmonia ‘pá’ fazer sentido”. Nas suas palavras a Yandê é uma “mídia da luta da resistência, de protagonismo e da identidade cultural” (TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, 2021). Como qualquer rádio do dial que estimula a participação dos ouvintes, a Rádio Yandê incentiva não apenas a contribuição com conteúdo, mas o pedido de músicas através de todos os seus canais de comunicação. Na coluna “Top 10 Yandê + Pedidas”, localizada à direita da página principal (vide figura 1), há uma seleção dos sons mais tocados na web rádio. A internet é uma mídia que promove a participação do receptor. (CARNEIRO, 2019, p. 26).

Uma das formas para compor a programação foi o recebimento de músicas e informações de correspondentes indígenas de diversos locais, trazendo notícias das aldeias e levando notícias da cidade. Também havia busca ativa de conteúdo por parte dos coordenadores, que faziam a curadoria da programação, seguindo os critérios que eles mesmos estabeleceram, de engajamento e pluralidade. Porém, nunca existiu uma grade de programação pré-estabelecida.

⁵² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/governo-bolsonaro-exerce-a-necropolitica-e-brasil-e-o-mundo-vivem-um-desastre.shtml> Acesso em: 05/07/2022.

A Web Rádio Yandê tem contribuído para o surgimento de um mercado musical indígena, como afirma Anápuaka: “A gente hoje tem indígenas cantores que vivem já disso, já ‘tão’ vivendo, né, já ‘tão’ fazendo shows e foi potencializado pela Rádio Yandê. A gente amplificou essas vozes, eles têm muito talento sim, talento natural” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2021). O resultado dessa difusão, adesão e empreendedorismo foi a criação do YBY, o 1º Festival de Música Indígena Contemporânea, realizado entre 29 de novembro e 1º de dezembro de 2019, na cidade de São Paulo com apoio da Unibes Cultural⁵³. O potente comunicador multidimensional Anápuaka pondera que ter uma mídia própria ajuda no incremento dos negócios indígenas:

(...) a gente acaba pensando nos negócios indígenas, empreendedorismo indígena. Mas, como é que isso nasce? Nasce dentro de um festival de música indígena em São Paulo, que pensa sobre *red money*, *red skin money*, e botar o indígena numa outra posição no comércio, de identidade, de valoração, e pra isso eu preciso de uma comunicação que impulsiona o artista, que impulsiona o empreendedor indígena, que impulsiona o artesão pra ele saber que ele é um empreendedor, que ele movimenta uma economia (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

O evento musical realizou também mesa de debate sobre a inclusão de artistas indígenas na programação cultural da cidade, feira gastronômica e de moda indígena, exposição de artes visuais, entre outras atrações. Dentre os artistas contemporâneos, que passaram pelo palco do festival estão Arandu Arakuaa, Brisa Flow, Brô MCs, Djuena Tikuna, Edivan Fulni-Ô, Gean Ramos Pankararu, Ian Wapichana, Katu Mirim, Nory Kayapó, Oz Guarani, Oxóssi Karajá, Wakay, Wera MC, Suraras Do Tapajós e o Grupo Mãnã Runu Keneya. Alguns destes artistas indígenas conseguiram romper barreiras, sair da programação da Yandê e chegar ao mercado cultural não indígena. Um exemplo é o grupo de rap Brô MC's, surgido em 2009, formado por Clemerson Batista, conhecido como Tio Creb, Charlie Peixoto, chamado de CH, Bruno Veron e Kelvin Mbaretê, da etnia Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, que se apresentaram no palco Sunset, no Rock in Rio 2022. O referido palco é destinado aos grandes encontros musicais e eles dividiram o espaço com o já consagrado rapper Xamã, que também tem ascendência indígena. A banda compõe em português e em guarani. As letras versam sobre as temáticas de luta e resistência destes povos. Trechos de rezas de rituais sagrados indígenas também são

⁵³ Disponível em: <https://unibes cultural.org.br/eventos/yby-festival-promove-musica-e-cultura-indigenas-contemporaneas/>
Acesso em: 28/08/2022.

citados nas composições do quarteto. Bruno Veron diz que o rap é a grande arma da banda: “Antigamente, a gente lutava com arco e flecha, que é uma coisa do passado, ficou para trás. Hoje em dia, a nossa arma é a nossa fala, é o nosso canto, é a nossa rima”⁵⁴ (VERON, 2022). Américo Córdula relata o surgimento do grupo de rap indígena, que aprendeu a linguagem desse gênero musical em um projeto, dentro de um Ponto de Cultura do Programa Cultura Viva: “(...) um grupo de jovens Guarani Kaiowá, que queria aprender as linguagens do Hip Hop. Conheceram um Ponto de Cultura em Campo Grande, que começou a dar aulas na aldeia e dessa forma surgiu o grupo Brô MC’s, cantando em guarani sua realidade. (CÓRDULA, 2022, p. 86).

Outro exemplo de artista independente lançada pela Yandê, é a cantora e compositora Djuena Tikuna, da região do Alto Solimões, na Amazônia, que era colaboradora da web rádio indígena e foi indicada, em abril de 2018, ao ‘Indigenous Music Awards’, maior premiação musical indígena do mundo, que acontece anualmente em Winnipeg, no Canadá⁵⁵. Foi ela quem cantou o Hino Nacional, na sua língua materna ‘Tikuna’, na cerimônia abertura das Olimpíadas, em 2016⁵⁶, repetindo este feito, em 11 de janeiro de 2023, durante a posse da atual Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara⁵⁷.

Além de músicas indígenas, a grade da Yandê possui programas informativos e educativos, que trazem para o público um pouco da realidade do indígena no mundo, desfazendo antigos estereótipos e preconceitos, ocasionados pela falta de informação especializada, em veículos de comunicação não indígenas. A programação de um veículo diz muito da cultura de quem a produz. O conteúdo sonoro é veiculado sem tratamento especial.

As narrativas midiáticas sobre os indígenas são marcadas, em sua grande maioria, por estigmas e estereótipos que reforçam a ideia de atraso e/ou de inimigos do progresso da nação, lhes tratando inclusive como invasores dentro de seu próprio território. Não se deve esquecer que eles são os povos originários desta terra. Com relação ao assenhoramento dos meios de

⁵⁴ Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/programe-se/bro-mcs-rap-indigena-rock-in-rio/>
Acesso em: 29/09/2022.

⁵⁵ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/cantora-djuena-tikuna-e-indicada-premio-internacional-de-musica-indigena/> Acesso em: 20/10/2022.

⁵⁶ Disponível em: <https://portalamazonia.com/cultura/musica/cantora-djuena-tikuna-se-apresenta-em-evento-oficial-da-olimpiada-rio-2016> Acesso em: 20/10/2022.

⁵⁷ Disponível em: https://cultura.uol.com.br/cenarium/2023/01/11/209051_ancestralidade-hino-nacional-e-entoadado-na-lingua-indigena-tikuna-em-posse-de-ministras.html Acesso em: 20/20/2022.

comunicação, Vera Raddatz afirma que a apropriação de uma mídia radiofônica pelos indígenas pode ajudar a resgatar seus valores culturais, que têm sido massacrados nesse longo processo de colonialismo e colonialidade estrutural, ao qual estamos submetidos:

A cultura indígena num país colonizado por europeus não é valorizada, o que produz nos 'índios' um sentimento de inferioridade. Por meio da rádio, podem não só refletir sobre essas questões, bem como evidenciar a importância de sua cultura, resgatá-la por meio de projetos e programas, estimular iniciativas que visem à manutenção do pouco que resta, como a língua e os costumes (RADDATZ, 2008, p. 3).

Desta maneira conheceremos a história sendo contada de um ponto de vista diferente, gerando outros relatos possíveis. Nesta disputa de narrativas, os povos indígenas não encontram 'lugar de fala' na mídia hegemônica, que não abre espaço para as representatividades diversas. Na mídia convencional faltam jornalistas indígenas que passem as visões dos indígenas. O conceito de lugar de fala, de acordo com Djamila Ribeiro, está diretamente ligado à consciência de si e aos conceitos de identidade e pertencimento: "Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos" (RIBEIRO, 2017, p. 21).

A Rádio Yandê oferece exatamente este espaço de representatividade e de protagonismo aos indígenas, assegurando-lhes o poder sobre sua própria voz e seus discursos. É uma mídia decolonial por ser feita por indígenas e para indígenas, propiciando outros 'lugares de fala'. Rosane Borges afirma que lugar de fala "é a posição de onde olho para o mundo para então intervir nele"⁵⁸. O termo remete ao local de fala do enunciador, sua realidade social, condição financeira, grau de instrução etc. Um conjunto de elementos que influenciam e interferem diretamente no discurso. Para Rosane, "pensar lugar de fala é uma postura ética, pois saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo". (BORGES, 2017). A Yandê nos oferece a oportunidade de ouvir outras vozes, advindas de outros 'lugares de fala', o que amplia nossa percepção e entendimento sobre os fatos expostos. A prática comunicacional da Yandê pode ser vista dentro do princípio da comunicação comunitária, por ser produzida no âmbito de comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%BAblico> Acesso em: 23/06/2021

Cicília Peruzzo define comunidade como um grupo de pessoas com objetivos e interesses em comum, mas que não necessitam ocupar o mesmo espaço territorial:

Comunidade não pode ser confundida com bairro ou cidade. (...) A comunidade tem características que vêm sendo mantidas: sentimento de pertença, participação, interações, objetivos comuns, interesses coletivos acima dos individuais, identidades, cooperação, cultura comum etc. (PERUZZO, 2003, p. 52).

Para Jesús Martin-Barbero a definição de comunidade também passa pelo sentimento de pertencimento a um grupo: “comunidade se define pela unidade do pensamento e da emoção, pela predominância dos laços estreitos e concretos e das relações de solidariedade, lealdade e identidade coletiva” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 51-52). Já o pesquisador e professor de antropologia do Museu Nacional (UFRJ), Eduardo Viveiros de Castro (2005), falando especificamente das comunidades indígenas, diz que: “comunidade indígena é toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas”⁵⁹. Pode-se concluir então que os agrupamentos indígenas funcionam como comunidades. Faz-se necessário salientar a importância do cidadão e de suas organizações coletivas, na condição de protagonista do processo comunicacional e a contribuição desse processo para o fortalecimento e difusão de suas culturas. Mesmo não sendo uma mídia comunitária de fato, a Yandê é comunitária na sua organização horizontalizada e destinada a um grupo social e étnico específico. Para Adilson Cabral e Emanuela Amaral existem duas características principais da comunicação indígena, que podem ser identificadas na Yandê: “interculturalidade e horizontalidade (...) uma prática que rompe com o modelo ocidental de se fazer comunicação” (CABRAL FILHO; AMARAL, 2021, p. 325).

A web rádio Yandê é sem dúvida um veículo de comunicação contra hegemônico, o que na visão de Emanuela Amaral não significa que é oposta a grande mídia: “a comunicação indígena não é hegemônica, mas não pode ser encarada como uma prática de oposição (AMARAL, 2022, p. 45). A comunicação praticada pela Rádio Yandê se caracteriza, como diz Cicília Peruzzo, como “um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Esta ação tem caráter mobilizador coletivo, na figura dos movimentos e organizações populares,

⁵⁹ Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_%C3%A9_%C3%ADndio%3F Acesso em: 23/06/2021

que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação” (PERUZZO, 2008, p. 368). Raquel Paiva considera que praticar a comunicação contra hegemônica de forma coletiva é muito importante para os grupos minoritários, como é o caso dos povos indígenas. Paiva ressalta o quanto é relevante para “populações, que até então estavam à margem, conseguirem ter acesso e poderem divulgar suas mensagens, muitas vezes produzindo, elas mesmas seus veículos de comunicação” (PAIVA, 2003, p. 135). A comunicação indígena pode contribuir para o fortalecimento da identidade cultural destes povos, que estão em minoria numérica e representativa, difundindo seus cotidianos nas aldeias e/ou nas cidades, seus hábitos, seus costumes, suas artes diversas, sua línguas nativas, demonstrando a pluralidade de cosmovisões existentes no nosso país.

A Yandê não é uma mídia comunitária, mas transita dentro deste espectro por ser um veículo de comunicação cidadã, que reporta as informações de um grupo étnico específico para seus povos. Vera Raddatz afirma que “a comunicação cidadã deve contribuir para que haja transformação contínua a respeito do significado das coisas, dos valores, crenças e comportamentos. Isso evidencia a ampliação do conhecimento de mundo, o reconhecimento do outro e a construção da identidade cultural” (RADDATZ, 2008, p. 4). Marialina Côgo Antolini e Edgard Rebouças afirmam que ter acesso à comunicação não apenas como receptores passivos, mas também como produtores e emissores de conteúdo, favorece o processo de formação cidadã, ajudando na construção de um pensamento crítico: “A cidadania está conectada à comunicação de maneira intrínseca. Não pode haver cidadania sem os processos comunicativos: sem diálogo, sem transmissão e recepção de informação, sem liberdade de expressão” (ANTOLINI; REBOUÇAS, 2017, p. 186).

O pensamento decolonial, ou seja, fora do esquadro eurocêntrico, branco e burguês, propõe oferecer outros caminhos para construção do saber e do pensar e por essa razão, pode e deve ser aplicado na comunicação. As diferentes formas utilizadas para praticar a comunicação contra hegemonicamente, as chamadas mídias livres e/ou independentes concretizam na prática o que se costuma chamar de decolonialidade midiática. De acordo com Ana Catarina Zema Resende, “a decolonialidade refere-se ao processo que busca transcender historicamente a colonialidade e supõe um projeto mais profundo e uma tarefa urgente para o nosso presente de subversão do padrão de poder colonial” (RESENDE, 2014, p. 16-17). É mais uma das heranças estruturais que o colonialismo deixou.

A Yandê é uma mídia voltada para a comunidade étnica indígena, praticando uma ‘comunicação decolonial de nicho’. No texto de apresentação, que consta no website da rádio,

está dito que “a proposta da Yandê é decolonizar o pensamento para decolonizar as ações”. Esta afirmação converge com o pensamento de Ramon Grosfoguel (2008), para quem a proposta decolonial é descolonizar o pensamento e oferecer outras reflexões que mostrem a realidade de comunidades e sujeitos marginalizados. Esta proposta reconhece que grupos, práticas e experiências, podem elaborar conhecimento e oferecer visibilidade a partir das realidades vividas dentro de seus espaços sem a necessidade de observação e interface de olhares colonizadores. José Ignacio López Vigil, dos Radialistas Apasionados, do Equador, afirmou na II Pre Cumbre Continental de Comunicación Indígena del Abya Yala 2014, realizada no Peru, que descolonizar os meios de comunicação é não fazer uma mera cópia dos meios convencionais: “descolonizar é não falar como os colonizadores”⁶⁰. Anápuaka considera que a Yandê é também uma mídia Lab, pois trabalha com experimentações: “Ela não é só um streaming de áudio, ela não é só um site, a gente foi fazendo as coisas (...) a gente é ‘metatester’⁶¹, a gente testa, a gente faz vanguarda e a gente erra o tempo todo e a gente sangra, sempre sangrou, porque os primeiros sangram mais” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

A comunicação indígena nasceu com o movimento indígena, pela urgência de falar das realidades dos povos indígenas, de defender seus territórios, da necessidade de denunciar crimes cometidos contra o patrimônio cultural nacional, que são as terras e os povos indígenas. Até então, não havia espaço para comunicação dos povos originários, que respeitasse suas culturas e identidades, pois a mídia hegemônica ameaça as diversidades culturais e silencia vozes dissonantes.

2.2.1 Yandê: a etnomídia da etnocomunicação indígena

A web rádio Yandê na sua prática comunicacional efetiva conceitos recentes e ainda em construção dentro dos estudos da Comunicação Social, quais sejam: etnocomunicação e etnomídia. A etnocomunicação surge para os povos indígenas como necessidade e oportunidade de se trabalhar a comunicação de uma forma alternativa, não estereotipada e que represente de maneira adequada a cultura e a identidade desses povos, diante das novas formas de organização

⁶⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=swkooz-LBOY&ab_channel=Cumbresdecomunicaci%C3%B3nind%C3%ADgena Acesso em 02/11/2021

⁶¹ MetaTester é um testador de estratégias de negociação projetado para verificação e otimização de robôs de negociação antes da sua utilização na negociação real. No caso, o termo está sendo aplicado à Rádio Yandê. Fonte: <https://www.metatrader4.com/pt/automated-trading/mql4-ide#:~:text=O%20MetaTester%20%C3%A9%20um%20testador,artigos%20sobre%20a%20linguagem%20MQL4>

da sociedade. Cristina Nascimento Oliveira afiança que na mídia comercial convencional não há ambiente para as vozes excluídas, dizendo que a criação de canais comunicacionais alternativos “surge como mecanismo que pode garantir acesso a comunicação para um grupo historicamente deslocado do contexto hegemônico da mídia convencional” (OLIVEIRA, 2014, p.19). Ao acionarmos a etnocomunicação indígena, precisamos ter em mente os traços que destacam Bryan Christian da Costa Araújo e Vilso Júnior Santi: “ela está marcada pela etnicidade, pela territorialidade e pela necessidade de reconhecimento” (ARAÚJO; SANTI, 2019, p. 9). Como afirma Grazieli Eurich, a etnocomunicação caminha no sentido contrário aos movimentos de aculturação, pois “trata da atualização das filiações étnicas, às quais seus portadores muitas vezes tinham sido obrigados a renunciar (...) e dos novos regimes de visibilidade política do sujeito indígena e dos seus movimentos na sociedade” (EURICH, 2010). A etnocomunicação envolve todos os meios de comunicação que partem da narrativa de determinada etnia. É importante ressaltar que as iniciativas de etnocomunicação indígena têm acontecido mundialmente. Segundo Renata Tupinambá:

Realizar etnocomunicação é permitir um novo olhar aos processos comunicativos, relações com o público e até mesmo novas estruturas de formato jornalístico pautadas pelas visões da etnia daqueles que a realizam, sejam indígenas, quilombolas, caiçaras, romanos, chineses ou italianos. Pode ser aplicada no cotidiano de qualquer grupo (TUPINAMBÁ, 2016)⁶².

Renata considera que o protagonismo dos indígenas na Rádio Yandê fortalece a identidade: “a gente rompe um processo de silêncio quando busca dar voz a nós mesmos. A etnomídia dá força à identidade”⁶³ (TUPINAMBÁ, 2018). A etnomídia para Renata é “uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno, contemplando grupos, sujeitos e práticas silenciadas por uma questão de poder” (TUPINAMBÁ, 2016). Segundo ela, o termo surge em 1997 com o grupo de pesquisa ‘Etnomídia – Pesquisa em mídia e etnicidades’, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado para debater os impactos midiáticos sobre os grupos étnicos (TUPINAMBÁ, 2018). A expressão ganha força pela perspectiva indígena, quando o comunicador Anápuàka, ao perceber que poderia produzir informações, usando diferentes

⁶² Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios> Acesso em: 20/10/2022.

⁶³

Disponível em: [https://www.indios.org.br/pt/“Eu quero ligar a TV e ter ali um conteúdo produzido por indígenas”](https://www.indios.org.br/pt/“Eu_quero_ligar_a_TV_e_ter_ali_um_conteúdo_produzido_por_indigenas”) Acesso em: 21/03/2021.

ferramentas comunicacionais, ou seja, narrativas desconstruídas dos processos mercadológicos da comunicação, criou, em 2007, o Web Brasil Indígena. Esta primeira experiência não teve êxito, mas foi um importante aprendizado, aplicado mais tarde na criação da web rádio Yandê. Anápuàka cria também o conceito específico de etnomídia indígena como “a apropriação de linguagens artísticas, literárias, audiovisuais e multimidiáticas, realizada por sujeitos multidimensionais indígenas para a produção de suas próprias narrativas”⁶⁴ (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2017).

A Yandê é uma rádio etnocultural e um veículo de etnocomunicação indígena em sua essência, sendo a primeira rádio online brasileira que trabalha com o modelo de mídia étnica, tão necessário para mostrar o que não é apresentado pela grande mídia. Classifica-se como uma etnomídia indígena por produzir comunicação carregando o traço étnico nesta prática e partindo do princípio de subverter a lógica ocidental. Para Anápuàka a etnomídia deve, primordialmente, valorizar a cultura de cada etnia, sendo pluriétnica e reverberando todas estas vozes:

Então, a comunicação indígena, a etnomídia indígena, ela segue várias linhas de entendimento, mas ela é fundamentada principalmente pela cultura originária de cada povo. E aí, a etnomídia indígena, ela se apropria de ferramentas, analógicas e digitais, como um meio para um fim. A etnomídia indígena, é uma ferramenta de pensar comunicação e construir o que pensar, o que fazer dessa comunicação. (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023)

Renata vai dizer que estas novas formas de comunicação, as etnomídias, como a web rádio Yandê, por exemplo, cabem dentro deste processo para decolonializar os meios de comunicação, inserindo outras visões de mundo e possibilitando outras formas de expressão:

Ela é uma forma que promove a descolonização dos meios de comunicação, podendo ser executada por diferentes identidades étnicas e culturais. Elas são comprometidas em trazer entendimento sobre as culturas, o cotidiano das comunidades e as lutas políticas pelos direitos indígenas. (...) O objetivo de descolonizar os meios não é apenas na forma de usar essas ferramentas ou produzir notícias de temática indígena, mas também mudar pensamentos reproduzidos por anos nelas. (TUPINAMBÁ, 2018).

Para ela, enquanto a sociedade brasileira persiste em cristalizar a imagem do ‘índio’ como sinônimo de submissão e conformismo frente às expectativas do colonizador/saqueador, a etnomídia indígena deseja quebrar com a condição de subalternidade, romper com a repressão,

⁶⁴ Mekukradjá - Círculo de Saberes. Itaú Cultural. 6 de outubro de 2017. Disponível em: <https://soundcloud.com/itaucultural/anapuakatupinamba?in=itaucultural/sets/mekukradja> Acesso em: 15/03/2021

o silenciamento, a invisibilidade, a subjugação e a colonialidade: “a etnomídia é uma posição de resistência ante o local de subalternidade em que a sociedade coloca os povos originários. Ela pode ser uma grande aliada no combate ao racismo, no fortalecimento da comunidade e daquele que a produz” (TUPINAMBÁ, 2018). Anápuàka considera que todo comunicador indígena é um etnocomunicador e como tal, deve seguir os parâmetros estabelecidos de respeito às culturas diversas, respeito ao outro. “Respeito é uma das prioridades na construção da comunicação étnica, pois quando não há respeito, você é simplesmente uma cópia do outro” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

A etnomídia indígena é adotada como estratégia para trazer reconhecimento, visibilidade aos direitos, respeito, notícias de interesse deste público, resgate cultural e, principalmente, é uma forma de quebrar antigos estereótipos ou preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada nos principais veículos de comunicação. Como uma importante forma de manutenção cultural, as mídias digitais independentes podem difundir e, dessa forma, preservar as culturas indígenas. Vinícius Guedes Pereira de Souza e Raylson Chaves Costa dizem que a etnomídia é uma nova modalidade midiática que pode diversificar as formas de compartilhamento de informações, conhecimento e, principalmente, dos saberes ancestrais desses povos, pois irão: “(...) possibilitar interações e partilha dos saberes entre comunidades que antes não se conheciam” (SOUZA; COSTA, 2021, p. 441). As etnomídias indígenas têm sido o espaço para experimentação de processos decoloniais, na construção de novos modelos comunicacionais por meio da internet e, também, no sentido de operarem em cenários de colaboração democrática.

2.3 Experiências midiáticas indígenas contemporâneas

A Yandê ampliou seus domínios comunicacionais convergindo para outras mídias, que além do texto e do áudio, agregam imagens às suas narrativas, item muito valorizado nas interações comunicacionais da atualidade. A web rádio passou a ter multimeios de um mesmo produto, estabelecendo a comunicação multiplataforma, estando presente nas maiores redes sociais, quais sejam: Instagram, TikTok, Twitter, Facebook e YouTube. As múltiplas formas de expressão representam a utilização dos mais variados canais para transmitir informação ou mensagem. Estas mídias audiovisuais têm ultrapassado em número de seguidores outras mídias e este incremento foi potencializado de 2020 para cá, por conta da pandemia mundial da Covid-

19. Os conteúdos e informações multimídias, apurados e produzidos pelos correspondentes indígenas, também são fontes para publicações tanto na website como nas redes digitais da Rádio Yandê e são compartilhadas, através de redes de comunicação constituídas por aplicativos, como o Whatsapp e redes sociais, como o Facebook e o Instagram. No Facebook e Instagram, os conteúdos das postagens da Rádio Yandê diferem daqueles publicados em textos e artigos que estão na website. Estes conteúdos servem de base para a programação da rádio, o que nos parece uma inversão da lógica, uma vez que a etnomídia matriz foi a web rádio Yandê e, por esse motivo, talvez devesse estar pautando os demais canais digitais. De acordo com a pesquisadora Raquel Gomes Carneiro, há uma quantidade maior de atualizações nas redes sociais, realizadas diariamente, incluindo as ‘repostagens’ de diversas fanpages que integram a rede comunicacional da Yandê em âmbito nacional e internacional (CARNEIRO, 2019, p. 32). Anápuàka alega que não busca aumentar os números de acessos, pois o mais importante é ampliar os processos comunicacionais indígenas: “(...) já há algum tempo que a gente não busca os números como uma ferramenta de dizer: olha em que posição nós estamos!” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

Raquel Carneiro aferiu em sua pesquisa o perfil dos usuários das redes comunicacionais da Yandê e concluiu que “comentários e curtidas são feitos em sua maioria, por mulheres não indígenas. Os homens participantes têm perfil semelhante aos fundadores: estudantes indígenas que vivem em contexto urbano” (CARNEIRO, 2019, p. 36). Os cliques, likes e comentários não passam do que os pesquisadores de mídias chamam de ‘pequenos atos de envolvimento’. Raquel traz um dado interessante que é a predominância de um público feminino e sobretudo, não indígena, pois não é o foco da Rádio Yandê, no entanto, são muito bem-vindos.

A Yandê virou uma marca indígena de referência, pois além de agregar várias mídias digitais, configurando-se como uma empresa de comunicação multimeios, também investe no empreendedorismo indígena e no ‘*red skin money*’. Recentemente, criou a plataforma de e-commerce para venda de produtos étnicos indígenas, chamada Yandê Store, da qual já falamos anteriormente. Outra iniciativa que destacamos, por ser uma ação que proporcionou a visibilidade das culturas indígenas e demonstra as múltiplas atuações deste grupo de indígenas, foi a ocupação temporária chamada de ‘Casa Yandê’, realizada em abril de 2018, num espaço cultural, localizado no centro do Rio de Janeiro. Raquel Gomes Carneiro comenta sobre esta iniciativa, coordenada pelos fundadores da Rádio Yandê: “A Casa Yandê é um centro cultural indígena itinerante criado pela web rádio em parceria com o Eden Coletivo, um espaço colaborativo, na região portuária do RJ” (CARNEIRO, 2019, p. 41-42). O texto que consta no

perfil do evento no Facebook⁶⁵ diz o seguinte: “Com ousadia, autonomia e muita criatividade, indígenas da Rádio Yandê, primeira web rádio indígena do país, criam centro cultural indígena itinerante, na cidade do Rio de Janeiro”. O espaço abrigou uma cozinha, teve degustação de chás, biblioteca, mercado indígena, Cine Yandê para reflexão das filosofias, tradições espirituais e culturais. A Casa apresentou diversas atividades como shows, mostra de artes, mesas de debates com artistas e personalidades indígenas e não indígenas. Anápuàka relembra esta iniciativa, dizendo que foi muito importante ter presenças indígenas ocupando espaços e transitando pela cidade do Rio de Janeiro:

A Casa Yandê vem de uma ideia, de uma experiência também de testar como a gente poderia ocupar espaços, ambientes temporários, já que a gente não tem sede, a gente não tem estúdio, a gente não tem (...) a gente não tem bens, né? bens materiais, a gente tem ocupações. Então a oportunidade de ocupar espaços e construir naquele ambiente bate papo, experiências, temporário. (...) são mostras e presenças indígenas dentro da cidade do Rio de Janeiro. Ela durou uma semana (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE. 2023).

A Rádio Yandê serve de estímulo para que diversas experimentações de apropriação midiática e comunicacional aconteçam, tais como páginas na internet, presença de perfis nas redes sociais, canais em plataformas de streaming, produção de podcasts, tanto para educação quanto para informação, dentre tantas outras iniciativas. Os povos indígenas estão, cada vez mais, usando as tecnologias de comunicação e informação a fim de fortalecer suas narrativas.

A história e trajetória da Yandê, que é inspirada em outra experiência radiofônica, agora, inspira outros canais de comunicação nas mídias mais evidentes no momento. Hoje, a Yandê é uma referência, servindo de modelo para as iniciativas comunicacionais contemporâneas, que acabam trilhando um caminho menos espinhoso, por estarem respaldadas numa experiência já realizada. Anápuàka conta que desde antes da criação da Yandê ele viajava pelo Brasil, passava nos aldeamentos e ministrava oficinas de etnocomunicação indígena (quando nem havia essa denominação), expondo as experiências que foram bem e as que foram mal sucedidas. Isto resultou no surgimento de outros canais comunicacionais indígenas, sobretudo no ambiente digital:

A Rádio Yandê sempre foi inspiradora para os outros, né? Não teve uma mídia indígena no Brasil, hoje, que não tenha se inspirado, que não tenha

⁶⁵ Ver em: <https://ne-np.facebook.com/events/rua-sacadura-cabral-109-sa%C3%BAde-rio-de-janeiro-rj-20081-261-brasil/abril-ind%C3%ADgena-na-casa-yand%C3%AA/214102382506757/> Acesso em: 07/12/2022

bebido na fonte da Rádio Yandê. Ela inspirou muitos etnocomunicadores indígenas. Nós simplesmente nos jogamos neste lago da comunicação e geramos ondas (...) até chegar nas margens, que são essas pessoas que sempre tiveram marginalizadas na construção da história e da memória dos seus povos.” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

Renata Tupinambá relata que a Yandê representa um papel fundamental na comunicação dos povos originários, respeitando as especificidades de cada etnia: “Os povos indígenas têm uma forma própria de falar. O comunicador indígena coloca sua visão de mundo, sua cosmologia na hora de transmitir um conteúdo” (TUPINAMBÁ, 2018). Interessante irmos percebendo que aos poucos a mídia convencional hegemônica está se ‘rendendo’ e sendo cada vez mais pautada pelas mídias digitais independentes. A cultura dominante está atenta a tudo que pode ser visto como emergente. Para ilustrar essa parte da pesquisa, citamos o exemplo da experiência recente e exitosa, que confere visibilidade aos povos indígenas, o podcast *Papo de Parente*, comandado pela atual deputada federal Célia Xakriabá, juntamente com o influenciador digital e estudante de gastronomia na UFBA, Tukumã Pataxó. Importante ressaltar que o referido podcast se encontra disponível, desde outubro de 2022, na Globoplay⁶⁶, uma plataforma de streaming que faz parte de um dos grandes conglomerados da mídia convencional e que sempre ignorou estes povos. O programa tem uma narrativa bem visual. Célia responde perguntas que atendem a curiosidade dos não indígenas sobre a cultura destes povos e Tukumã apresenta receitas simples de comidas indígenas, além de dicas de beleza, como a hidratação com água de coco para o cabelo, tudo isso de forma muito bem-humorada. Tukumã é um jovem de 23 anos, que já é uma liderança para os jovens do seu povo. Célia é educadora, liderança indígena e se elegeu, em 2022, para o cargo de deputada federal pelo PSOL de Minas Gerais, sendo a primeira parlamentar indígena do seu estado. A produção do programa foi feita por Cristian Wairu do povo Xavante, que faz também algumas participações no programa. Ele é o editor e apresentador do ‘Copiô, Parente?’, podcast criado pela jornalista Letícia Leite, feito para os povos indígenas e que inspirou a criação do ‘Papo de Parente’.

As mídias hegemônicas têm estado atentas ao que é veiculado nas mídias independentes e alternativas, chamadas de veículos de ‘comunicação de nicho’ por Henri Jenkins, Joshua Green e Sam Ford: “A produção cultural de nicho está cada vez mais influenciando o formato e a direção da mídia *mainstream*. (JENKINS, GREEN; FORD, 2014, p. 64). A difusão de um conteúdo feito por indígenas numa plataforma hegemônica deve ser comemorada, à medida que

⁶⁶ Ver em: <https://telaviva.com.br/04/10/2021/podcast-indigena-papo-de-parente-estreia-no-globoplay/>
Acesso em: 21/01/2022

pode demonstrar que as ações que ocorrem no sentido de capacitar e instrumentalizar os indígenas nas linguagens comunicacionais e nos aparatos tecnológicos disponíveis, conferem resultados. Eles aprendem, experimentam, se apropriam e utilizam as TICs com desenvoltura.

Temos outro exemplo bem simbólico, decorrente das ‘oficinas’ ministradas por Anápuàka que é o surgimento da Rede Wayuri⁶⁷, palavra que em língua yagantu quer dizer “trabalho coletivo”. A Rede está ligada à FOIRN e tem parceria e apoio do ISA. Claudia Ferraz Wanano é criadora do podcast ‘Wayuri’, disponibilizado nas principais plataformas de áudio, e do ‘Papo de Maloca’, programa com duas horas de duração, veiculado na rádio da localidade de Barcelos, situada na região de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. A Rede, criada em 2017, foi um veículo de suma importância para a informação dos indígenas, difundido através de radiofonia, nos locais mais distantes, sem sinal de comunicação, e por rádio poste, de audição coletiva.

A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Organização Indígena do Rio Negro de comunicadores indígenas trocam conhecimento, além de realizar a formação. A Yandê contribuiu nos primórdios desta formação e orientação dos etnocomunicadores indígenas. A Rede Wayuri faz edições especiais do podcast nas línguas nativas e leva para as comunidades. Encaminham as informações por Whatsapp e radiofonia. Mesmo com as dificuldades de comunicação em algumas áreas remotas da Amazônia, a Rede leva as informações adiante. O grupo chegou a traduzir para as línguas da região o termo *fake news*, o que facilitou a compreensão sobre o que eram notícias falsas. A Rede atua em um território indígena, onde estão localizadas cerca de 750 comunidades, de 23 etnias diferentes, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Em São Gabriel da Cachoeira, que é considerada a cidade mais indígena do Brasil, além do português, há quatro línguas indígenas cooficiais: Nheengatu, Baré, Baniwa e Yanomami

A Rede Wayuri fez um excelente trabalho durante a pandemia da Covid-19, desmentindo inúmeras notícias falsas disseminadas entre os originários, especialmente, os aldeados. Em virtude disso, a Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas ganhou o Prêmio Estado de Direito 2022, do *World Justice Project*, na cidade de Haia, na Holanda, durante o Fórum Mundial de Justiça 2022⁶⁸. O prêmio foi concedido pela produção de informações

⁶⁷ Ver em: www.redewayuri.org.br Acesso em: 27/03/2022.

⁶⁸ Ver em: <https://amazonia.org.br/2022/06/rede-wayuri-e-premiada-em-haia-por-inovacao-e-combate-a-desinformacao/> Acesso em: 27/10/2022.

confiáveis e enfrentamento às notícias falsas. A Rede Wayuri foi selecionada numa busca global e ganha ainda mais relevância no cenário político vivido recentemente em nosso país, no qual os povos indígenas tiveram que conviver diariamente com ameaças aos seus direitos, inclusive com ataques efetivos aos seus territórios. Atualmente, a Rede é composta por cerca de 55 comunicadores de 16 etnias. Cinco deles trabalham a partir do município de São Gabriel da Cachoeira (AM), realizando semanalmente o programa de rádio ‘Papo de Maloca’, que vai ao ar na FM 92,7, de alcance local, com as locutoras Claudia Wanano e Juliana Albuquerque, do povo Baré. Conforme nos conta Anápuàka é gratificante que a Yandê tenha potencializado e impulsionado outras iniciativas midiáticas indígenas:

Muitos desses comunicadores indígenas foram colaboradores e foram construindo suas próprias mídias. É uma das coisas mais valiosas que a Rádio Yandê pode impulsionar. Então, a gente sempre quis que fosse criado esses espaços de mídia. A gente nunca quis ser único, não quer ter essa pretensão e nem quer disputar território com ninguém, só testar, produzir e impulsionar. (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023).

Pode-se dizer que a Yandê tem comprovado sua eficiência no âmbito da difusão das culturas indígenas, tem cumprido as metas de amplificação de vozes e protagonismo dos povos nativos, e tem ido além, pois deixa um rastro de novos comunicadores indígenas com suas formas de fazer etnocomunicação. No entanto, há que se pensar num projeto de preservação digital para que o precioso acervo histórico-cultural, produzido pela web rádio, ao longo destes quase dez anos de atividades ininterruptas, não se perca.

TERCEIRO CAPÍTULO

3 PRODUTO: Manual para criação do Repositório Digital da Rádio Yandê

O presente manual visa contribuir para a criação de um Repositório Digital (RD) da Rádio Yandê, primeira rádio indígena na web, que visará promover e manter os acervos memoriais, por meios digitais, assim como buscará o livre acesso à informação e a preservação desse acervo. Quando se fala em preservação digital, estamos falando da memória das mídias digitais, da salvaguarda dos saberes que são transmitidos por meio de dados virtuais. Para além da questão tecnológica, a preservação digital é uma questão social, pois está diretamente relacionada à preservação da memória da sociedade contemporânea, que pode estar em risco. As vantagens oferecidas pelas tecnologias digitais, pelo armazenamento em massa, pela facilidade de cópia, de transmissão e de reformatação, e pela facilidade de pesquisa e análise, não serão suficientes, a menos que a confiabilidade, a preservação por longo prazo, as facilidades para o reuso, a recombinação e a reinterpretação do conteúdo digital possam ser asseguradas (SAYÃO, 2016, p. 47).

De acordo com as diretrizes adotadas pelo criador e coordenador da Yandê, Anápuáka Muniz Tupinambá HãHãHãe, e seguindo seus preceitos que conceituam uma etnomídia indígena como “um veículo comunicacional feito por e para indígenas”, a documentação deverá ser indexada por uma pessoa indígena, sendo recomendado também que se monte uma equipe de trabalho interdisciplinar, com no mínimo três integrantes, ainda que todos os membros sejam indígenas:

(...) um algoritmo pra repositório ele também tem que seguir os preceitos da etnomídia indígena, com todo respeito sobre as culturas e diversidade. (...) Há um número de algoritmo construído e aí, é uma questão de construção, ela tem que ser construída por indígena, pra entender, né, pra dar a ordem de comando étnico algorítmico, pra poder a coisa funcionar. Porque um algoritmo não indígena, ele pode ser racista, ele pode ser destrutivo, ele pode fazer apropriação, ele pode fazer um monte de coisa, né? (TUPINAMBÁ HãHãHãe, 2023)

Pela importância do acervo da Rádio Yandê, ele deve ser preservado e disponibilizado em sua totalidade, por ser de interesse público, pois contém informações e expressões artístico-culturais dos povos indígenas da contemporaneidade. Preservar é assegurar que os documentos permaneçam acessíveis e compreensíveis pelo tempo necessário, mas não significa apenas

proteger fisicamente o documento, nem acessar significa apenas consultar. Preservar é garantir o armazenamento seguro, o acesso e as características do documento, ao longo do tempo. A ação de preservar pode ser entendida como um “conjunto de medidas de gestão tendentes a neutralizar potenciais fatores de degradação de documentos” (ALVES et al., 1993, p. 76). Já ‘acesso’ significa que as ações de preservação visam à legibilidade e à compreensão dos documentos, no decorrer do tempo (FERREIRA, 2006).

O conteúdo da Web Rádio Yandê deverá ser acessado, por meio do *download* de cada documento, de qualquer computador por pesquisadores e usuários em geral, indígenas e não indígenas. A busca facetada será feita por meio das informações contidas nos metadados, tais como: autor, assunto, título, data de publicação etc.

O objetivo geral para criação do RD é formar e gerir uma coleção que contenha todo acervo da Yandê, democratizando o acesso à documentação à sociedade em geral, além de contribuir para a conservação deste rico acervo. Os objetivos específicos consistem em mapear e disponibilizar documentos nato digitais ou digitalizados, produzidos pela Yandê, ao longo dos seus 10 anos de existência, tais como: áudios, vídeos, textos e reuni-los, por meio da indexação, no RD e com isso, promover o compartilhamento de informações e expressões culturais indígenas. Além da difusão do conteúdo, objetiva-se com a construção do RD da Web Rádio Yandê, preservar as culturas dos povos indígenas, tanto as tradicionais, quanto as contemporâneas.

A fim de dar suporte às informações do presente Manual, recomenda-se acessar as aulas do Curso de Repositórios Digitais Culturais⁶⁹, ministrada pelo grupo de pesquisa EPCC (Economia Política da Comunicação e da Cultura) da Fundação Casa de Rui Barbosa.

3.1 Repositório Digital

A base de dados online, onde ficam armazenados os arquivos digitais ou digitalizados, é conhecida como Repositório Digital. Segundo definição do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)⁷⁰, os repositórios digitais reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de

⁶⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zxllf7Qkhdc>
Acesso em 08/03/2023.

⁷⁰ Disponível em: <https://antigo.ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais>
Acesso em: 22/10/2022.

diversos formatos (textos, áudios, imagens, vídeos, documentos etc.), constituindo coleções de informação digital que podem ser construídas de diferentes formas e com diferentes propósitos. Estes repositórios são sítios (sites), hospedados na internet, onde se faz a salvaguarda, a coleção, o armazenamento e são depositados os acervos digitais. O conceito do pesquisador José Blanco traz uma visão mais ampla do termo: “os repositórios são uma ferramenta (um programa e um servidor), que permite armazenar e manter objetos digitais (documentos de texto, audiovisuais, imagens etc) e torná-los acessíveis através da web. Incorpora ferramentas de indexação e descrição dos conteúdos (metadados) e facilita a visualização de outros sites web” (BLANCO, 2011, p. 12, tradução nossa).

Em suma, os RDs além de abrigar os acervos digitais, contribuem para a preservação, a recuperação de dados e informações, bem como na organização, gerenciamento e disponibilização destes para os usuários.

3.2 Indexação de documentos digitais

A palavra indexar é definida no dicionário como ação de listar, de ordenar ou de organizar em forma de índice. No campo da informática, se refere a organização aleatória de dados de modo a permitir a recuperação de uma informação contida num arquivo ou tabela. Já, em relação aos Repositórios Digitais, indexação é o ato de ‘carregar’ o objeto digital, fazendo *upload* no sistema/plataforma de RD. É neste momento, que são incluídos todos os metadados relativos àquele documento, que ajudarão aos usuários a localizarem o que for de seu interesse.

3.3 Metadados

O termo ‘metadado’ foi cunhado por Jack E. Meyers, em 1969, e registrado em 1986, como marca dos EUA, cuja empresa Meyers é fundador. Posteriormente, o termo passou a ser utilizado por diversas áreas relacionadas à informação, como a ciência da computação, a estatística e o banco de dados. Januário Albino Nhacoungue define o termo da seguinte forma: “os metadados são dados que descrevem outros dados, aplicados tanto para documentos de qualquer natureza, através da catalogação e indexação, como especificamente para recursos eletrônicos ou digitais” (NHACUONGUE, 2015, p. 96). Quer dizer, são informações que descrevem, explicam, localizam e possibilitam a recuperação, a utilização e o gerenciamento do conteúdo dos objetos digitais. Sua diversidade de funções permite assegurar a qualidade, a

localização, o acesso e a preservação da informação. O metadado possui inúmeras funções como a descoberta de informações relevantes, organização de recursos eletrônicos, interoperabilidade e integração de recursos, identificação digital, arquivamento e preservação, que asseguram a qualidade, a localização, o acesso e a preservação da informação (NHACUONGUE, 2015, p. 99-100).

Cabe aqui explicar que os metadados formam uma estrutura abstrata denominada esquema ou conjunto de metadados. São componentes dos documentos arquivísticos digitais, que descrevem suas propriedades e permitem encontrar, gerenciar, compreender e preservar esses documentos ao longo do tempo. Estes componentes são necessários à manutenção e comprovação da integridade, autenticidade e fidedignidade dos documentos. Se configuram como um importante elemento de um documento arquivístico, fornecendo informações relevantes em relação ao seu contexto tecnológico, que serão úteis para a sua preservação (SANTOS; FLORES, 2015).

Podemos encontrar diversas outras definições de metadados pelos diversos especialistas da área, porém, o mais importante é destacar que seja qual for a definição, o metadado descreve, localiza e identifica a informação armazenada, sendo uma espécie de ficha de dados do documento digital.

Nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5, podemos ver a lista com exemplos de metadados utilizados atualmente para a indexação de documentos:

Tabela 1 - Padrão de metadados	
Metadados:	Descrição:
dc.date.accessioned	data de inserção do documento do repositório
dc.date.available	data que o documento entrou no sistema
dc.date.created	data da criação original
dc.identifier.url	endereço url
dc.date.issued	data de publicação ou distribuição
dc.contributor.author	Autor
dc.subject	assunto
dc.description.resumo	resumo
dc.description.provenance	procedência
dc.language.iso	linguagem

dc.title	Título
-----------------	---------------

Tabela 2 - Metadados fixos do sistema (gerados automaticamente)	
Metadados:	Descrição:
dc.date.accessioned	data de inserção do documento do repositório
dc.date.available	data que o documento entrou no sistema
dc.date.created	data de criação
dc.identifier.url	endereço url
dc.description.provenance	procedência

Tabela 3 - Metadados usuais selecionados	
Metadados:	Descrição:
dc.date.issued	data de publicação ou distribuição
dc.contributor.author	autor
dc.subject	assunto
dc.description.resumo	resumo
dc.language.iso	linguagem
dc.title	título

Tabela 4- Metadados para documentos audiovisuais	
Metadados:	Descrição:
dc.date.issued	data de publicação ou distribuição
dc.contributor.author	autor
dc.subject	assunto
dc.description.resumo	resumo
dc.language.iso	linguagem
dc.title	título
dc.rights	direito autoral

dc.coverage.temporal	tempo de duração
dc.type.color	sistema de cor
dc.format.dimensao	dimensão
dc.format.material	material
dc.format	formato do original
dc.format.dpi	resolução
dc.format.medium	descrição física
dc.contributor.apresentador	apresentador
dc.contributor.coeditor	coeditor
dc.contributor.editor	editor
dc.contributor.consultor	consultor
dc.contributor.diretor	diretor
dc.contributor.distribuidor	distribuidor
dc.contributor.narrador	narrador
dc.contributor.palestrante	palestrante
dc.contributor.sponsorship	patrocinador
dc.contributor.produtor	produtor
dc.contributor.progvisual	programador visual
dc.contributor.redator	redator
dc.contributor.revisor	revisor
dc.contributor.roteirista	roteirista

Tabela 5 - Metadados secundários	
Metadados:	Descrição:
dc.description.localizacao	localização
dc.provenance	coleção de origem
dc.rights	direito autoral
dc.contributor.doador	doador
dc.contributor.entrevistador	entrevistador
dc.contributor.palestrante	palestrante

dc.contributor.tradutor	tradutor
dc.identifier.url	URL
dc.identifier.isbn	ISBN
dc.identifier.issn	ISSN
dc.identifier.doi	DOI
dc.format.page	número de páginas

3.4 Conteúdo

O Repositório Digital da Web Rádio Yandê irá disponibilizar objetos digitais relacionados à programação veiculada, desde que iniciou suas transmissões, no ano de 2013, em formato aberto, cujo objetivo é a manutenção de uma base de dados. A maior parte do conteúdo dos documentos indexados será composta por textos de artigos escritos nas sessões: Início, A Rádio, Programação, Blog e Colunistas, além dos conteúdos de áudio e vídeo, tais como, músicas, debates e rodas de conversas, muitos deles em línguas nativas. Devem ser inseridas palavras-chaves (*subject keywords*), variando de acordo com cada documento indexado, podendo algumas delas serem definidas como padrão.

3.5 Coleta de documentos para RD

Alguns procedimentos devem ser adotados antes que se efetue a coleta:

- a) Analisar e definir o material digital a ser coletado;
- b) Escolher e conhecer a plataforma digital, neste caso, indicamos o sistema de acesso gratuito OMEKA;
- c) Entender o modo de organização, verificar as extensões de arquivos permitidos (pdf, mp3, mp4, entre outros), as operações que são possíveis realizar, sabendo-se que a versão gratuita tem recursos limitados
- d) Estabelecer um critério de organização do material nato digital ou digitalizado;
- e) Definir quais serão os metadados referentes a cada documento;
- f) Criar uma estratégia de trabalho (como fazer), incluindo uma equipe multidisciplinar, com no mínimo três integrantes;

- g) Fornecer acesso aberto e contínuo a toda a documentação digital indexada no RD, sejam elas texto, imagem, vídeos, áudios, documentos etc.

Os documentos coletados devem ser armazenados numa pasta com o nome da pessoa que executou a coleta, a fim de facilitar a distribuição posterior. Geralmente, a distribuição é feita de modo que cada um fique responsável pela documentação que ele mesmo coletou, pois, quando for indexar no sistema estará mais familiarizado com o documento, acelerando a indexação, uma vez que é necessário preencher os metadados e fazer um breve resumo do documento. Estes documentos podem ser distribuídos em temas, diretórios ou comunidades. As informações principais dos metadados, conforme vimos nas tabelas mostradas acima, tais como título do documento, autor do documento, data de publicação do documento, localização e idioma (quando o documento for de origem estrangeira), são observadas e preenchidas na hora da indexação. Entretanto, para facilitar o trabalho, na hora da distribuição, alguns metadados podem ser previamente fixados pelo responsável pela distribuição, principalmente, as palavras-chave (subject), e, nos casos de documentos institucionais, os autores. Caso o documento seja de autoria de uma pessoa física, além da instituição vinculada, também preenchamos o nome do indivíduo (autor) nos metadados *author*.

No momento em que se faz a distribuição dos documentos, observa-se a origem do conjunto dos documentos para fixar esses metadados de informações, que são comuns a todos os documentos de mesma origem. Passamos essas informações (metadados) a pessoa que irá indexar os objetos digitais no RD da Yandê para agilizar o trabalho, já os dados como data, autor (no caso de pessoa física), número de páginas (description), palavras-chave (subject) etc. devem ser observados pelo pesquisador na hora de preencher os metadados. Algumas palavras-chave podem ser pré-definidas na hora da distribuição, mas certos documentos têm informações peculiares que podem entrar como outras palavras-chave para facilitar o pesquisador a encontrá-lo na busca no repositório. Assim, o indexador pode acrescentar as palavras-chave que julgue serem importantes para ajudar na identificação do documento. Não há uma regra de quantidade exata, mas geralmente utilizamos cerca de quatro palavras-chave (subject).

3.6 Plataforma OMEKA - Versão Gratuita

O OMEKA é um repositório digital, com versão paga e gratuita, que possibilita a divulgação de acervos por meio de bancos de dados online. “O OMEKA é um sistema que permite a gestão de coleções e a disseminação de objetos digitais de forma organizada e simples.

O software pode ser instalado nas nuvens e requer poucos recursos computacionais” (SHINTAKU, Milton..et al.,2018, p. 10). Consiste numa ferramenta livre, de código aberto, desenvolvida para facilitar a disseminação de documentos digitais no formato de imagem, permitindo a criação de coleções digitais e sua integração com repositórios já existentes. Além de possuir as funcionalidades padrão dos repositórios digitais, possibilita o destaque de determinados documentos de uma biblioteca digital. Além disso, possibilita a realização de uma curadoria das coleções digitais. O OMEKA é um projeto do *Roy Rosenzweig Center for History and New Media*, um instituto de pesquisa da *George Mason University*, no Condado de Fairfax, Virgínia (EUA), especializado em história e tecnologia da informação.

Considerando que um repositório digital, em seu caráter virtual, não está imune a sofrer intercorrências no âmbito interno e externo, como um ataque hacker, um *bug* interno, problemas técnicos etc. a proposta de criar uma comunidade em diretórios no OMEKA é mais um método para salvaguardar o precioso acervo da Web Rádio Yandê de possíveis problemas, que podem vir a ocorrer no ambiente virtual do repositório, auxiliando na sua preservação.

Configurações gerais:

- 1) E-mail do administrador - endereço eletrônico para envio de mensagens automáticas do sistema.
- 2) Título do sítio (site) a ser criado - nome que identifica o site.
- 3) Descrição do sítio (site) a ser criado - texto explicativo do site.
- 4) Informações de copyright do sítio (site) - indica a licença padrão do site e de seus objetos digitais
- 5) Delimitador de tags - conjunto de caracteres que separa as tags
- 6) Caminho do diretório ImageMagik - indica em que diretório o software de apresentação de itens está instalado.

As configurações gerais foram atualizadas.

Email do Administrador*	<input type="text" value="ronniefbrito@gmail.com"/>	<input type="button" value="Salvar Alterações"/>
Título do Sítio	<input type="text" value="Demonstrativo OMEKA"/>	
Descrição do Sítio	<input type="text" value="Site demonstrativo do OMEKA - COTEC"/>	
Informações de Copyright do sítio	<input type="text" value="CC-BY"/>	
Informações do Autor do Sítio	<input type="text" value="Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia"/>	
Delimitador de Tags	<p>Separe as tags usando este caractere ou string. Tenha cuidado ao alterar estas configurações. Você corre o risco de separar tags que contém um delimitador antigo.</p> <input type="text" value="."/>	
Caminho do Diretório ImageMagick	<input type="text" value="/usr/bin"/>	<input type="button" value="Teste"/>

Figura 1: Configurações gerais

Para inserir documentos e criar coleções podemos seguir este breve tutorial:

- Criar coleções e inserir itens no OMEKA: Criar uma coleção:
- Clicar em “coleções” – ao lado esquerdo “adicionar uma coleção” – nomear a coleção
- Marcar as opções: “use HTML” e “público”
- Clicar “adicionar coleção”

Adicionar uma coleção

Dublin Core

Dublin Core

O conjunto de elementos de meta-dados do "The Dublin Core". Estes elementos são comuns a todas os recursos do Omeka, incluindo itens, arquivos e coleções. Consulte <http://dublincore.org/documents/dces/>

Adicionar Coleção

Publico Destacado

Título Um nome dado ao recurso

Adicionar informação

Use HTML

Assunto Tópico do recurso

Adicionar informação

Use HTML

Figura 2 - Criar nova coleção

Para adicionar um item:

1. Clicar em “item” – lado esquerdo
2. Clicar em “adicionar um item”
3. Preencher os dados
4. Selecionar – “adicionar coleção” (escolher a coleção)
5. Marcar a opção “público”
6. Clicar em “adicionar item”
7. Clicar em “editar” – “arquivos” – “escolher arquivos” – selecionar o documento a ser indexado
8. Clicar em “salvar alterações”

Adicionar um Item

Dublin Core Metadados Arquivos Tags Mapa

Dublin Core

O conjunto de elementos de meta-dados do "The Dublin Core". Estes elementos são comuns a todas os recursos do Omeka, incluindo itens, arquivos e coleções. Consulte <http://dublincore.org/documents/dces/>

Título Um nome dado ao recurso

Adicionar informação

Use HTML

Assunto Tópico do recurso

Adicionar informação

Select Below

Descrição Uma descrição do recurso

Adicionar informação

Use HTML

Adicionar Item

Publico: Destacado:

Coleção

Selecione Abaixo

Figura 3 - Adicionar itens

O documento já estará inserido no OMEKA, para copiar o documento indexado em uma determinada coleção:

1. Clicar com o botão direito no documento indexado
2. Selecionar a opção “abrir em uma nova guia”
3. Após abrir a guia, copiar o endereço do link
4. Clicar em “página simples” – lado esquerdo
5. Clicar em “coleções”
6. Clicar em “editar”
7. Na caixa de texto, abrir a opção “Insert”
8. “edit image”
9. Colar o endereço do link

3.7 Conclusões

Temos o desafio de contribuir de algum modo para preservar a memória dos povos indígenas, tanto ancestral como contemporânea, difundida por meio destas iniciativas etnomidiáticas da atualidade.

É mister salvaguardar a memória digital da Web Rádio Yandê, preservá-la e difundi-la, garantindo o acesso de todos, indígenas e não indígenas. Deve-se converter o acervo a formatos abertos, para que continuem sendo acessados, após a obsolescência dos equipamentos (mídias) e programas (*hardwares*) de informática em que foram criados.

Para finalizar, recapitulamos as etapas necessárias para a criação de um Repositório Digital:

1. Formar equipe
2. Definir Plataforma
3. Separar conteúdo em um drive
4. Separar os tipos de documentos nos diretórios
5. Definir os metadados
6. Proceder à indexação dos documentos

Alguns exemplos de Repositórios Digitais:

- Programa de Índio: <http://ikore.com.br/programa-de-indio/>
- Fundação Casa de Rui Barbosa:
<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/16916>
- Armazém da Memória:
<https://armazemmemoria.com.br/>
- Universidade de São Paulo:
<https://repositorio.usp.br/index.php>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é um bem comum, portanto, deve ser consumida e difundida sem moderação e sempre que possível de forma gratuita. Informação não é sinônimo de conhecimento, entretanto, o acesso à informação qualificada pode gerar conhecimento. Uma comunicação ampla envolve diferentes formas de pensar e de relatar as coisas. Comunicar é partilhar, tornar comum.

A questão da concentração midiática e da falta de pluralidade acontece desde os tempos imperiais. Em 1808, a Família Real Portuguesa cria a Imprensa Régia, feita e consumida pelos poucos letrados, ou seja, a elite da época, e o conteúdo das publicações atendia, obviamente, o que era conveniente aos interesses deste público. Sem ‘concorrentes’ tornou-se um modelo hegemônico de comunicação. Com o advento da internet vimos despontar possibilidades de experiências midiáticas, alternativas e independentes, que oportunizam o protagonismo dos invisibilizados pela mídia tradicional. Baseando-se nas legislações vigentes que regem as comunicações, incluindo a carta magna do país, entendemos que a comunicação é um direito humano fundamental. E este direito inclui ser informado e, também poder informar, ou seja, exercer a democracia comunicacional, podendo criar uma mídia própria, dentro das regras da legislação vigente.

A existência de uma rádio como a Yandê, uma etnomídia indígena digital independente, além de contribuir para a difusão das culturas dos povos originários brasileiros é de suma relevância para aumentar a oferta de produtos midiáticos para diferentes públicos. A apropriação dos meios de comunicação por estes sujeitos étnico-comunicacionais pode gerar empoderamento, pertencimento e identificação, fazendo com que suas tradições culturais sejam mantidas, por meio de sua disseminação. Entretanto, a ideia da representação indígena na internet tem uma importância de cunho social e político para além do cultural. Poder ter acesso e contato com a cultura ancestral dos povos indígenas, bem como dos seus fazeres culturais contemporâneos, através da escuta da Rádio Yandê, contribui para transformar nosso olhar colonizador diante dos povos originários.

Podemos considerar que a web rádio Yandê é uma forte aliada na transmissão e recepção de práticas culturais e identitárias dos povos indígenas. A Yandê colabora para o exercício do direito à voz, à memória e à constituição do patrimônio cultural, materializando o processo de etnocomunicação e sendo uma etnomídia indígena. Os indígenas encontram na comunicação um lugar para contar suas narrativas sobre os fatos e de certo modo, salvaguardar suas

memórias. A etnocomunicação indígena e a criação da web rádio Yandê representam uma forma de decolonização dos meios de comunicação, onde os nativos são seus próprios interlocutores. Realizar a etnocomunicação é permitir um novo olhar sobre os processos comunicativos, pautado pela visão da etnia que produziu o conteúdo. Comunicadores que adotam uma etnocomunicação devem comunicar expressando sua essência étnica e cultural.

Comunicadores indígenas têm utilizado as tecnologias da informação e comunicação (TICs) em defesa de seus direitos, para reunir seus pares e aliados, causar impacto e transmutar os discursos deturpados sobre os povos indígenas. A mídia tradicional quando não ignora, trata o indígena de forma estereotipada. Na maioria das vezes, em que os indígenas são mencionados na mídia convencional, negligenciam as histórias destes povos. Os indígenas são sujeitos estigmatizados. A narrativa corrente os coloca como barreiras ao desenvolvimento do país, como vilões e, normalmente, não divulga suas versões dos fatos. Existe ainda o pensamento colonizador, que acha que o indígena não é ‘civilizado’ quando não vive em contexto urbano.

A criação da Yandê vem preencher a lacuna da falta de mídias indígenas, atendendo em certa medida, ao interesse destes povos. A sociedade não indígena nega a cidadania plena e o respeito à ancestralidade dos povos tradicionais. Desta maneira, mostra-se extremamente relevante que os povos indígenas tenham um veículo para se comunicar, transmitir informação, entretenimento, conhecimento, fazer denúncias, sabendo que essa atitude colabora para preservação desta memória ancestral, patrimônio da nossa cultura. A Yandê exerce sua comunicação mediada pelos próprios indígenas.

Após ter se inspirado, em experiências comunicacionais anteriores, atualmente, a Rádio Yandê serve de estímulo para que diversas experimentações de apropriação midiática aconteçam, tais como: perfis nas redes sociais, canais em plataformas de streaming, produção de podcasts, tanto para educação quanto para informação, dentre tantas outras iniciativas destes povos nativos. Os indígenas estão, a cada dia, usando mais as TICs a fim de fortalecer suas narrativas. A Yandê acabou fomentando uma cultura comunicacional indígena, que consiste na transmissão dos seus saberes para os ‘parentes’, primordialmente, e para os não indígenas, colateralmente.

Nem sempre a interação entre os indígenas e os não indígenas é predatória e prejudicial. Em termos de transferência de conhecimentos tecnológicos comunicacionais, por exemplo, foi bastante profícua, oferecendo ferramentas e gerando independência para que criassem suas próprias formas de usar a tecnologia disponível. As mídias digitais têm se mostrado potentes aliadas, na amplificação das vozes ‘excluídas’, tornando as pautas de reivindicações e o modo

de viver e pensar destes povos, audíveis e/ou visíveis. No caso dos indígenas do Brasil, o direito básico à existência lhes é negado, mas eles resistem de todas as formas e uma delas é a etnocomunicação, que implica num jeito próprio de fazer comunicação e difundir a informação, fugindo da lógica capitalista de controle midiático.

Além de protagonizarem suas próprias histórias e construírem suas próprias narrativas, os indígenas têm buscado representatividade tanto nas mídias independentes quanto na política. Enquanto a presente dissertação estava sendo composta, ocorreram as eleições presidenciais de 2022, que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva do PT para um terceiro mandato, representando uma frente ampla democrática. Após as eleições de 2022, houve a criação do 1º Ministério do Povos Indígenas e foi nomeada para a pasta, Sonia Guajajara, ex-presidente da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), eleita Deputada Federal pelo PSOL-SP, que indicou a ex-deputada federal pelo PSOL-RO, Joênia Wapichana para dirigir a FUNAI⁷¹. Pela primeira vez na história, em 55 anos, este órgão governamental será dirigido por uma mulher indígena. Desde a sua criação a FUNAI nunca havia sido dirigida por um(a) cidadã(o) indígena, nem havia nenhuma pasta no executivo destinada à causa aos povos originários. Eles estavam inseridos dentro de ministérios e secretarias da Diversidade e Igualdade Racial. Não se pode ignorar este fato histórico, sobretudo, porque são avanços que demonstram que os povos originários estão se tornando protagonistas de suas causas, tendo direito a voz e sendo representados, pois até bem pouco tempo, eram ‘sujeitos sem voz ativa’.

Sabemos que não há políticas públicas que incentivem a comunicação livre, independente ou comunitária, muito menos as voltadas para os indígenas. Como nos diz Anápuàka, “os movimentos que lutam pelo direito constitucional à comunicação, não incluem a mídia indígena” (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2021). Nestes tempos, de grande difusão de notícias falsas, a Yandê colabora para transmitir uma informação qualificada aos povos indígenas. Anápuàka comemora os dez anos da web rádio e diz que se sente realizado, tendo chegado aonde queria. Também se alegra pelo fato de ter sido uma boa semente e feito brotar alguns etnocomunicadores indígenas para dar continuidade ao trabalho:

(...) daqui por diante é só mais pesquisa, mais impulsionamento e construir com mais indígenas o futuro ancestral indígena utilizando todas essas ferramentas, né? Nos empoderar cada vez mais e não ser só um copiador, na verdade, é construir o que é mais adequado pra infraestrutura da história e da memória do bom ancestral indígena hoje. E é isso! (TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, 2023)

⁷¹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5066416-de-guajajara-a-wapichana-povos-originarios-conquistam-lugar-de-fala-e-decisao.html> Acesso em: 27/01/2023.

Resta-nos acompanhar os próximos acontecimentos no cenário etnomidiático indígena e torcer para que mesmo com o surgimento de outras etnomídias, a Yandê continue ‘no ar’ mostrando a força ancestral e resistência dos povos nativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil In: *Memória e novos patrimônios*. TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (Orgs.). Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/417>
Acesso em: 27/09/2022.

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Ivone, et al. *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. *Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação*. Extraprensa, São Paulo, v. 14, n. 2 - Universidade Estadual de Ponta Grossa, jan./jun. 2021.

AMARAL, Emanuela Neves do. *Política Pública de Comunicação para os povos indígenas no Brasil: pontes entre as políticas públicas latino-americanas e o caso brasileiro*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2022.

ALMEIDA, Marco Antônio de. *Práticas infocomunicacionais e mediações na cultura da convergência*. Revista do Centro de Pesquisa e Formação / nº 7, novembro 2018.

ANTOLINI, Marialina Côgo; REBOUÇAS, Edgard. *Comunicação, direitos humanos e cidadania: Territorialidades que se entrelaçam*. In: Comunicação e Territorialidades: poder e cultura, redes e mídias. ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth. EDUFES, Espírito Santo, 2017.

ARAÚJO, Bryan Christian da Costa; SANTI, Vilso Júnior Chierentin. *Comunicar para mobilizar: as práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima*. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, junho 2019.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. *Preservação de documentos digitais*. Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 2, maio/ago. 2004. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/305> Acesso em: 01/07/2021.

BARBEBO, Francisco, et al. *Recomendações para a produção de Planos de Preservação Digital*. Lisboa. 2010. Disponível em: http://dgarq.gov.pt/files/2011/11/Recomendações-para-a-produção-de-PPD_V2.1.pdf Acesso em: 09/07/2021

BAUMAN, Zigmund. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Resistir era preciso: Decreto de Emancipação de 1978, os provos indígenas e a sociedade civil no Brasil*. TOPOI (online). Revista de História, v. 20, 2019.

BOAS. Franz Uris. *Antropologia Cultural*. Celso Castro (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CABRAL, Eula D. T. *Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados*. Setor de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. RJ, 2019.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; CABRAL, Eula D. T. *Cultura e comunicação como direitos humanos: aproximações diante da nova onda neoliberal*. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.16, n.1, maio 2020.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; CABRAL, Eula D. T. *Inclusão digital para a inclusão social: Perspectivas e paradoxos*. Revista Debates, Porto Alegre, jan-jun. 2010.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. *Regulamentação democrática da Radiodifusão Comunitária*. In: CABRAL, Eula D.T. *Desafios das Políticas de Comunicação*. [São Cristóvão]: ULEPICC-Brasil, 2019.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. *Sociedade e tecnologia digital: entre incluir ou ser incluída - Liinc em Revista*, v.2, n.2, setembro 2006. <http://www.ibict.br/liinc>

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; AMARAL, Emanuela Neves do. *Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas no contexto da pandemia*. In: Mauro Souza Ventura; Maria Cristina Gobbi (Orgs.). Led. Bauru, SP: Canal 6, 2021.

CALABRE, Lia. *Escritos sobre políticas culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

_____, Lia. *Políticas Culturais: situação nacional e contrapontos Latino-americanos*. In: MARCO, Kátia de; REIS, Ana Carla Fonseca (Orgs.). In: *Economia da Cultura: ideias e vivências*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

_____, Lia. *O rádio na sintonia do tempo: a radionovela e cotidiano (1940-1946)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.

_____, Lia. *A era do rádio*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. In: Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo. n. 8, abr./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf>> Acesso em: 25/06/2021.

_____, Néstor Garcia. *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões / Néstor García Canclini; ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (Orgs.)*. Salvador: EDUFBA, 2019.

_____, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 [1997].

CARNEIRO, Raquel Gomes. *Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadão da Rádio Yandê*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2019.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.1. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- COHN, Sergio (Org.). *Encontros/Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2014.
- CÓRDULA, Américo José Córdula Teixeira. *Políticas públicas de cultura: uma construção partilhada com os indígenas*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. SP, 2022.
- COSTA, Eliane. *Jangada digital: Gilberto Gil e as políticas públicas para a cultura das redes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.
- CUNHA, Murilo Bastos da. *Desafios na construção de uma biblioteca digital*. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 3, set-dez de 1999.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Artes ambientais e sociedade: jardinagem como projeto no Ocidente. In: REINHEIMER, Patrícia e SANT'ANNA, Sabrina (orgs.). In: *Manifestações artísticas e ciências sociais: reflexões sobre arte e cultura material*. Editora Folha Seca, Rio de Janeiro, 2013.
- EURICH, Grazieli. *Web Brasil Indígena: etnomídia e afirmação da identidade*. Mídia Cidadã. VI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e I Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã. Pato Branco/PR, agosto 2010.
- FERRARETTO, Luiz Artur, KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio, In *Enciclopédia Intercom de Comunicação – vol. 1*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.
- FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos*, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf> Acesso em: 07/07/2021.
- FLEURI, Reinaldo Matias. In: Palestra Proferida no V Colóquio Internacional Paulo Freire, 2005. Disponível em: www.paulofreire.org.br/Textos/fleuri_2005_recife_resumo_e_texto_completo.pdf Acesso em 21/01/2022
- FREIRE, José Ribamar Bessa. A herança cultural indígena, ou cinco ideias equivocadas sobre os índios. In: ARAÚJO, Ana Carvalho Ziller de (Org.). In: *Cineastas indígenas: um outro olhar: guia para professores e alunos / Ana Carvalho Ziller de Araújo, Ernesto Ignacio de Carvalho, Vincent Robert Carelli*. Olinda, PE: Vídeo nas Aldeias, 2010.
- _____, José Ribamar Bessa. A descoberta dos museus pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. Em ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

GROSFUGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 [2002].

_____. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Educação & Realidade, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.

JEKUPE, Olívio. *Roubaram o gravador do Juruna*. Tellus, ano 10, n. 19, jul./dez. 2010.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, Henry. FORD, Sam. GREEN, Joshua. *Cultura da Conexão: criando valor e significado por meio de mídia propagável*, tradução Patrícia Arnaud. – São Paulo: Aleph, 2014.

KENSKI, Vani Moreira. *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de educação a distância*. MILL, Daniel (Org.). Campinas: Editora Papirus, 2018.

KRENAK, Ailton. *Mídias indígenas: por uma comunicação intercultural*. In: BRITO, Thaís. Carta Capital. 17/04/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/bogs/midias-indigenas-por-uma-comunicacao-intercultural> Acesso em 20/05/2022.

_____. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. *Práticas culturais on-line e plataformas digitais: desafios para a diversidade Cultural na Internet*. Revista do Centro de Pesquisa e Formação / nº 7, novembro 2018.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, Dalton Lopes. *As práticas da cultura digital*. Revista do Centro de Pesquisa e Formação / nº 7, SP: Ed. SESC, 2018.

MAUAD, Ana. *Usos do passado e História pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017)*. FAPERJ, RJ, 2013.

MÍDIA DADOS 2021. Grupo de Mídia São Paulo. São Paulo: Ipsis Gráfica e Editora, 2021.

MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignácio. SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2015.

MUDURUKU, Daniel. *Memórias de um Índio: uma quase autobiografia*. 1. Ed. Porto Alegre, RS: Edelbra, 2016.

NASCIMENTO, Letycia Gomes. *Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Webrádio Yandê*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2020.

NHACUONGUE, Januário Albino. *O Campo da Ciência da Informação: contribuições, desafios e perspectivas da mineração de dados para o conhecimento pós-moderno*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Cristina Nascimento. *O Etnodesenvolvimento como uma perspectiva para o Etnojornalismo*. Revista do Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA, v. 1, n. 3: Editora UFRR; outubro, 2014.

PAIVA, Raquel. *Cinco anos de pesquisa em Comunicação e Cultura de Minorias*. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências, Rio de Janeiro: Editora Paulus, 2005.

_____, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2003.

PAPPIANI, Ângela. *Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas*. Revista Novos Olhares. V. 1 N.1.2012. USP, São Paulo, 2012.

PERUZZO, Cicília. *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados*. Reelaboraões no setor. Palavra chave, Bogotá, v. 11, n. 2, 2008.

_____. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Trabalho apresentado no Núcleo de Comunicação para a Cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Proj. História, São Paulo, 1997.

RADDATZ, Vera Lúcia Spacil. *Educação e comunicação para os direitos humanos*. Ijuí; Editora Unijuí, 2015.

_____, Vera Lúcia Spacil; ARMANJE, Micheli Rabaioli. *O Rádio como forma de valorização da Cidadania e da Cultura Indígena*. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Blumenau: 28 a 30 de maio de 2009.

_____, Vera Lúcia Spacil. *Cacique Fongue FM: uma emissora comunitária indígena*; Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Ijuí, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? Tradução de Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, Inês (Org.). In: *Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. *Direitos e Autonomia Indígena no Brasil (1960–2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília..Brasília: UnB, 2014.

RESENDE, Selmo Haroldo. *Kukukaya um grito de amor, um grito de dor*. In: História Oral e Arte: Narração e Criatividade. SANTHIAGO, Ricardo (Org.) Ed. Letra e Voz, SP, 2016.

RIBEIRO, Darci. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?/Djamila Ribeiro*. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RICOUER, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Conferência Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism, proferida em Budapeste sob o título “Memory, history, oblivion”, em 8 de março de 2003.

ROCHA, Sophia Cardoso. *Programa Cultura Viva: Trajetória e desafios de uma nova Política Cultural - VI ENECULT (Encontros Multidisciplinares em Cultura) - 25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBA – Salvador-Bahia-Brasil*, 2010.

ROUCHOU, Joelle. *História Oral: entrevista-reportagem X entrevista-história*. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. V. XXIII, n. 1, jan/jun de 2000.

SANTAELLA, Lucia. *Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano*. Revista FAMECOS. n. 22. Porto Alegre: dezembro 2003.

SANTIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. *Rompendo o isolamento: reflexões sobre História Oral e entrevistas à distância*. Anos 90, Porto Alegre, v. 27, 2020.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. *Política de preservação digital para documentos arquivísticos*. Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v. 20, n. 4, out./dez. 2015.

SAYÃO, Luis Fernando. *Digitalização de acervos digitais: reuso, curadoria e preservação*. Novembro de 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319403030> Acesso em: 06/07/2021.

_____. Luis Fernando. *Afinal o que é biblioteca digital?*. Revista USP, São Paulo, n. 80, dezembro/fevereiro 2008-2009

SCHMDIT, Eric; COHEN, Jared. *A nova era digital: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios*. Rio de Janeiro: Instrínseca, 2013.

SHINTAKU, Milton; GOMES, Rafael Fernandez; BRITO, Ronnie Fagundes de; et. al. *Guia do usuário do Omeka*. Brasília: Ibict, 2018.

SILVA, Karina F.; CABRAL, Maria Cristina Balbino Ribeiro. *Preservação Digital: uma perspectiva orientada para arquivos eletrônicos*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. VIII Seminário de Saberes Arquivísticos, 16 a 18 de agosto 2017.

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

_____, Muniz. *Antropológica no Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Vinicius Guedes Pereira de; COSTA, Raylson Chaves. *Etnomídia indígena como narrativa das resistências*. Extraprensa, São Paulo, v. 14, n. 2, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/185427> Acesso em: 23/09/2022.

TUPINAMBÁ, Renata. *Eu quero ligar a TV e ter ali conteúdo produzido por indígenas*. Entrevista realizada para o site Povos Indígenas do Brasil, em 3 de dezembro de 2018. Ver em: [https://www.indios.org.br/pt/“Eu quero ligar a TV e ter ali um conteúdo produzido por indígenas”](https://www.indios.org.br/pt/“Eu_quero_ligar_a_TV_e_ter_ali_um_conteúdo_produzido_por_indígenas”) Acesso em: 06/02/2022

TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, Anápuàka Muniz. *Depoimento gravado em vídeo para Marilda Samico da Silva*. Rio de Janeiro, janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2P-1saMd3S4> Acesso em: 25/01/2023

_____, Anápuàka Muniz. *Entrevista pessoal concedida a Marilda Samico da Silva*. Casa Firjan. Rio de Janeiro, outubro, 2021.

_____. Anápuàka Muniz. *A voz além das aldeias*. Entrevista feita pela equipe editorial do SESC TV, em 16 de abril de 2019. Ver em: <https://medium.com/@sesctv/a-voz-além-das-aldeias-4a01e57a2203> Acesso em: 07/03/2022.

VIANNA, Leticia Costa Rodrigues; SALAMA, Morena Roberto Levy. Avaliação dos planos e ações de salvaguarda de bens culturais registrados como patrimônio imaterial brasileiro. In: *Políticas culturais: pesquisa e formação*, CALABRE, Lia (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade: De Coleridge a Orwell*. São Paulo: Boi Tempo, 2007 [1958].

ANEXO I

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ANÁPUÀKA MUNIZ TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE

Tema da Pesquisa: A web rádio Yandê e a difusão das culturas dos povos indígenas

- 1) Faça um breve relato sobre a criação da Yandê. A influência do Programa de Índio. Da sua formação na oralidade e na luta. No início da web rádio, a dificuldade de programação produzida por indígenas, dificuldade de acesso à rede. Sobre o processo de extrair áudios de vídeos, para encorpar a programação, o envio de podcasts para as aldeias por whatsapp para difusão de conteúdo.
- 2) Fale do período que iniciaram com as oficinas para difundir a *etnocomunicação* e formar comunicadores indígenas. Se puder, discorra um pouco sobre o conceito, como conheceu aplicou ao seu trabalho? As oficinas duraram quanto tempo? Percorreram quantas aldeias? Sabereria citar quantos e quais destes correspondentes produziram ‘filhotes’ da Yandê? (Cristian Wairú, Tukumã Pataxó, Erisvan Guajajara, e Claudia, criadora do ‘Papo de Maloca’?)
- 3) Na sua visão, qual a diferença básica entre a comunicação tradicional e a *etnocomunicação* indígena, além do fato de ser feita pelos povos originários? Quais os modos de vivenciar a informação? Mesmo usando a língua portuguesa, existe diferença na maneira de transmitir a mensagem para o indígena e para o não indígena?
- 4) A Yandê, além de uma plataforma de streaming informativa, convergiu para outras mídias: Instagram, Facebook, Twiter, Youtube. A partir de quando isto começou e ganhou força? Tem os números? No seu julgamento, hoje estas redes ultrapassam em seguidores a web rádio? Segundo o Mídia Dados 2022, o TikTok e o Instagram têm ultrapassado todas as outras redes de comunicação.

- 5) YANDÊ virou uma ‘marca’, pois além da convergência midiática, existe ainda a Store, que comercializa produtos étnicos. Fale sobre isso (o indígena ‘business’). Qual a relevância de difundir a ‘marca’, atacando em várias frentes? Fale também sobre a Casa Yandê, como rolou? Quanto tempo durou? O que é feito dela, hoje?
- 6) Teve o começo da Yandê, quando poucos a conheciam. Depois, teve o auge, com números expressivos de ouvintes, o alcance em 80 países, vários colaboradores, três coordenadores. Como você analisa o momento atual da Yandê? Tenho feito a escuta ativa e percebi que a repetição agora é diária. Fale também das dificuldades para manutenção de uma web rádio, sobretudo étnica indígena.
- 7) O objetivo principal da Yandê era ser o espaço para amplificar as vozes dos povos indígenas, que não encontravam nas mídias tradicionais hegemônicas. A meu ver este objetivo foi bem cumprido. Concorda? Fale sobre isso.